

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
DOCTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

VLADYA TATYANE PEREIRA DE LIRA

SEXUALIDADE: DIÁLOGOS ENTRE PAIS E FILHOS (AS)
UMA LEITURA HERMENÊUTICA A PARTIR DA GESTALT-TERAPIA

Recife

2022

VLADYA TATYANE PEREIRA DE LIRA

SEXUALIDADE : UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE PAIS E FILHOS (AS)

UMA LEITURA HERMENÊUTICA GESTALT-TERAPIA

Tese apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof.º Dr.º Marcus Túlio Caldas.

Linha de Pesquisa: Família, Interação Social e Saúde.

Recife

2022

L768s Lira, Vladya Tatyane Pereira de
Sexualidade : diálogos entre pais e filhos (as) Uma
leitura hermenêutica a partir da Gestalt-terapia / Vladya
Tatyane Pereira de Lira, 2022.
162 f. : il.

Orientador: Marcus Túlio Caldas
Tese (Doutorado) – Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia
Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, 2022.

1. Sexo (Psicologia). 2. Gestalt-terapia. 3. Jovens.
4. Aconselhamento sexual. 5. Comunicação nas famílias.
6. Família - Aspectos psicológicos.
7. Pais e filhos - Aspectos psicológicos. I. Título.

CDU 159.922.1

Luciana Vidal - CRB-4/1338

Sexualidade: um diálogo possível entre pais e filhos (as)
Uma leitura hermenêutica a partir da Gestalt-terapia

Sexualidade: diálogos entre pais e filhos(as) Uma leitura hermenêutica a partir da Gestalt-
terapia. © 2022 by Vladya Tatyane Pereira de Lira is licensed under CC BY-NC-ND 4.0

FOLHA DE APROVAÇÃO

VLADYA TATYANE PEREIRA DE LIRA

DIÁLOGO SOBRE SEXUALIDADE ENTRE PAIS E FILHOS (AS). UMA LEITURA HEMENEUTICA A PARTIR DA GESTALT-TERAPIA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da
Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de doutora
em Psicologia Clínica.

Data de Aprovação – 31/10/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcus Túlio Caldas (Orientador e Presidente da Banca)
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP



Prof. Dra. Fernanda Sardelich Nascimento (Titular Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 **MARCUS CEZAR DE BORBA BELMINO**
Data: 27/11/2023 11:36:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcus César de Borba Belmino (Titular Externo)
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

Documento assinado digitalmente
 **MANUELA BARBOSA RODRIGUES DE SOUZA**
Data: 27/11/2023 10:52:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Manuela Barbosa Rodrigues de Souza (Titular Interno)
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

p/  (coordenadora do PPGPSI)

Prof. Dr. André Luiz Holanda de Oliveira (Titular Interno)
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

RECIFE
2022

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Por ser meu guia, sinônimo de espiritualidade e força.

Ao prof. Marcus Túlio Caldas,

Por seu apoio e acolhimento durante todo o meu caminhar, nessa árdua missão que é o doutoramento.

A minha família,

Que do seu modo, sem compreender todo o meu processo, sempre me apoiou, especialmente meu companheiro Fred.

As companheiras de jornada Nathalia, Claudine, Helena e Bárbara,

Que estiveram ao meu lado nos momentos que pensei que não seria possível.

A minha psicoterapeuta Etiane Oliveira,

Esteve sempre como meu heterossuporte

As eternas professoras, da vida e da academia, Josélia Quincas, Fabiana Nascimento e Suely Emilia,

Que escutaram e acolheram o meu processo de construção, na alegria e na tristeza.

As professoras Fernanda Nascimento e Manu e aos professores André e Marcus Belmino,

Pela leitura cuidadosa e pelas provocações que impulsionaram o amadurecimento desta pesquisa.

Lista de Tabelas

Tabela 1	<i>Dados da Família Silva</i>	35
Tabela 2	<i>Dados da Família Costa</i>	36
Tabela 3	<i>Dados da Família Andrade</i>	37
Tabela 4	<i>Dados da Família Pereira</i>	38
Tabela 5	<i>Dados da Família Leão</i>	39

Lista de Abreviações e Siglas

CONEP	Comissão Nacional De Ética em Pesquisa	159
DSM-V	Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5. ^a ed.	118
GGB	Grupo Gay da Bahia	93
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana	48
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	40
IST	Infecção Sexualmente Transmissível	99
LGBTQIA	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos, +	81
	Assexuais e mais	
ONG	Organização Não Governamental	109
SA	Síndrome de Asperger	118
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	30
TEA	Transtorno do Espectro Autista	118
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	14
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	29
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco	157

Resumo

O debate sobre a sexualidade tem sido um desafio em nossa sociedade, pois ainda é considerado um tema incômodo, algo obscuro que deve ser omitido ou pouco discutido nas rodas de conversas das famílias. Apesar desse olhar social para a sexualidade, alguns autores sinalizam a importância do diálogo entre pais e filhos (as) jovens referente ao tema, por considerar o contexto familiar um espaço que deve proporcionar uma abertura para o debate, de forma efetiva e compreensiva. Diante disto, tivemos como objetivo geral: Compreender a partir da Gestalt-Terapia de que modo o diálogo sobre sexualidade têm se estabelecido no sistema familiar entre pais e filhos(as) jovens. Como específicos: estudar como se dá a comunicação familiar sobre as questões relacionadas à sexualidade; entender como heterocisnormatividade influencia na comunicação da sexualidade e investigar se há a existência de tensão entre cada geração sobre a temática da sexualidade. Propomos uma pesquisa qualitativa, numa perspectiva fenomenológica hermenêutica, a partir de uma entrevista narrativa com jovens de 19 a 24 anos de ambos os sexos, que estudaram em escolas particulares e pertencem à classe média, no Recife e Região Metropolitana e com seus respectivos pais. Para análise dos dados, foram utilizados os procedimentos adotados na análise qualitativa Hermenêutica de Gadamer relacionando com a compreensão de sexualidade das teorias pós-estruturalistas. Como resultado, houve o estabelecimento do diálogo entre pais e filhos(as), mas não representa a realidade geral da realidade brasileira.

Palavras-chave: Família. Sexualidade. Diálogo. Jovens. Gestalt-terapia.

Resumen

El debate sobre la sexualidad ha sido un desafío en nuestra sociedad, pues aún es considerado un tema incómodo, algo oscuro que debe ser omitido o poco discutido en las ruedas de charlas de las familias. A pesar de esa visión social para la sexualidad, algunos autores señalan la importancia del diálogo entre padres e hijos(as) jóvenes, referente al tema, por considerar el contexto familiar un espacio que debe proporcionar una apertura para el debate, de forma efectiva y comprensiva. Ante esto, tuvimos como objetivo general: Comprender desde la –Terapia Gestalt de qué modo el diálogo sobre sexualidad se ha establecido en el sistema familiar entre padres e hijos(as) jóvenes. Como específicos: estudiar cómo se da la comunicación familiar sobre las cuestiones relacionadas a la sexualidad; entender cómo la heterocisnormatividad influye en la comunicación de la sexualidad e investigar si hay existencia de tensión entre cada generación sobre la temática de la sexualidad. Proponemos una pesquisa cualitativa, en una perspectiva fenomenológica hermenéutica, a partir de una entrevista narrativa con jóvenes de 19 a 24 años de ambos sexos, que estudiaron en escuelas privadas y pertenecen a la clase media, en Recife y Región Metropolitana y con sus respectivos padres. Para análisis de los datos, fueron utilizados los procedimientos adoptados en el análisis cualitativo Hermenéutico de Gadamer relacionando con la comprensión de la sexualidad de las teorías Posestructuralistas. Como resultado, hubo el establecimiento del diálogo entre padres e hijos(as), pero no representa la realidad general de la realidad brasileña.

Palabras clave: Familia. Sexualidad. Diálogo. Jóvenes. Terapia Gestalt.

Abstract

The debate about sexuality has been a challenge in our society because it is still considered a very uncomfortable and taboo theme and it is the least discussed among the conversations. Although this society look at sexuality, some authors signify the importance of the dialogue between parents and young children, because they consider that it is inside the family that we can make up some space to open up our minds to the matter in a very loving and comprehensive way. Before that, we had as objective to understand from the Gestalt-Therapy in which way this discussion has been established in the family specially between parents and children. Other specific objectives are to study how the communicative approach happens about this matter. Moreover, to understand how the heterocisnormatividade influences communication about sexuality. It is proposed qualitative research in a phenomenological hermeneutical based on interviews with youngsters between 19 to 24 years old, from both genders (males and females) that went to private schools in the region of Recife and whereabouts and also to their parents. To data analyzes it was used the qualitative analysis procedures from the Gadamer Hermeneutical relating these theories to the understanding of the post- structuralist theory about sexuality. As a result, there has been a dialogue between parents and children, even though it doesn't represent the Brazilian reality.

Keywords: Family. Sexuality. Dialogue. Young people. Gestalt-Therapy

Sumário

1. Como tudo aconteceu...	14
2. Introduzindo	19
3. Caminhos Metodológicos	25
3.1. Colaboradores (as)	29
3.2. Instrumento de pesquisa	30
3.3. Procedimento de coleta de dados	30
3.4. Procedimento de análise dos dados	31
4. Configurações familiares no tempo atual	34
4.1 Famílias entrevistadas	34
<i>4.1.1 Família Silva</i>	34
<i>4.1.2 Família Costa</i>	35
<i>4.1.3 Família Andrade</i>	36
<i>4.1.4 Família Pereira</i>	37
<i>4.1.5 Família Leão</i>	38
4.2. Famílias e as mudanças sociais	39
5. Estrutura Heterocisnormativa e sexualidade: entraves para uma relação dialógica entre pais e filhos	46
5.1 Por onde começa o diálogo	56
<i>5.1.1. Estabelecendo fronteiras: o limite entre diálogo e invasão de privacidade</i>	59
5.2. Sexualidade atravessada: a estrutura heterocisnormativa como barreira da expressão sexual enquanto totalidade	62

5.2.1. <i>Educação Machista como ferramenta de anulação da sexualidade</i>	63
5.2.2. <i>Enfrentamento de uma educação machista: o diálogo sobre sexualidade como possibilidade</i>	71
5.2.3. <i>A subversividade das sexualidades dissidentes: rejeição e acolhimento</i>	79
6. Diálogo entre pais e filhos: uma ponte para a emancipação da sexualidade	96
6.1. Cuidado como proteção	97
6.1.1. <i>As fronteiras do corpo no exercício da sexualidade: reconhecendo e estabelecendo os próprios limites</i>	100
6.2. Naturalização das expressões de sexualidade: “Faz parte da vida”	110
6.2.1. <i>O capacitismo como invisibilização da sexualidade</i>	113
6.2.1.1 Sexualidade no espectro autista: diferentes formas de exercê-la	118
6.2.2. <i>Sexualidade como uma totalidade: caminhos para a potência criativa</i>	126
6.3. O diálogo como ferramenta de heterossuporte	128
7. Resultados Finais	134
Referências	140
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	157
Anexo B – Questionário Sociodemográfico	161

1. Como tudo aconteceu...

O trabalho de pesquisa que motivou a concretização desta tese iniciou-se a partir das experiências vivenciadas nos trajetos pessoais, acadêmicos e na atuação profissional da pesquisadora. Nesse sentido, será apresentada uma breve retomada do percurso trilhado até aqui, a fim de possibilitar a todos os leitores a compreensão dos interesses, indagações e desfechos, encontrados pela pesquisadora, que motivaram a construção deste estudo.

O projeto que deu origem a esta tese começou em 2017, três anos após a minha dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desse período até o presente momento, tanto eu como a sociedade estamos vivenciando várias transformações ocasionadas pelo cenário político instaurado em 2018, quanto ao novo governo e a seus posicionamentos e discussões referentes à sexualidade.

Os discursos proferidos nessa gestão tiveram e ainda têm impacto nas discussões sobre sexualidade e gênero dentro dos movimentos sociais e na construção de pesquisas nas universidades. Esse cenário gerou, de modo particular, desmotivações momentâneas em dar continuidade a este estudo, bem como ao papel de docente universitária.

Além disso, esta tese foi e é atravessada pela pandemia gerada pelo SARS-CoV-19, notificada no Brasil no ano de 2020, dando início a uma nova forma de nos relacionarmos conosco e com o mundo, a qual também desencadeou fortes impactos na saúde mental, minha e de boa parte da população mundial, geradas pela contaminação do vírus, pelas perdas de entes queridos, da liberdade de livre circulação territorial, além das simbólicas, dentre outras que não saberei nomear, gerando insegurança, dor, medo e falta de perspectiva de dias melhores até a chegada da vacina.

Enfim, é nesse cenário de complexas mudanças pessoais, nacional e mundiais que essa tese foi construída. Devido a todo esse contexto descrito, a motivação inicial para essa pesquisa

foi se tornando profunda, podendo ser resgatada no momento que consigo reintegrar as partes de uma desintegração que impactou toda minha vida e forma de funcionar.

Todavia, o encontro aprofundado com a Gestalt-terapia, nosso referencial teórico, fez com que a apatia, a impotência frente aos embates políticos e históricos, era reflexo não só da minha singularidade, mas também dos jogos de poderes que estamos submersos (as) que nos inibe, nos desvitaliza e nos engessa. Assim, considero que essa tese ao se propor discutir sobre sexualidade dentro do sistema familiar a partir da Gestalt-terapia, representa uma resistência, uma sobrevivência diante dos desgastes, desesperança num mundo/país que se apresentou (e ainda se apresenta) inóspito para as ideias e pretensões que tive no início dessa longa jornada chamada: Doutorado.

Assim, retomando depois de um longo tempo, o interesse pela temática surge a partir de vários contextos e experiências que tive tanto na vida profissional como pessoal. Iniciando pela minha constituição enquanto pessoa nos contextos familiar e educacional.

Toda minha formação foi dentro de um colégio religioso católico carregado de bons aprendizados, mas em relação à sexualidade, sempre foi um tabu, uma vigilância e eu diria, uma “coerção”, monitoramento da vivência da sexualidade de jovens.

Tudo parecia perfeito nos ensinamentos sobre a sexualidade, um ideal que deveria ser seguido, namorar sem ter a vivência da sexualidade (física), depois noivar, casar e ter filhos, claro que, enquanto mulher, esse caminho só poderia ser seguido com um homem.

Paralelo a esses aprendizados, tinha todo um contexto familiar que sempre também deu conta de monitorar a sexualidade, falando de forma “apressada”, que era possível até ter intimidade física, mas não poderia transar, para não perder a honra e nem engravidar.

Para isso, não poderia viajar ou sair de casa sozinha com o namorado, só se fosse na companhia de uma outra pessoa ou ainda com os horários monitorados, para não ter “brecha” de algo acontecer no meio do trajeto. Claro que, durante esse período, eu não questionava nada

do que deveria ser seguido, achava importante e necessário, mesmo que as regras impostas fossem transgredidas, porém sempre eram guardadas, como segredo, e geravam uma mistura de sentimentos, felicidade, por estar se descobrindo e sentindo prazer, ao mesmo tempo em que sentia culpa e medo de não conseguir cumprir com as regras impostas e tão bem recomendadas pela família e escola.

Dá-se conta de que faço parte de uma sociedade heterocisnormativa¹, que ocupo um lugar de uma mulher cisgênera² branca, classe média, católica, heterossexual³, casada e psicóloga e que grande parte das minhas experiências já tinham sido escolhidas por um projeto maior, é desapontador. Enquanto mulher, por vezes, antes de casar, desejei, em alguns momentos, ser homem, pois parecia que tudo seria mais fácil. Observava que eles sempre eram os que escolhiam com quem namorar, casar, quando casar e não casar, quando ter filhos/as e não tê-los, onde viver, como se divertir, trabalhar, transar, enfim, aos meus olhos, eles tinham direito de “fazer o que quisessem” e seriam menos julgados.

Nas experiências, também como docente do curso de Psicologia e Medicina, essa é uma temática difícil de ser dialogada. Primeiro, porque a carga horária para discutir esse conteúdo é restrita ou inexistente; segundo, porque há uma curiosidade dos estudantes em geral sobre o tema, porém na minha experiência, era sempre acompanhada de debates calorosos.

Parte desses estudantes expressavam incômodos e desconfortos e até um certo medo de

¹ Gomes (2020, p.142) define heteronormativo como “as normas sociais vigentes que colocam a heterossexualidade como padrão e regra, discriminando aqueles que desempenham sua sexualidade de forma diferente”. O referido autor define que o conceito de “cisnormatividade” diz respeito às normas impostas ao gênero (de definir de forma binária e por meio da genitália se a pessoa é homem ou mulher aos comportamentos e vestimentas que cada gênero deve ter). Ele engloba também as representações sociais para quem diverge dessa norma” (p.143)

² Cisgênero ou cisgênera são pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi determinado quando de seu nascimento (Jesus, 2012). Aqui no texto, todas as vezes que nos referimos as pessoas cisgênero ou cisgênera utilizaremos o termo cis.

³ Heterossexual ou heterossexualidade é definida como “Atração sexual por pessoas de outro gênero e relacionamento afetivo-sexual com elas” (Brasil, 2009, p. 128).

desconstruir a forma naturalizada de nomear o que é ser homem e mulher e suas vivências sexuais. Parte dos debates era fundamentada em discursos religiosos e heteronormativos.

Por outro lado, havia estudantes não binários⁴, que se sentiam acalentados(as) e aliviados(as), por ter essas discussões. Essas pessoas aproveitavam a oportunidade para expressar como foi o seu processo de aceitação familiar, quanto à sua identidade não binária. Na maioria dos relatos, havia sofrimento e boa parte foi expulsa de casa ou incompreendida, não tendo a aceitação dos seus pais, mesmo que continuasse residindo no mesmo local. Muitos relataram que estavam deprimidos(as) e que haviam iniciado a psicoterapia e acompanhamento medicamentoso, para lidar com a sua situação.

Na literatura pesquisada, o debate sobre a sexualidade tem sido um desafio em nossa sociedade, pois ainda é considerado um tema incômodo, algo perigoso e obscuro, que deve ser omitido ou pouco discutido dentro das rodas de conversa das famílias. Em minha prática clínica, como psicóloga da Gestalt-terapia, observei um importante aspecto que despertou em mim interesse por uma compreensão mais profunda no que diz respeito ao diálogo dos (das) jovens com seus pais sobre a sexualidade.

Na experiência de atender jovens de classe média, de maneira geral, o motivo manifesto que levava à psicoterapia fazia referência às dificuldades de relacionamento em casa e na escola. Entretanto, no decorrer do processo, o tema principal por vezes se direcionou às vivências sexuais. Esses conteúdos apareciam de forma a revelar algo que “ninguém” poderia saber e que no meio do atendimento surgia uma fala que “revelava” rapidamente, por exemplo, que havia beijado alguém do mesmo sexo ou mesmo que, havia tido relação sexual com um amigo(a). Essas cenas me fizeram pensar que existia um segredo, compartilhado então para

⁴ Pessoas se identificam com a identidade não binária, são: “indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações” (Reis & Pinho, 2016, p.14)

perceber minha receptividade diante de “tal revelação”, o que deslanchava para mim abordagens possíveis, agora sobre o assunto.

Esse cenário demonstrou-me a existência de uma tensão nessas revelações, nas falas das/dos jovens, em que é apresentado a possibilidade de ter experiências sexuais com pessoas do mesmo sexo e também com o sexo oposto, inclusive compartilhando com seus colegas, sendo ainda passível de expressar tal desejo socialmente, em festas, eventos, dentre outros lugares. No entanto, ao sair desse contexto de seus pares e levar essa discussão para dentro da família, ocasionam a princípio uma aceitação, inclusive verbalizada, seguida por um comportamento de desrespeito, preconceito, tensão, muitas vezes gerado no silêncio.

Neste caminho, pensando como jovens experienciam a sexualidade, inquietações me surgem, caracterizando-se como problema de pesquisa: como as temáticas sobre a sexualidade são abordadas no sistema familiar entre pais e filhos/as de classe média? Como ocorre o diálogo sobre o tema da sexualidade entre pais e filhos/as?

Durante as entrevistas com pais e filhos (as) percebemos o quanto as narrativas eram carregadas de um modelo “politicamente correto”, falavam sobre a sexualidade e os diálogos promovidos no meio familiar como algo “corriqueiro”, porém seguiam com ensinamento e orientações ainda muito pautadas no modelo heteronormativo.

Considero que essa experiência em ter entrevistado cinco famílias é *revela-dor* do “esforço” das pessoas entrevistadas em ampliar para uma nova possibilidade de olhar, dialogar e vivenciar a sexualidade, hora inovando, hora repetindo modelos padronizados, ditados pela heteronormatividade.

Acredito que esse estudo traz a possibilidade de ampliar os debates sobre a sexualidade, sua importância na constituição humana, ultrapassando os diálogos para além do âmbito acadêmico, embora esse ainda se apresente também carente de produções tanto com as famílias como com profissionais da saúde e educação.

2. Introduzindo

Discutir sobre sexualidade é um desafio, pois não existe um conceito unívoco entre intelectuais, sistema educacional, jurídico e de saúde, bem como as instituições religiosas e a mídia. Ainda temos, como desafio, de que modo esse tema deve ser e/ou quando dialogado na escola e entre pais/mães e filhos/as desde tenra idade.

Na literatura pesquisada, verificamos que debater sobre sexualidade ainda gera desconforto entre pais e filhos (as), por esse tema ser compreendido como tabu, tido como algo incômodo, vergonhoso e perigoso. Apesar dessa construção social para a sexualidade, alguns autores sinalizam a importância do diálogo entre pais e filhos (as) jovens, referente ao tema, por considerar o contexto familiar um espaço que deve propiciar uma abertura para o debate sobre sexualidade, de forma afetiva e compreensiva. Como também, por esse ser um meio de transmissão de crenças sobre a vivência da sexualidade familiar, no qual os/as jovens cresceram e se desenvolveram e poderiam expressar seus medos, dúvidas e ideias em um ambiente muitas vezes mais seguro (Takiuti, 1997; Ressel et al, 2011; Savegnago & Arpini, 2016).

Savegnago e Arpini (2016) apontam que esse diálogo deve ser de responsabilidade, tanto do pai, quanto da mãe, pois ambos teriam igual relevância no desenvolvimento da sexualidade de seus/suas filhos(as), não sendo apenas responsabilidade das mães, como majoritariamente é delegada essa tarefa dentro do sistema familiar.

Outro aspecto importante destacado pelas autoras é que em sua pesquisa, as mães relatam ter mais facilidade de dialogar sobre a sexualidade com as filhas do que com os filhos adolescentes.

Várias pesquisas também ressaltam que quando há diálogo entre pais e filhos/as jovens sobre a sexualidade, ele tem majoritariamente um caráter preventivo, com foco no uso do preservativo para prevenção da gravidez e/ou transmissão de doenças (Almeida & Centa, 2009; Ressel et al, 2011; Nery et al, 2015; Savegnago & Arpini, 2016).

É notório que as discussões sobre sexualidade vêm crescendo, desde então, intensificadas principalmente na segunda metade do século XX, com o movimento feminista, de gays e lésbicas, com a criação da pílula anticoncepcional, a publicidade, inclusive com mudanças na intimidade, com o advento das tecnologias, como namoros virtuais e casamentos a distância. Enfim, todas essas transformações de forma mais explícitas vêm afetando múltiplas dimensões da vida de mulheres e de homens e alterando concepções, às práticas e as identidades sexuais teriam de ser levadas em consideração” (Louro, 2000, p.7).

No entanto, a sexualidade sempre foi considerada um assunto complexo, que confunde até mesmo os estudiosos; observamos, inclusive, que a temática com frequência é abordada como um assunto privado, algo que deveria ser apenas compartilhado com pessoas próximas e de forma discreta. Entretanto, em outros momentos, é tratada como algo natural, inerente ao ser humano, a qual seria vivida de forma universal e única. Tal concepção se ancora na ideia de que o sexo é definidor do gênero e da vivência da sexualidade, ou seja, os aspectos biológicos seriam definidores se uma pessoa é homem ou mulher e consequentemente sentiria afeto e desejo pelo seu sexo oposto. Esta visão, assim, é universalizante, biologizante e a-histórica, produzindo uma negação ou invisibilidade dos contextos sociais, políticos e culturais, que circunscrevem a vivência da sexualidade por homens e mulheres (Nogueira, 2020).

Ao adotar uma perspectiva essencialista sobre a vivência da sexualidade ancorada no sexo, estamos negando a dimensão social, histórica, cultural e política, que a constitui. Além de realizar uma “associação linear sobre gênero e sexualidade, como algo intrínseco, como uma natureza ou essência masculina ou feminina” (Rodrigues & Cardoso, 2021, p. 213).

Em contrapartida, em uma perspectiva essencialista, abordaremos a sexualidade dentro de um enfoque Gestáltico, realizando diálogo com a teoria pós- estruturalista baseado em teóricos e teóricas como Judith Butler, Guacira Louro, Joan Socott dentre outros, inclusive com a teoria *queer*, que possui um olhar sobre a sexualidade que se dá de forma fluida e que é

construída socialmente. Ademais, fazem críticas às imposições sociais normatizadoras sobre a sexualidade, esse diálogo será aprofundado mais adiante no decorrer da tese.

Ao abordamos a sexualidade dentro de um enfoque Gestáltico, se faz relevante ressaltar que essa perspectiva concebe o ser humano só existir no aqui e agora e em relação com campo-organismo-ambiente, como inseparáveis, pois os seres devem ser compreendidos de forma concreta e situada, como dizem Perls, Hefferline e Goodman (1951/1997, pp.42-43):

Em toda e qualquer investigação biológica, psicológica ou sociológica, temos de partir da interação organismo-ambiente. Não tem sentido falar, por exemplo, de um animal que respira sem considerar o ar e o oxigênio como parte da definição deste, ou falar de comer sem mencionar a comida (...). Não há uma única função, de animal algum, que se complete sem objetos e ambiente (...). Denominamos esse interagir entre organismo e ambiente em qualquer função o “campo organismo/ambiente” e lembremo-nos de que qualquer que seja a maneira pela qual teorizamos sobre impulsos, instintos, etc., estamos nos referindo sempre a este campo interacional e não a um animal isolado.

Dessa forma, a Teoria de Campo de Kurt Lewin, como diz Baroncelli (2012, p.191), “embutida na definição gestáltica de *campo-organismo-ambiente*, introduz a ideia de que, psicologicamente, diversas forças e influências agem umas sobre as outras, produzindo um resultado que é sempre único dentro de um tempo igualmente específico.”

Nesse íterim, Gomes (2020) ressalta que se faz necessário compreender a sexualidade em sua totalidade/organísmica/holística no campo, dando atenção as partes que a compõem, como o “machismo, sexismo, classicismo, teorias de gênero (cisnormatividade), heteronormatividade hegemônica, preconceito racial, preconceito sexual e, sobretudo, heterocisnormatividade” (p.164).

Assim, é a partir dessa perspectiva que iremos fundamentar o nosso estudo sobre a sexualidade. Vale ressaltar que esta não se limita ao ato sexual e aos órgãos genitais em si, mas é um fenômeno muito mais amplo, como bem ressalta a Gestalt-terapeuta Brito (2017, p. 10):

Que abrange desde a genitália e o ato sexual, até, dentre outros, os papéis de gênero, o erotismo, a sensualidade e outras funções do corpo humano, influenciando, assim, as relações entre as pessoas, o amor e a maneira como se constrói e se entende o mundo.

O autor fala ainda que a transmissão dos valores e crenças sobre a sexualidade é realizada pela família e por toda a sociedade e que esse processo é iniciado antes mesmo dos “primeiros balbucios, e assim continua pela vida afora, através de palavras, gestos, atitudes dos que convivem de maneira emocionalmente significativa com a criança, com o jovem ou mesmo com o adulto” (p.10).

Neste caminho, pensando como jovens experienciam a sexualidade, inquietações me surgem, caracterizando-se como problema de pesquisa: como a sexualidade é abordada no sistema familiar entre pais e filhos/as de classe média?

Tal pergunta se torna relevante, visto que o tema da sexualidade, embora seja conteúdo obrigatório no currículo escolar, ainda é vivenciado e debatido de forma “vergonhosa” e/ou como não sendo responsabilidade dos pais dialogarem sobre essa temática no sistema familiar (Savegnago & Arpini, 2016).

Realizamos uma revisão narrativa nas principais bases de dados *Scielo*, *BVSsalud* e *Pepsico* com os descritores “sexualidade e Gestalt-terapia” e não encontramos artigos relacionados à temática em estudo.

Outro ponto que vale ser ressaltado, que nos artigos das principais revistas de circulação sobre a Gestalt-terapia, como a *Revista da Abordagens Gestáltica*, do período de 2007 a 2021,

e a *Revista do Instituto de Gestalt-Terapia* do Rio de Janeiro⁵ 2004 a 2021 e a *Revista do Instituto de Gestalt-terapia* de São Paulo, do período 2004 a 2017, nenhum artigo aborda sobre o diálogo da sexualidade entre pais e filhos/as, o que afirma a necessidade da nossa pesquisa.

Felizmente, temos observado, desde 2020, várias discussões por meio de *lives* sobre Gestalt-terapia, gênero e sexualidade entre os/as associados e simpatizantes da Associação Brasileira de Gestalt-terapia, resultando na consolidação de um grupo de trabalho, para aprofundar sobre essa temática.

É dentro desse contexto, que iremos discutir a partir do referencial teórico da abordagem gestáltica o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos (as). Acreditamos que o nosso objeto de pesquisa é passível de ser estudado por essa teoria em decorrência da sua compreensão de ser humano e de mundo, que parte de uma perspectiva de campo, a qual o ser é inerentemente relacional, singular e total e toda sua ação no mundo só acontece numa relação de interdependência entre o todo e suas partes.

Consideramos que diante desse contexto, essa é uma temática relevante para os debates acadêmicos e sociais, podendo ultrapassar os muros universitários contribuindo para ampliar as possibilidades de acolhimentos a jovens e pais e mães com demandas de sexualidade além de poder contribuir para a compreensão da sexualidade para além de uma visão biologizante e patologizante, apresentando desta forma os seus aspectos sociais, culturais e como promoção em saúde.

Diante do exposto, temos nessa pesquisa como objetivo geral: Compreender a partir da Gestalt-Terapia de que modo o diálogo sobre sexualidade têm se estabelecido no sistema familiar entre pais e filhos(as) jovens. E como objetivos específicos: estudar como se dá o diálogo familiar sobre as questões relacionadas à sexualidade; entender como a

⁵ Escolhemos os Institutos de Gestalt-Terapia do Rio de Janeiro e São Paulo, por eles estarem localizados em grandes metrópoles e nelas existirem diversos centros de estudos acadêmicos conhecidos nacionalmente.

heterocisnormatividade influencia no diálogo da sexualidade e investigar se há a existência de tensão geracional sobre a temática da sexualidade.

A pesquisa está dividida em cinco capítulos, sendo um teórico, um capítulo sobre o método, dois capítulos teóricos analíticos e o último referente às considerações finais. O primeiro capítulo, teórico, discute sobre as Configurações familiares no tempo atual, traz as transformações sociais que impactaram as novas formas de constituir a família. No segundo capítulo, aborda-se a hermenêutica filosófica de Gadamer, uma perspectiva fenomenológica, buscamos compreender a dialética da relação entre sexualidade e o diálogo entre pais e filhos (as) bem como o campo que surge a partir desse contato em sua totalidade.

No segundo, problematizamos sobre como a história da sexualidade no Brasil tem como base a estrutura heterocisnormativa e o patriarcado e como o diálogo entre pais e filhos (as) é afetado por esse sistema. No terceiro, abordamos o diálogo entre pais e filhos (as) como ferramenta de emancipação para sexualidade, no qual o diálogo é permeado por informações sobre cuidado, autoafirmação, respeito tendo como base uma relação dialógica entre pais e filhos (as) propiciadora para independência e autonomia dos (das) jovens. Por fim, o capítulo das considerações finais, no qual apresentamos a importância dos principais achados, relacionando-os aos objetivos desta pesquisa e realçamos a importância dos resultados encontrados para a criação de políticas públicas que realizem intervenções e informações sobre ferramentas de diálogos sobre sexualidade entre pais e filhos (as).

2. Caminhos metodológico

Propomos uma pesquisa qualitativa, numa perspectiva fenomenológica hermenêutica, a fim de compreender como os/as jovens dialogam sobre sexualidade, no seu sistema familiar, com seus/suas pais/mães.

Ao adotar uma abordagem qualitativa dentro dessa perspectiva, faz-se necessário que o/a pesquisador/a compreenda o fenômeno apresentado em sua totalidade "de modo peculiar, específico, único de o objeto existir" (Martins & Bicudo, 2003, p.76). Esta compreensão é diferente da intelectualização, pois esta última estaria restrita a uma natureza imutável e verdadeira das coisas (Martins & Bicudo, 2003). Nessa direção, o papel do/da pesquisador/a é "deixar" que seus(suas) colaboradores/as de pesquisa relatem em sua própria linguagem como vivenciam/e experienciam sua realidade, seu cotidiano, pois acredita que eles "sejam capazes de descrever o que estão experienciando de modo mais adequado do que o pesquisador poderia fazer" (Martins & Bicudo, 2003, p.8), por isso, não se preocupa com pré-conceitos⁶ sobre o fenômeno estudado.

Andrade e Holanda (2010) indicam que o/a pesquisador/a fenomenólogo/a deve estar orientado/a para a descoberta, para a abertura de qualquer conteúdo ou tema que possa emergir na pesquisa, situada no momento e contexto. Os autores enfatizam que a trajetória da pesquisa estará intrinsecamente relacionada ao contexto no qual está inserida, mas que não se pode "esquecer que o pesquisador exerce influência sobre a situação da pesquisa e é por ela também influenciado" (Andrade & Holanda, 2010, p. 260).

Nesse ínterim, a Hermenêutica Filosófica de Gadamer (1900/1997) considera que é por intermédio da linguagem que os interlocutores realizam seus acordos e entendimentos sobre as coisas. Considera ainda que o ato de falar revela um horizonte de sentido na medida em que

⁶Pré-conceitos aqui se referem às pré-compreensões. Bresolin (2008, p. 70) traz: "Desta forma, sabendo que a história que nos pertence, mas nós que pertencemos à história, é preciso uma reabilitação dos preconceitos que desde sempre nos determinam e, conseqüentemente, uma reabilitação da autoridade da tradição."

toda compreensão se revela na linguagem e nela se constitui. É na linguagem que o ser se mostra em sua compreensão original e se expõe historicamente.

Deste modo, na perspectiva hermenêutica gadameriana, a “linguagem em sua condição universal ocorre num jogo, em um jogo de compreensão” (Rocha, 2009, p.10). Desta forma, a concepção sobre a temática da sexualidade encontra-se circunscrita aos processos de subjetivação, no entanto, é anterior a esta. Para Gadamer (2008^a), a subjetividade não é analisada como uma instância determinadora em relação à compreensão, mas, sim, fazendo parte dela.

Assim, Gadamer diz que (2008^a, p.154), “[...] o importante de fato é liberar esse conceito do significado subjetivo.” E ainda relata que:

Procuro demonstrar aquilo que é comum a todas as maneiras de compreender e mostrar que a compreensão jamais é um comportamento subjetivo frente a um “objeto” dado, mas pertence à história efetual,⁷ e isso significa pertencer ao ser daquilo que é compreendido (Gadamer, 2008^a, p.18).

Dentro dessa perspectiva, o/a pesquisador/a tem que se colocar à disposição do/da colaborador/a e, por meio da conversação, respeitar seus pontos de vista e se colocar no lugar dele/dela e talvez “não no sentido de que se queira entendê-lo como esta individualidade, mas sim no que se procura entender o que se diz” (Gadamer, 1900/1997, p. 561). No entanto, ressalta que ambos trazem consigo sua história de vida, sua tradição e conceitos prévios, que fazem parte da sua constituição, não podendo esquivar-se dela.

Como pesquisadora, a partir da perspectiva fenomenológica hermenêutica foi possível perceber que esse lugar não estava isento dos processos de mudanças que ocorrem diante de

⁷ Para Gadamer (2008^a, p.300), “a construção do mundo histórico não é um fato extraído da experiência e em seguida incluído numa referência axiomática, mas o fato de que a sua base é, antes, a historicidade interna, própria da mesma experiência.”

uma abertura para o diálogo, assim pesquisadora e colaboradores(as) em uma relação dialógica experimentaram diversos olhares em relação a sexualidade, como uma construção contínua.

Dessa forma, as tradições “influenciam o que somos e o modo como compreendemos o mundo” (Schwandt, 2006, p.199). Acredita ainda Gadamer que, por intermédio da fusão de horizontes, outros significados serão negociados reciprocamente no ato da interpretação, entre os atores em comunicação. Na fusão de horizontes, Lawn (2007, p. 59) comenta: “o que nunca devemos esquecer é que sempre somos parte daquilo que buscamos compreender”, ou seja, a compreensão é carregada de toda nossa trajetória de vida.

Durante o trabalho de campo, pesquisador/a e colaborador/a, juntos, com seus pré-conceitos foram sendo desvelados no instante do encontro, revelando outras/novas possibilidades de compreensão, que emergiram desse encontro e que orientaram os dois horizontes que se uniram dialogicamente, no processo de fusão de horizontes.

Assim, foi partindo desse pressuposto que colhemos as narrativas de pais e filhos/as sobre como a temática da sexualidade é discutida em seu sistema familiar. Tivemos a preocupação de considerar os fenômenos que emergiram durante as entrevistas sem a priori, levando em consideração os sentidos construídos por cada família entrevistada sobre a temática da sexualidade, considerando o contexto em que estavam inseridas.

Dessa forma, a visão fenomenológica que norteia essa pesquisa buscou compreender a dialética da relação entre sexualidade e o diálogo entre pais e filhos (as) bem como o campo que surge a partir desse contato em sua totalidade.

O trabalho é norteado a partir das lentes teóricas da Gestalt-terapia e do pós-estruturalismo que conversa e dialoga com a Teoria Queer. A Gestalt-terapia tem como base a fenomenologia, e coloca no cerne da sua investigação a experiência intersubjetiva, o lugar do entre. Sua preocupação é descrever o fenômeno que emerge na experiência relacional, intersubjetiva no campo organismo/meio, o que faz com que ela não tenha uma teoria

psicológica, mas sim uma perspectiva ontológica e fenomenológica sobre o ser humano (Belmino, 2020).

Nesse ínterim, é que a Gestalt-terapia se constitui enquanto abordagem teórica, que na visão do Paul Goodman⁸, apresentada por Belmino (2020, pp 77-78), não seria uma abordagem simplesmente psicológica, e sim uma psicologia social, pois:

Ela não se interessa em descrever processos psicológicos ou algo do tipo, ela também não é uma sociologia, afinal de contas ela olha para a singularidade das relações acima do movimento da sociedade como um todo. Goodman chamou de uma psicologia social, para conseguir dar conta de uma teoria que olhe para as relações em primeiro lugar, mas não perca o caráter espontâneo e criador daquilo que a experiência produz. [...] a Gestalt-terapia é ontológica, afinal de contas é uma descrição da experiência pré-reflexiva, pré-individual, mas também original e criativa sem haver um nexos anterior ou posterior que a defina *a priori*.

Por isso, entende-se que a Gestalt-terapia dialoga diretamente com a teoria pós-estruturalista tendo como teóricos e teóricas Judith Butler, Guacira Louro, Joan Scott dentre outros, que compartilham de uma visão de sexualidade que se dá de forma fluida e que é construída socialmente. Realiza ainda críticas às normas e padrões impostas que tentam definir ou restringir as diversas expressões de sexualidades. Também relacionamos com a teoria queer por compreender que a visão de mundo e a ética Gestáltica se propõem ao acolhimento daquilo que foge a norma, dentro de um campo que é estruturado de forma cristalizada e engessada em uma única forma de ser.

⁸ Segundo Belmino (2020, p.76), Goodman, no seu encontro com Fritz Perls e Laura Perls, foi mais do que um editor do livro *Gestalt therapy*. Ele tornou-se um coautor importante, tornando-se responsável pela escrita quase completa do tomo teórico do livro *Gestalt Therapy*, podendo, então, construir as bases de uma nova teoria da experiência, ou como prefiro dizer, uma nova compreensão ontológica da experiência.

A exemplo disso está Santana (2021) que no livro “Gestalt-Terapia e Sociedade” contribuiu com um capítulo em que ele propõe *queerizar* a Gestalt-terapia intitulado: “*Queerizar a Gestalt-terapia: borramentos das fronteiras sob gênero na travessia teoria queer à teoria do self gestáltica*”. Percebemos que diante desse contexto é possível fazer uma articulação teórica entre as lentes citadas anteriormente possibilitando uma análise aprofundada na referida tese.

3.1 Colaboradores (as)

Esta pesquisa foi realizada com jovens de 19 a 24 anos, de ambos os gêneros. A escolha por essa faixa etária segue os parâmetros da Organização Internacional da Juventude / Unesco, que considera como limite cronológico, para se referir a jovens, as idades de 14 e 25 anos, sendo o período inicial, dos 14 aos 18 anos, denominado de adolescência (Schmidt, 2001). No entanto, sabemos que esse período da vida deve ser olhado de forma fluida e varia conforme a questão social, econômica e cultural (Coimbra et al., 2005).

Nesta pesquisa, realizamos uma entrevista em profundidade com seis jovens, sendo três homens e três mulheres e seus respectivos pais/mães, que fizeram o ensino médio em escolas particulares, de camada média. As famílias participantes eram todas residentes no Recife, apenas uma fazia parte da Região Metropolitana. Inicialmente as entrevistas ocorreram em formato presencial, no consultório da pesquisadora, localizado na referida cidade, todavia, em decorrência do COVID-19, passaram a ser realizadas virtualmente na plataforma *zoom*, sendo gravadas e transcritas na íntegra, após autorização dos/das participantes.

A captação dos(das) colaboradores(as) se deu a partir da técnica conhecida como bola de neve (Baldin & Munhoz, 2011), em que inicialmente foi realizada a divulgação da pesquisa, entre jovens e seus(suas) respectivas famílias, que faziam parte da rede de contato da pesquisadora e que demonstraram interesse em participar. Demais participantes da pesquisa foram indicação dos (das) participantes iniciais do estudo que por sua vez indicaram outros, e

assim sucessivamente. O que caracteriza a referida técnica, bastante utilizada em pesquisas não probabilísticas.

É importante ressaltar que o convite para colaboração da pesquisa se estendeu para diferentes jovens em diversas áreas de atuação, todavia, majoritariamente, os que aceitaram participar eram estudantes de psicologia.

3.2 Instrumento de pesquisa

Nesta pesquisa, utilizamos uma entrevista narrativa com os/as jovens e seus pais. Cada participante se expressou livremente, estimulado pela seguinte questão disparadora: “Por favor, comente sobre como a temática da sexualidade vem sendo discutida dentro da sua família.” Consideramos que a narrativa é um instrumento rico em intercambiar experiências. Ela possibilita que o narrador comunique suas vivências de modo mais espontâneo, sem explicações, que, muitas vezes, segundo Benjamim (1994, p. 205), são fugazes ou de curta duração. Para o autor, a narrativa não tem preocupação com o encadeamento exato dos fatos determinados, mas sim com a forma da sua inserção no fluxo das coisas sem limite, sem fim. Relata ainda que na narrativa, “seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata.”

A escolha da entrevista narrativa possibilita acessar os fenômenos sem haver uma deturpação dos significados atribuídos pelo sujeito que narra, essa é postura fenomenológica e gestáltica, de acessar o sentido daquilo que é revelado.

3.3 Procedimentos de coleta de dados

A entrevista foi realizada com cada membro da família, de forma individual. No primeiro momento, a pesquisadora apresentou os objetivos da pesquisa e em seguida interpelou se havia interesse em participar dela. Após a demonstração de interesse, o/a colaborador/a assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A), a fim de garantir

o sigilo acerca do diálogo e da necessidade de uma autorização, para que os dados fossem publicados, respeitando as regras éticas em conformidade com a Lei 466/2012.

A partir da fala desses diante da questão, a entrevistadora realizou pequenas devolutivas, a fim de descrever suas impressões acerca do que o/a entrevistado/a lhe falou e este, por sua vez, pôde concordar, refutar ou complementar a compreensão feita. Tal ação de devolver para o outro, sua própria fala, lhe possibilitou questionar e ampliar sua reflexão sobre o conteúdo (Szymanski, 2004).

Consideramos que tal instrumento possibilitou, tanto à pesquisadora, quanto aos/às participantes ampliarem a compreensão sobre as questões que envolvem a sexualidade dos/das jovens e de suas famílias. O presente estudo foi submetido ao comitê de ética para análise de pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco e foi aprovado sob o número de parecer: 3.735.499.

3.4 Procedimento de análise dos dados

Nos procedimentos de Análise dos Dados, realizamos as transcrições das narrativas das entrevistas na íntegra. Em seguida, os dados foram sistematizados e analisados, conforme os depoimentos. Esses registros tiveram como base os procedimentos adotados na análise qualitativa fenomenológica hermenêutica de Gadamer.

A partir de seus pressupostos, a Hermenêutica Filosófica aponta ser a compreensão e interpretação dos dados também um ato de compreensão participativa, conversacional e dialógica. Schwandt (2006) relata que a compreensão é vivida ou existencial, pois é atravessada pela existência e sua tradição. A pesquisadora, por meio de sua tradição, buscou dialogar com os dados coletados em busca da compreensão de um horizonte diferente construído com as narrativas.

Para Gadamer (2008b, p.75), no primeiro contato com o texto dos/das colaboradores/as:

[...] é importante manter o olhar para as mesmas coisas, até superar completamente as errâncias que atingem o processo do intérprete, a partir de sua própria posição. Quem quiser compreender um texto deverá sempre realizar um projeto. Ele projeta de antemão um sentido do todo, tão logo se mostre um primeiro sentido do texto. Esse primeiro sentido somente se mostra porque lemos o texto já sempre com certas expectativas, na perspectiva de um determinado sentido. A compreensão daquilo que está no texto consiste na elaboração desse projeto prévio, que sofre com constante revisão à medida que aprofunda e amplia o sentido do texto.

Assim, a leitura foi efetivada na direção desse diálogo com o texto. As percepções capturadas durante a conversa foram registradas e aos poucos agrupadas àquelas que apresentaram pontos em comum. É importante destacar que primeiro realizamos uma análise dos diálogos dentro de cada sistema familiar e construímos dentro deles categorias de análise, a estrutura do texto foi organizada mediante a identificação das temáticas dentro das falas das(os) entrevistadas(os), fazendo com que cada capítulo traga um link teórico a partir da apresentação da temática nos diálogos.

Diante disso, o primeiro capítulo trará as configurações familiares no tempo atual, com a descrição das famílias entrevistadas e as mudanças sociais identificadas. Para o capítulo seguinte, será abordado a relação dialógica dos pais e filhos(as) dentro da estrutura da heterocisnormatividade e sexualidade, trabalhando eixos transversais a respeito da invasão de privacidade, educação machista, orientação sexual e o medo da violência. Para finalizar, o terceiro capítulo trará o diálogo dos pais e filhos(as) como uma emancipação para a sexualidade, como forma de proteção, cuidado do corpo e das violências; também será abordado a sexualidade frente a pessoas com deficiências, como sendo mais um elemento corporal.

Nesta pesquisa, de base hermenêutica, deixamos os textos das entrevistas integralmente. Isso possibilitará a quem ler a condição de perceber outros jogos de compreensão sobre o diálogo da sexualidade entre pais e filhos(as) que não pudemos perceber. A partir destas considerações apresentaremos o conjunto de capítulos e suas respectivas de categorias de análise que permitem acessar a dinâmica do diálogo que se estabelece entre pais e filhos(as) sobre sexualidade.

4. Configurações familiares no tempo atual

Para o objetivo que empreendemos nesta pesquisa, fez-se relevante conhecer a forma como as famílias participantes se reconhecem e se constituem enquanto família. Para isso, abordaremos, neste capítulo, questões referentes à composição familiar dos/das colaboradores (as) bem como essas configurações se entrelaçam com as mudanças sociais e culturais no tempo atual.

Como primeira etapa analisamos o questionário sociodemográfico que utilizamos para identificar o perfil dos (das) nossos (as) participantes no que tange os quesitos: classe social, exercício profissional, estado civil, religião, gênero, raça/cor e a quantidade de filhos (as) por família.

Apesar dos desafios que se apresentaram no campo, os/as colaboradores (as) que se dispuseram a participar da pesquisa se mostraram abertos aos diálogos provocados pela pesquisadora, apresentando narrativas que ora convergiam com os membros da família, ora divergiam, pois cada um falava do lugar que ocupava no seu sistema familiar e como a temática se apresentava para cada um nas suas vivências.

4.1 Famílias entrevistadas

As cinco famílias entrevistadas foram: Família Silva, Família Costa, Família Andrade, Família Pereira e Família Leão. Todos os nomes e os sobrenomes são fictícios, com o intuito de manter o sigilo. A seguir, é possível visualizar o perfil dos/das colaboradores(as) e de suas famílias, cujos dados foram coletados antes das entrevistas, por meio do questionário sociodemográfico (Anexo B).

4.1.1 Família Silva

É uma família configurada dentro do modelo nuclear⁹, que se caracteriza por uma composição de pai, mãe e filho. Essa família é formada pelo pai Carlos, cisgênero,

⁹ Família constituída por pai, mãe e filhas(os).

heterossexual, 45 anos, branco, jornalista, não possui religião. A mãe Lúcia, cisgênero, heterossexual, 48 anos, branca, gerente administrativa, espírita não praticante. Possuem união estável, primeiro casamento de ambos conjugues e têm o filho Léo, de 23 anos, cisgênero, homossexual¹⁰. Os pais têm formação de ensino médio completo e o filho ensino superior incompleto, estudante de Psicologia.

Criamos uma tabela com o intuito de aglutinar as informações da família Silva.

Tabela 1

Dados da família Silva

	Carlos – Pai	Lúcia – Mãe	Léo - Filho
Idade	45	48	23
Gênero e Sexualidade	Cis Hétero	Cis Hétero	Cis Homossexual
Cor	Branco	Branca	Branco
Religião	Não possui	Espírita não praticante	Não possui
Estado Civil	União estável (1º Casamento)	União estável (1º Casamento)	Solteiro
Escolaridade	Ensino médio	Ensino Médio	Superior incompleto (Psicologia)
Profissão	Jornalista	Gerente Administrativo	Estudante

4.1.2 Família Costa

A família Costa se configura no modelo nuclear, composto pelo pai, mãe, um filho e uma filha. Constituída por João, homem, branco, cis, hetero, 53 anos, funcionário público, pós-graduado, não possui religião, está no seu segundo casamento, sem filhos do casamento anterior. A mãe, Joana, 56 anos, mulher, branca, cis, hetero, administradora, ensino superior completo, espírita não praticante, seu primeiro casamento. Possuem união estável e têm dois

¹⁰ Homossexual é definido como “ é a atração sexual por pessoas de mesmo gênero e relacionamento afetivo-sexual com elas” (Brasil, 2009, p. 128).

filhos, uma filha de 24 anos, Sabrina, católica praticante, branca, estudante de Psicologia, cis, homossexual, e um filho, Sandro, de 21 anos, autista, cis, hetero que faz universidade, mas que não participou inicialmente da entrevista.

Consideramos importante destacar que a pesquisadora não foi informada sobre o filho Sandro, que tem comportamento atípico, por isso não foi convidado pela família para participar da entrevista. Iremos aprofundar essa discussão do direito à expressão sexual de pessoas com deficiência e neuroatípicas.

A seguir apresentaremos a família Costa em tabela:

Tabela 2

Dados da Família Costa

	João – Pai	Joana – Mãe	Sabrina – Filha	Sandro - Filho
Idade	53	56	24	21
Gênero e Sexualidade	Cis Hetero	Cis Hetero	Cis Homossexual	Cis Hetero
Cor	Branco	Branca	Branca	Branco
Religião	Não possui	Espírita não praticante	Católica	N/a
Estado Civil	União estável (2º casamento)	União estável (1º casamento)	Solteira	Solteiro
Escolaridade	Pós-graduado	Superior completo	Superior incompleto (Psicologia)	Superior incompleto
Profissão	Funcionário Público	Administradora	Estudante	Estudante

4.1.3 Família Andrade

É uma família com uma configuração nuclear, formada pela mãe, sua filha e o padrasto. A mãe Elaine tem 42 anos, cis, hetero, pesquisadora com mestrado, não possui religião, mas frequenta um Centro de estudo budista, casada, teve quatro casamentos, sendo duas uniões de

casamento formal civilmente. A filha Elis, de 21 anos, cis, hetero, formada em Designer, nível superior, solteira, não possui religião. Elaine é mãe solo e seu atual marido não participou da educação da sua filha.

A seguir uma tabela sobre a composição familiar.

Tabela 3

Dados da Família Andrade

	Pai	Elaine – Mãe	Gina - Filha
Idade	n/a	42	21
Gênero e Sexualidade	n/a	Cis Hetero	Cis Hetero
Cor	n/a	branca	branca
Religião	n/a	Não Possui	Não Possui
Estado Civil	n/a	Casada (4º casamento, sendo 02 uniões de casamento formal civilmente)	Solteira
Escolaridade	n/a	Pós-graduada	Pesquisadora com mestrado
Profissão	n/a	Superior Completo	Designer

4.1.4. Família Pereira

É uma família monoparental¹¹, liderada pela mãe que tem dois filhos. A mãe Samara tem 48 anos, cis, hetero, divorciada, católica praticante, autônoma superior e estudante de Psicologia. Tem dois filhos, Leandro, 20 anos, cis, hetero, estudante universitário, católico praticante, e Larissa, 17 anos, cis, hetero, católica praticante, estudante do Ensino Médio. Apenas Leandro foi entrevistado, por fazer parte dos critérios da pesquisa.

A seguir uma tabela ilustrativa da família:

¹¹ famílias monoparentais são as formadas por uma pessoa e seus descendentes, posto que exclui a necessidade de relação conjugal para sua existência, inaugurando uma nova forma de constituição de família.

Tabela 4*Dados da Família Pereira*

	Pai[a]	Samara – Mãe	Leandro – Filho	Larissa - Filha[b]
Idade	n/a	48	20	17
Gênero e Sexualidade	n/a	Cis Hetero	Cis Hetero	Cis Hetero
Cor	n/a	branca	Branco	branca
Religião	n/a	Católica	Católico	Católica
Estado Civil	n/a	Divorciada	Solteiro	Solteira
Escolaridade	n/a	Autônoma Superior	Superior incompleto	Ensino Médio incompleto
Profissão	n/a	Estudante de Psicologia	Estudante de Engenharia	Estudante

[a] Os pais são divorciados, e o pai não mora mais com os filhos.

[b] Não participou da pesquisa, pois não fazia parte do perfil.

4.1.5 Família Leão

É uma família que possui uma configuração nuclear, composta pelo pai, a mãe e uma filha. Ambos os cônjuges estão no seu segundo casamento, no primeiro matrimônio o pai teve duas filhas que moram com a mãe e são maiores de idade e a mãe teve uma filha do seu primeiro matrimônio. No recasamento, eles tiveram uma filha que hoje tem 14 anos.

No primeiro momento da entrevista, a família era composta pelo pai Vinícius, 61 anos, cis, hetero, aposentado, branco, Católico da Igreja Anglicana, porém não praticante. A mãe Amanda, 45 anos, cis, hetero, católica não praticante, psicóloga, pós-graduada. Duas filhas, Sarah, de 14 anos, cis, hetero, estudante do ensino médio, filha do seu casamento com Vinícius e Fabíola, 22 anos, cis, hetero, católica, estudante de Psicologia, que morava na casa dos pais com sua filha de dois anos, em decorrência de uma gravidez não planejada. A primeira entrevista foi realizada em fevereiro de 2020, com Vinícius, Amanda e Fabíola, mas em

decorrência de problemas técnicos, perdemos o material da entrevista com o padrasto (considerado pai de Fabíola) e a filha Fabíola, e assim tivemos que refazê-la em junho de 2021.

Nesse segundo momento, a família se apresentou reconfigurada com Fabíola, agora com 23 anos, formada em Psicologia, morando em sua própria casa, com a filha e seu atual marido, pai da sua filha. É importante destacar que nesse segundo momento, mesmo com a nova configuração familiar, o esposo de Fabíola não fez parte da entrevista, visto que ela ainda estava no processo de transição na mudança da casa.

A seguir a tabela com os dados da família Leão:

Tabela 5

Dados da Família Leão

	Vinicius – Pai	Samara - Mãe	Fabíola - Filha	Fabiana - Filha
Idade	61	48	23	14
Gênero e Sexualidade	Cis Hetero	Cis Hetero	Cis Hetero	Cis Hetero
Cor	Branco	Branca	Branca	Branca
Religião	Católico Anglicano	Católica	Católica	Católica
Estado Civil	União estável (2ºCasamento)	União estável (2º Casamento)	Casada	Solteira
Escolaridade	Superior incompleto	Pós-graduada	Superior completo	Ensino médio incompleto
Profissão	Aposentado	Psicóloga	Psicóloga	Estudante

4.2. Famílias e as mudanças sociais

A família vem passando desde o século XX até o momento atual, por diversas alterações sociais relacionadas desde a diminuição da quantidade de filhos (as), em decorrência de várias mudanças, entre elas a criação da pílula anticoncepcional, questionamentos sobre o modelo

patriarcal e nuclear burguês, novos papéis sociais assumidos pela mulher, aumento do número de divórcios, recasamentos, novas formas de arranjos familiares. Ademais, os movimentos sociais em favor das mulheres, homossexuais, negros, entre outros grupos, impactaram e transformaram a vida social e privada (Dessen, 2010). Todas essas mudanças são decorrentes de processos sociais, históricos, culturais e econômicos que repercutem nessas organizações, as quais sugerem ser percebidas como mutáveis/organísmicas.

No Brasil, a instituição família era marcada pela soberania do homem sobre os membros de sua família além de não ser consideradas as uniões estáveis e prole fora do casamento. A partir da Constituição de 1988 há abertura de novos horizontes para a constituição familiar. Assim, de acordo com o Código Civil de 2002 reconhece, no Art. 1.723; Título III, “como entidade familiar a união estável entre um homem e uma mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.” O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) a define como o “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa” (para. 10).

Para Rosa e Pessôa (2018, p.112), a partir de então, “instaura-se a igualdade entre homem e mulher, o conceito de família é ampliado, passando a proteger todos os seus integrantes, e se tutela, além do casamento, a união estável e a família monoparental”.

Assim, diversas modalidades de família são reveladas e possíveis de serem experienciadas por pessoas que inauguram novas formas de convivências para além daquelas convencionadas (modelo tradicional como patriarcalismo e matrimonialismo) abrindo novas configurações tais como a monoparentalidade, a pluriparental¹² (recompostas ou recasadas), união estável e união homoafetiva entre outras.

¹² formada pela multiplicidade de vínculos, como por exemplo um casal que integra uma nova família, possuindo filhos(as) de relacionamentos anteriores.

Todas essas modalidades tem propósitos comuns que podem ir desde o cuidado com o lar, criação dos (das) filhos e outras atividades relacionadas à convivência familiar, assim como interação com sistemas maiores como vizinhança, cidade, país e mundo. A família é “uma unidade social, cultural e econômica da comunidade” (Zinker, 2001, p.75). É a partir desse olhar que iremos discorrer sobre os colaboradores que fizeram parte dessa pesquisa, não consideramos um único modelo familiar certo ou errado de se compor, esse sistema mas aquilo que é entendido e vivido na organização de cada grupo familiar.

Nesse ínterim, Mello (2005) nos convida a pensar a família como uma instituição existente, a partir dos vínculos que são estabelecidos entre seus membros. Dessa forma, a função que cada pessoa exerce dentro da família não seria estabelecida por meio de subordinações determinadas de formas naturalizadas, mas sim focadas na “criação de condições que assegurem o bem-estar físico e emocional dos seres humanos em interação” (p. 40).

Em nossa pesquisa, as famílias são compostas por três diferentes configurações: 03 (três) são de recasamentos, (01) primeiro casamento e (01) uma monoparental. Quatro delas seguem o modelo nuclear, de pai, mãe e filho (filha) e uma monoparental que é composta pela mãe, filho e filha.

Curiosamente estamos realizando uma pesquisa no ano de 2022 e ainda percebemos um modo de convivência e constituição familiar pautado no modelo nuclear que foi dominante há tempo atrás, na época entendido como modelo único de configuração. Segundo Biasoli- Alves no ano 1997 trazia que na família brasileira ainda é dominante o modelo nuclear (pai- mãe- descendentes). Chegando a referências mais atuais percebemos que esse modelo ainda se encontra vigente na forma de conceber família, no entanto percebe-se mudanças nos acordos vividos dentro desse formato nuclear como relata Rocha-Coutinho (2006, pp. 100-101):

Diferentemente do passado em que, na família, um modelo identitário (...) era oferecido a cada um de seus membros e em que valores e padrões de comportamento mais ou menos estáveis eram passados de geração a geração, estamos assistindo agora a um momento de indefinição e ausência de modelos fixos e imutáveis. Valores e padrões de comportamento tradicionais parecem coexistir, muitas vezes em conflito, com novos valores e padrões de comportamento no interior das famílias.

Ao discutir o sistema familiar na atualidade uma das mudanças significativas diz respeito ao papel da mulher na composição e atividades exercidas nesse núcleo, marcada pela sua inserção no mundo do trabalho, ou seja, constitui-se ainda como modelo nuclear, mas os papéis sociais estão sendo vividos de formas multiplurais. Pais, mães e filhos (as) estão se recolocando e exercendo funções e papéis outros nas convivências em família.

Nas famílias participantes da nossa pesquisa, todas as mães entrevistadas estão inseridas no mercado de trabalho. Isso nos mostra que cada vez mais as mulheres estão ocupando espaços que antes eram só privilégios dos homens, como trabalhar e poder estudar. Em pesquisa¹³ realizada por Coutinho e Menando (2015), com mulheres pertencentes a classe média e baixa sobre a representação social do feminino no contexto familiar, pode perceber que a geração mais jovem conseguiu atingir uma maior escolarização, maior possibilidade de exercício profissional e menor número de filhos (as), em média (as) 1,7 em relação a geração de suas mães.

As famílias também participantes de nossa pesquisa, possuem em média 1,6 de filho por casal, distribuídas da seguinte forma: família Silva e Andrade possuem um filho (a) cada, Família Costa, Pereira e Leão, 02 filhos (as) cada¹⁴.

¹³ Nessa pesquisa, participaram das entrevistas individualmente 20 mulheres de estrato econômico de média para baixa renda: 10 com filhos nascidos na década de 1960 (primeira geração), e 10 com filhos nascidos nos anos 1990 (segunda geração). Todas do segundo grupo são filhas das mulheres da primeira geração.

¹⁴ O pai da família Leão, tem duas filhas que não convivem com o casal que é do seu primeiro casamento, consideramos apenas a configuração atual das famílias.

No que diz respeito à escolaridade das mulheres, podemos observar que 02 (duas) são pós-graduadas; 02 (duas) possuem ensino superior e 01 (uma) possuem o ensino médio e todas, como já sinalizamos, exercem uma atividade profissional.

Quanto a religião, observamos que as famílias Leão e Pereira se reconhecem católicas, a família Andrade não possui religião, na Família Silva, o pai e o filho não possuem religião, apenas a mãe se denomina espírita; e na família Costa, o pai não possui religião, a filha se denomina católica e a mãe espírita, e o filho não tivemos essa informação.

Percebemos que dentro desse contexto, dos 14 membros das famílias que se posicionaram quanto à religião, 07 (sete) se reconhecem católicos, 02 (dois) espíritas e 05 (cinco) não possuem religião. Nos debruçaremos sobre esse tema nos próximos capítulos.

Araújo (2004) em sua pesquisa com as famílias de classe média apresentou um dado relacionado a religião que apontou sendo esta uma prática predominante como suporte e alicerce de valores moralizantes, capazes de dar sustentação a uma unidade familiar idealizada.

Por fim, queremos destacar que todos os membros das cinco famílias se reconhecem brancos, os (as) filhos (as) estão cursando ensino superior ou finalizaram e se denominam pertencentes a classe média. Estudaram em escolas particulares desde o ensino fundamental ao médio, residem em Recife em bairros considerados privilegiados devido a sua estrutura, localização, acesso a saneamento básico e renda familiar.

Esses marcadores de posição social, escolaridade, raça/etnia e gênero devem ser considerados para contribuir numa visão integral e contextualizada sobre a constituição dessas famílias e o modo como compreendem a sexualidade, não podemos deixar de considerar os fatores históricos, políticos, sociais, econômicos, espirituais, ambientais e temporais, pois fazem parte do que somos no momento atual, nos atravessa e nos transforma e serve como lentes para observarmos o mundo.

Assim, consideramos que essas famílias aqui denominadas de classe média, possuem uma posição social privilegiada em relação a classe de baixa renda, que diz respeito não só a renda, acesso a escolaridade, mas também há uma “transferência de “valores imateriais”, ou seja, existe um estilo de vida, acesso a um capital cultural que é transferido de pais para seus descendentes. Dessa forma, compreendemos que as diferenças de classe dão visibilidade às desigualdades materiais, mas também as simbólicas e culturais (Souza, 2009).

No Brasil, as pessoas negras representam 55,7% (Coalizão Negra por direitos, 2020) da população, a maior parte dessa população é atingida pela pobreza, sendo muitas vezes privadas de seus direitos básicos. Outro dado é em relação ao acesso à educação (Cenpec, 2020), quando conseguem, sofrem com a reprovação, desconformidade entre a série e a idade e não conseguem se desenvolver na escola, o direito de aprender e desenvolver lhe é roubado, o que acaba ocorrendo a evasão e abandono escolar.

Em relação aos rendimentos, em 2019, a população branca recebia rendimentos por horas trabalhadas, superior à população preta ou parda em qualquer nível de instrução educacional. Também foi observado ainda a desigualdade entre os sexos, há ainda o maior nível de ocupação dos homens no mercado de trabalho em relação às mulheres, mesmo essas possuindo maior escolaridade em relação aos homens (IBGE, 2010).

Não iremos nos aprofundar nesse ponto, mas sabemos que vivemos em muitos “brasis”, por isso se faz relevante circunscrever as diferenças entre formas de viver e estar no mundo, pois ao discutirmos sobre como transcorre o diálogo entre pais e filhos (as) em relação a sexualidade de camadas médias, estamos estudando uma parcela da vida social, não podendo generalizá-la para outras realidades.

Para compreendermos sobre como transcorre esse diálogo, em nosso estudo, consideramos relevante trazer a partir do referencial teórico da Gestalt-terapia, que partimos epistemologicamente, de uma abordagem fundamenta no holismo-organismo, a qual vai na

contramão de uma visão individualista, isolacionista sobre o sujeito e critica toda forma de dualismos gerados pela concepção hegemônica da racionalidade, que nega o afeto e traz a razão para o cerne das discussões, como a única maneira de se chegar à totalidade do mundo de forma verdadeira (Belmino, 2020).

Assim, ter uma visão holística-organismo sobre nosso estudo, é pensar que o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos (as) transcorre dentro de uma totalidade de vida, a qual há uma integração entre mente, corpo e meio (Lima, 2013). É olhar para o sistema como todo no seu modo de funcionar e se relacionar com o meio.

O ser humano, para a Gestalt-terapia, “é ser de campo, ou seja, em relação ao mundo, numa interdependência, que se caracteriza por uma transformação contínua” (Cardella, 2020, p.125). Cardella (2020) irá chamar a Gestalt-terapia de uma “Antropologia do coração e da responsabilidade” (p.125), pois seu olhar para a constituição humana enfatiza “uma visão de existência compartilhada e à abertura para o *mais além*: o outro em mim, o outro diante de mim e o Outro absoluto” (p.125).

E isso só é possível, porque deslocamos o nosso olhar do organismo como base da experiência, para focar no que acontece entre o organismo e seu mundo circundante, como bem trazem Perls, Hefferline e Goodman (1997, p.42), “em toda e qualquer investigação biológica, psicológica ou sociológica, temos de partir da interação entre o organismo e o ambiente”.

Dentro desse contexto que no próximo capítulo iremos discutir como se dá a comunicação familiar relacionada a sexualidade a partir das narrativas dos (das) colaboradores (as) da nossa pesquisa.

5. Estrutura Heterocisnormativa e sexualidade: entraves para uma relação dialógica entre pais e filhos

A história da sexualidade brasileira sugere ser compreendida através de um olhar de forma ampla e abrangente para a miscigenação que sofremos entre povos originários e portugueses e posteriormente com os (as) negros (as) escravizados (as) da África. Com a chegada dos portugueses, em terras brasileiras, tivemos um processo de catequização de povos originários, com o propósito de impor suas culturas e crenças, visto que para os portugueses a nudez indígena representava falta de pudor e vergonha.

Nesse período, o sexo era autorizado para os homens, tanto com suas esposas, como mantinham relações extraconjugais com mulheres indígenas e negras escravizadas de forma forçada, o que caracterizava a violência contra essas mulheres (Junior et al, 2013) No caso das mulheres negras, também lhes eram negados qualquer direito, mas essas seriam objeto de desejo dos senhores (Ribeiro & Bedin, 2013, p. 158).

Vale salientar que o cristianismo da Igreja Católica, desde o Brasil colônia, exercia um grande poder sobre valores e princípios vinculados ao casamento, sendo um dos aspectos a vivência da sexualidade, “sem ninguém pensar que fosse de fato uma educação sexual, de livre que era, ia muito lentamente absorvendo o sentido de pecado que lhe atribui a Igreja Católica” (Ribeiro & Bedin, 2013, p. 158). Assim:

Durante os séculos XVI e XVII, a sexualidade no Brasil manifestava-se de forma ambivalente. De um lado, a ótica masculina de liberdade para si e contenção para a figura feminina – a sua mulher, já que a dos outros poderia ser sempre objeto de sua conquista. De outro, sob a ótica da feminilidade três situações distintas: a branca, ainda em pequeno número, pronta para correr riscos para não deixar murchar seu desejo sexual pulsante e transgressor; a indígena, sexualmente livre e pronta para amar incontestemente o admirado branco; e a negra, oprimida e escrava, porém igualmente erótica e sensual (Ribeiro & Bedin, 2013, p. 161)

É importante ressaltar que a história das mulheres do Brasil Colônia, principalmente as negras e as indígenas, foi marcada pela exploração sexual impostas pelos colonizadores sendo vítimas de violência sexual, moral e psicológica. Essas mulheres foram exploradas tanto por meio da sua força de trabalho como ficaram submissas aos prazeres sexuais de seus colonizadores. Elas foram privadas da sua liberdade de expressão e posicionamento e não tinham acesso a formação educacional (Junior et al, 2013).

Até hoje esse processo histórico reverbera em seus corpos, principalmente nos corpos das mulheres negras que foram objetificados sexualmente, tendo a erotização como uma imposição aos seus corpos, não como uma expressão livre de sua sexualidade (Zanello, 2018). Nesse entretempo, até hoje as mulheres são vítimas de discriminações e violências nos diversos contextos sociais, como familiar, político, de trabalho, etc.

Na sociedade moderna essa construção social sobre a sexualidade foi sendo concretizada ao longo da história pautada num modelo machista e patriarcal que repercute até hoje na forma como nos relacionamos com o sexo, ainda “de forma repressora, omissa, e reprodutora de modelos alienados, não possui uma consciência sexual humana” (Godoy, 2018, p. 275). Para Godoy (2018), isso decorre da não historicidade que fazemos sobre nossa miscigenação, sobre nossas misturas de culturas sexuais, o que nos convida a discutir importantes pontos sobre educação sexual de uma forma contextualizada e sistematizada considerando o:

O machismo, os tabus, a culpa, a sexualidade como uma parte importante na vida do ser humano e conseqüentemente da identidade, culminam em um assunto que acaba de certa forma omitido e negligenciado, se tornando grande a falta de trabalhos e espaços sociais que relacionam este tema (Godoy, 2018, p. 245).

Assim, a temática da sexualidade no Brasil têm sido objeto de estudo e pesquisa das áreas humanas em geral, mais especificamente da educação, da antropologia, da psicologia e áreas afins, da sociologia, da história e das ciências médicas (Ribeiro & Bedin, 2013, p. 155).

No Brasil, só apenas no século XX que tivemos a institucionalização do conhecimento sexual, inicialmente por meios de médicos e em seguida por educadores que:

Elaboraram, desenvolveram ou se apropriaram de teorias e ideias que foram consideradas científicas e capazes de dar sustentação àquelas instituições que necessitavam de um discurso oficial para atingir seus objetivos de fazer ciência, propor ações educacionais ou práticas pedagógicas e resolver problemas de saúde pública, em alguns casos para justificar ideologias e exercer o poder. É a partir deste período que questões ligadas à sexualidade começaram a ter lugar importante no discurso médico-educacional. (Ribeiro & Bedin, 2013, p. 155)

A preocupação de criar práticas educacionais voltadas para a educação sexual também decorreu das lutas dos movimentos sociais que passaram a reivindicar que as discussões sobre sexualidade fossem inseridas nas escolas com o propósito que os pais dialogarem com seus (suas) filhos (as) sobre educação sexual, em razão do crescente número de gravidez indesejada em adolescentes e a epidemia do HIV e a sífilis, tornando-se problemas de saúde pública (Mendonça, 2020).

A nossa história sobre a sexualidade é impactada por momentos de “altos e baixos em termos de repressão e liberação, muitos momentos de contenção e de liberdade sexual marcam nossa cultura” (Godoy, 2018, p.276). Assim, durante o século XX, os estudos sobre sexualidade ficaram marginalizados durante grande parte, marcado pela ditadura militar, em meados de 1964, com a qual, todas as aquisições sobre sexualidade foram reprimidas ou suspensas (Mendonça, 2020).

No entanto, ao final da ditadura e começo dos anos 1980, surgem coletivos científicos, núcleos de estudos e grupos de pesquisas universitários (Bedin, 2016, p. 34) e paralelamente iniciam as lutas dos movimentos sociais para assegurar conquistas de direitos civis e políticos, como também sexuais e reprodutivos, além do direito de escolha de ter ou não ter filhos (as) (Mendonça, 2020).

Questionamos a posição atualmente tomada pelo Ministério da Educação do Brasil que não tem utilizado como parâmetro curricular a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o tema da sexualidade nas escolas, nem como disciplina individual ou como tema transversal, restringindo o dever e a responsabilidade para família, como a única que deve tratar da sexualidade com os (as) filhos (as) (Mendonça, 2020). Será que estamos diante de um retrocesso quanto às discussões relacionadas à Educação Sexual?

Percebemos que discutir sobre sexualidade é um desafio, pois não existe um conceito unívoco entre intelectuais, sistema educacional, jurídico e de saúde, nem mesmo nas instituições religiosas e muito menos na mídia. Ainda temos, como problemática o fato de como esse tema deve ou não ser dialogado em diversos espaços entre eles na escola, assim como no ambiente familiar, na relação entre pais e filhos/as.

Há, assim, uma pulverização das discussões sobre sexualidade nos espaços de socialização (família, escola, pares, igrejas, mídia entre outros) de crianças e jovens que se apresentam de forma sempre dissociadas e fragmentadas e quando essas discussões ocorrem, são a partir de iniciativas pontuais e não padronizados, se limitando à calendários de campanhas sobre saúde ou temáticas específicas, direcionadas para a vivência dentro da escola, como namoro, violência de gênero, gravidez na adolescência entre outros (Junqueira & Ernesto, 2020).

Outro aspecto é que a discussão sobre sexualidade não é tratada como direitos sexuais que compõem os direitos humanos previstos em documentos nacionais e internacionais, os

quais garantem às crianças e adolescentes a educação em sexualidade, com o intuito de ter garantido seu direito à informação e à saúde (Mendonça, 2020).

No Brasil, o direito à Educação é um direito social previsto na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de julho de 1990), que garante a formação formal, a qualificação profissional, o direito ao exercício da cidadania, o desenvolvimento das crianças; além de ter que favorecer o aprendizado correto e preventivo sobre sexualidade, pois crianças e jovens tem o direito à liberdade e a um aprendizado correto e eficaz (Mendonça, 2020).

Dessa forma, é de responsabilidade da família, Estado (representado pela escola, programas de saúde entre outros espaços públicos) e a sociedade, a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, como à saúde, à vida, à educação, incluindo a sexual. Nessa direção, deverá existir esforços dessas três instâncias para efetivar e assegurar esses direitos, respeitando a forma de entendimento a partir da idade desse grupo (Mendonça, 2020). Podemos falar sobre sexualidade por diversos âmbitos, tais como afeto, relação de gênero, reprodução humana, cuidados com o corpo, prevenção e prazer.

Mas o que vem a ser sexualidade? A sexualidade seria um componente da nossa constituição humana que ultrapassa os aspectos reprodutivos e biológicos. É uma parte integrante da nossa forma de ser e estar no mundo e que envolve todo o nosso comportamento e é expressa por meio de carícias, beijos, abraços, sentimentos, afetos, olhares, sonhos, desejos e prazer entre outros (Santos, 2001). Assim, a sexualidade é manifestada a todo momento, em qualquer lugar, onde os sujeitos estão inseridos (Jesus, 2007).

Para a Gestalt-terapia, a sexualidade é vista como mais um componente que constitui a nossa existência, cujo olhar, para essa parte, só pode ser compreendido por meio da visão do todo, como bem diz Barbalho (2018, pp. 70-71):

Sabemos que na sexualidade estão intimamente entrelaçados fatores, tanto anatômicos e fisiológicos, como questões emocionais, culturais, ambientais, sociais, desejo, fantasia, ficção, mito, nossas crenças e tabus, nossos valores sempre modulados pela educação, religião e por nossas experiências sexuais vivenciadas ao longo da vida.

Dessa forma, para a Gestalt-terapia, a realidade (e com isso a vivência da sexualidade) só pode ser compreendida de forma contextualizada e temporal, pois não é algo inflexível e imutável, sendo possível ser recriada a cada momento, pelo indivíduo (Perls, Hefferline & Goodman, 1997).

Entretanto, ao nos referirmos a temática da sexualidade muitas vezes atribui-se a ela formas padronizadas de experienciá-la pautada numa lógica biologizante, a qual determina a vivência da pessoa a partir de seu aparato biológico. Se nasce com uma vagina é considerada uma menina, se nasce com um pênis é considerado um menino, ocorrendo um olhar linear para sexo-gênero-sexualidade como algo já dado pela sua anatomofisiologia. Há uma imposição social que deve seguir uma forma única de se experienciar a sexualidade, focado no modelo heterocisnormativo.

Antes de problematizarmos sobre o modelo heterocisnormativo, consideramos importante enfatizar que iremos tentar descrever até que ponto os estudos da sexualidade e de gênero interseccionam na produção de efeitos e sentidos sociais na mesma dimensão em que reconhecemos suas especificidades enquanto áreas de estudos distintas, evitando, por exemplo, “o apagamento das questões que concernem propriamente às identidades de gênero inconformes à cisgeneridade hegemônica” (Bagagli, 2017, p.140).

Segundo Santana (2021), Beauvoir (1949) ao fazer uma reinterpretação da teoria dos atos constitutivos numa tradição fenomenológica, nos mostra que no sexo e no gênero não há nada de “natural” e “dado”. Nesta mesma direção, Santana pontua que, conforme Judith Butler

(1990), tal fundamento é retomado da teoria fenomenológica dos atos adotada por Edmund Husserl, Merleau-Ponty, George Herbert Mead entre outros.

Nesse intervalo, a abordagem Gestáltica tendo como um de suas bases teórica-filosófica a fenomenologia, compartilha de uma visão de mundo e de pessoa, na qual a existência/experiência do sujeito só pode ser compreendida na relação pessoa-mundo, no qual um é constituído e se constitui no, como e por essa relação de coexistência, sem a priores, sem determinismos de qualquer ordem. Assim, à expressão do ser no mundo, seja pelo gênero, pelo sexo ou pela orientação, tal qual esse sujeito constrói seus próprios significados, reconhecendo que tais expressões são marcadas em um campo específico, que nos atravessa e nos transforma como nos representamos e nos observamos no mundo.

Segundo Belmino (2017) a partir das ideias de Goodman, a história da humanidade é marcada pela evitação dos conflitos visando a segurança e o controle. Em decorrência dessa evitação, geram sujeitos desvitalizados, engessados e porque não dizer automatizados, os quais seus comportamentos e compreensão de vida torna-se algo tão habitual que suas expressões ficam “presas”/“rígidas” a uma única forma de conceber a expressão de seus afetos, relacionamentos e expressões sexuais, seguindo modelos morais que definem os comportamentos como “certos” ou “errados”, por não seguir uma lógica hegemônica.

Esse modelo hegemônico advindo do movimento colonialista que sofremos, elimina as diferenças e concebe como referência: “o homem, branco, cisgênero, heterossexual, adulto, de classe média alta e de cultura advinda do modelo norte-americano ou europeu” (Belmino, 2020, p. 177) são concebidos como superiores ou como referências para se pensar as relações políticas igualitárias (Belmino, 2020).

Nesta mesma direção, Louro (2000) pontua que esses grupos sociais que são concebidos como referência centrais, como modelo de ser e estar no mundo, tem ocupado um lugar, o qual se representam a si mesmos, mas também os outros, falando por si e “também falam pelos

"outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) às manifestações dos demais grupos (p.9-10)".

Dessa forma, as populações que não fazem parte desse grupo social, como mulheres, negros(as), indígenas, transexuais, bissexuais, homossexuais não são reconhecidas/concebidas como sujeitos e por isso lhes são roubadas de suas experiências (Belmino, 2020). Essa forma de conceber as diferenças de ser e existir, tomando como referência um único grupo social, é fortemente marcada por relações de poder.

Em decorrência disso, Louro (2000), nos chama atenção que não podemos deixar de olhar para essas identidades sociais e culturais sem ser de forma política. Ainda pontua que essa forma de conceber as diferenças entre os grupos sociais, tem forte impacto na área da sexualidade. Há nesse campo, uma forma de conceber a sexualidade de forma generalizada e naturalizada que funciona como norte para todo o campo e para todas as pessoas. Dessa forma, a heterossexualidade é:

É concebida como "natural" e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Conseqüentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais (Louro, 2000, p.10)

A forma que a sociedade define, é uma compreensão da vivência da sexualidade que está diretamente articulada e contínua com sexo e o gênero, definindo a heterossexualidade como norma, fundamentada em argumentos naturalistas e biologizantes, tanto do sexo, como se este fosse exclusivamente biológico, como do gênero, que estaria diretamente associado ao primeiro.

Na contramão do pensamento hegemônico, Scott define que (1990, p. 73) “não podemos ver as diferenças sexuais, a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos” (p. 43).

Para Butler (2003), o ato de nomear um corpo como masculino ou feminino, a partir da sua biologia, decorre da lógica que supõe o sexo como algo que antecede a cultura e que teria características imutáveis, a-histórica e binária. Este modelo pressupõe que o sexo irá definir o gênero e levar a uma única forma de desejo, ou seja, defende uma ideia de que existe uma forma linear e uniforme de ser um corpo masculino ou feminino. Dessa forma, estabelece um processo de masculinização ou feminilização,

Para a autora, gênero é algo que se constrói nas relações sociais, não sendo possível, nos referirmos a uma única identidade de gênero, uma vez que ela é performativa e não se limita ao binarismo homem-mulher. O gênero seria, deste modo, “uma prática performativa, construída no corpo e exercida em suas múltiplas facetas pelo sujeito” (Santos & Rocha, 2019, p. 84).

A pressuposição anteriormente citada por Butler, é o cerne da estrutura heterocisnormativa, que define como norma que tanto o ser mulher como o ser homem são estruturas rígidas que precisam estar alinhadas necessariamente com o sexo-gênero-sexualidade. Ou seja, uma mulher só seria considerada de fato mulher a partir da sua condição de possuir uma vagina, de performar os papéis ditos femininos e de se relacionar afetivo-sexualmente com um homem. É no contraponto a essa concepção que se apresenta a célebre frase de Simone de Beauvoir (1949) “ninguém nasce mulher: torna-se”.

Essa imposição posta pela estrutura heterocisnormativa coloca qualquer outra forma de ser no campo do desviante. Nesse ínterim, a Gestalt-terapia se propõe a acolher o desviante.

Não o desviante da norma, no sentido de validá-la, mas de compreender que esse desvio nada mais é do que uma das diversas possibilidades de expressão e ser pessoa (Belmino, 2022).

O desviante é aquele que foge às normalidades do *status quo*, *assim*, a Gestalt-terapia faz críticas ao Sistema Organizado Neoliberal que reduzem a condição de ser mulher, negros (as), homossexuais, travestis e transexuais, vistos como pessoas inferiores, não sendo reconhecidas como pessoas de direito (vulnerabilidade política) e também em sua humanidade (vulnerabilidade antropológica). Ademais é um sistema que não só quer extinguir com a diferença, mas também subalternizar a condição da pessoa dominada (Muller-Granzotto e Mulher-Ganzotto, 2012b).

Dentro desse contexto, a Gestalt-terapia atenta para promover ações de enfrentamento sociopolíticas, compromissada com intervenções que auxiliem essas pessoas a resgatarem seu sentido de espontaneidade criativa, seus projetos políticos, por meio da emancipação do sistema organizado (Muller-Granzotto & Muller-Granzotto, 2012a., Belmino & Oliveira, 2021). Nesse interim, que iremos discorrer em nossa pesquisa o diálogo entre pais e filhos (as) sobre sexualidade atentas a relação de poder que permeiam essas relações intersubjetivas geradas nesse campo de uma estrutura heterocisnormativa.

Assim, a partir desse referencial teórico que iniciamos as entrevistas com pais e filhos (as) com a pergunta norteadora: “como a temática da sexualidade é discutida em sua família?”. Registrando nossas impressões iniciais, podemos dizer que os/as colaboradores (as) se apresentaram disponíveis para participarem da pesquisa. Percebemos que os pais se apresentaram mais falantes e pareciam estar mais à vontade com a discussão da temática do que os (as) filhos (as). No entanto, todos (as) colaboradores (as) responderam todos os questionamentos realizados pela pesquisadora, como mostraremos a seguir.

5.1. Por onde começa o diálogo

O contato que tivemos com as famílias possibilitou compreendermos quando e como inicia o diálogo entre pais e filhos (as) sobre a sexualidade. Assim, os pais puderam discorrer sobre de que forma foi possível essa abertura e construção do diálogo sobre a referida temática:

Durante a infância de L. durante o **crecer** dele toda dúvida que tinha era sempre respondida independentemente do nível da pergunta, a gente (se referindo ao pai) respondia de acordo com a idade, mas sempre tinha a resposta... a gente nunca deixou ele sem resposta de alguma pergunta que ele tenha feito acerca deste assunto. Sempre foi nesse nível, perguntou tem a resposta, nunca teve enganação (Lúcia, mãe, Família Silva).

...particularmente, eu não tenho nenhum problema de discutir, não... Agora, essa, essa verbalização, ela vem mais assim, quando ela é provocada por eles (se referindo ao filho e a filha) (Joana, mãe, Família Costa).

... nunca foi nada pensado, ensaiado ou não, vou falar isso agora, foi na medida em que as coisas foram acontecendo na verdade, né? Quando foi acontecendo, eu fui falando, a partir das demandas dela, então sempre foi assim. Não é um assunto que é tratado na mesa do jantar assim, não é uma coisa explícita, mas também não é um assunto tabu, que quando se fala... mas assim, minha filha é super reservada, então... ela não fala, ela não conversa comigo (Elaine, mãe, Família Andrade).

Percebe-se diante dessas narrativas que o assunto sobre sexualidade geralmente surge entre pais e filhos (as) ao passo que eles (elas) estão “**crecendo**” e passam a demandar respostas para suas dúvidas sobre essa temática, assim, inaugura o diálogo, a partir de seus questionamentos. As filhas falam:

eu acho que, não sei... nunca foi muito abordado assim, diretamente... só quando eu **creci** mais, né, que sempre tem a hora, conversa e tal... sempre foi muito ok assim, eu

não morava com meu pai, morava só com a minha mãe... sempre foi com minha mãe (Gina, filha, Família Andrade).

De início, tive uma aula no ensino fundamental, acho que na 5º ou 6º série, pois antes disso não tinha nenhum contato sobre isso com meus pais. Depois de uma aula que tive sobre reprodução, fui perguntar para a minha mãe, aí aparentemente ela gelou, e falou que seu pai colocou uma sementinha e tal, foi uma explicação que não entendi muito bem. Mais adiante o assunto foi retratado novamente no 9ª ano do fundamental, aí o negócio começou a ficar mais sério, eu fui perguntar e ela me puxou para conversar e me perguntou se eu queria ajuda dela (Leandro, filho, Família Pereira).

Sim, a gente sempre conversou bastante. Não vou dizer que é uma conversa que a gente tenha o tempo inteiro, porque realmente não é, mas sempre que foram momentos necessários, ou principalmente a medida em que eu tava **crescendo**. Assim, entrando na adolescência.. é ... começo da vida adulta, isso sempre forma conversas que surgiram, sabe?" (Sabrina, filha, família Costa).

Identificamos de acordo com essas narrativas das mães, filhas e um filho que não surgem discussões sobre sexualidade de “forma ativa”, ou seja, um diálogo que seja iniciado/provocado pelos pais, seja por meio de livros, vídeos, bonecos que provoquem discussões sobre a sexualidade desde a infância.

Essa forma de condução para iniciar o diálogo sobre a sexualidade, só a partir do **crescer** dos (das) filhos (as), nos remete a ideia de que quando crianças, estas não estariam aptas para falar sobre sexualidade na visão dos pais? Seria uma forma de despertar os (as) filhos (as) para iniciar uma vida sexual precoce, caso tenham acesso a informações antes de surgirem suas dúvidas?

Para diversos adultos (as), a temática da sexualidade é considerada um conteúdo proibido para crianças e adolescentes de pouca idade, dessa forma evitam dialogar com eles os

questionamentos relacionados ao tema (Gonçalves et al, 2013). Muitos consideram que as crianças são seres puros e ao falar sobre sexo e sexualidade, seria algo improprio e imoral para pessoas em peculiar condição de desenvolvimento (Junqueira & Ernesto, 2020).

Quanto aos (as) jovens há também uma prorrogação da comunicação aberta sobre sexualidade, apesar de todas as modificações físicas e psicológicas que eles vivenciam no seu processo de desenvolvimento, pois também acreditam que viverão sua sexualidade num futuro relativamente longínquo, pois muitos consideram a sexualidade assunto exclusivo de adultos (as) (Vitello, 1997). Uma outra forma de diálogo sobre a sexualidade, surge quando:

Aqui em casa, a gente sempre procurou conversar muito sobre isso, desde pequeno, tivemos uma conversa muito tranquila, principalmente da minha parte e da parte do pai dele, dessa liberdade mesmo de questionar, de perguntar, tem alguns momentos que pegamos para servir de exemplo, como um episódio de Malhação que falava de camisinha (Lúcia, mãe, Família Silva)

Então sempre que eu tive dúvidas ou sempre que aconteceu, assim, apareceu uma cena onde existiam atos sexuais, então meus pais nunca me privaram de ver isso, pelo contrário, sempre me explicaram, sempre me mostraram o que era aquilo que estava acontecendo e me orientavam de que filha tudo tem o seu tempo, é... se você quiser, né? Enfim, tiver o desejo, a vontade, que você nos comunique pra termos, a gente ter os cuidados necessários, que você tenha esses cuidados necessários, pra não poder vir a ter nenhum problema mais na frente (Fabíola, filha, Família Leão).

Neste contexto percebemos que os pais conseguem ter uma “forma ativa” de diálogo quando essa temática surge a partir de eventos externos que invadem o ambiente familiar (filmes, novelas, trabalhos escolares, reportagem). Algumas pesquisas mostram, que o diálogo entre pais e filhos (as) geralmente se torna possível, só quando os (as) só já iniciam a vida

sexual, antes disso, é comum os (as) jovens buscarem outras fontes de informações, como internet, televisão, grupo de pares e outros (Sousa et al, 2013; Alves, 2009).

Alves (2009) nos chama atenção da importância de os pais serem as primeiras referências em educação sexual para seus (suas) filhos (as), pois a eles compete a maior responsabilidade da formação de seus (suas) filhos (as) além de serem modelos que contribuirá para o desenvolvimento da identidade sexual.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente sabemos que a família tem o dever de orientar sobre educação sexual. Ademais, cabe ao seio familiar fornecer as orientações sexuais de acordo com a idade da criança, pois o poder familiar abrange o dever assegurar direitos desses jovens, mesmo que seja à informação sexual (Mendonça, 2020).

Diante dessa realidade, os (as) filhos (as) precisam ter assegurados seus direitos de ter acesso às informações sobre a sexualidade, respeitando o período do seu desenvolvimento, como também, pela Constituição, a livre expressão de sexualidade, que muitas vezes lhes é roubada, desrespeitando seu desejo, invadindo sua privacidade e anulando sua autonomia.

5.1.1. Estabelecendo fronteiras: o limite entre diálogo e invasão de privacidade

Na pesquisa em questão, o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos (as) a cada momento, traz questionamentos e reflexões sobre quais os limites deste colóquio. Limites esses que não estão escritos, mas que só podem ser compreendidos nas relações que são estabelecidas entre pais e filhos (as), como podemos acompanhar nas narrativas.

Eu acho que conversamos pouco sobre isso, especificamente com ele. Existe uma dificuldade, acho que natural, de pais conversarem com filhos uma conversa mais profunda...Confesso que ao longo do tempo, a gente conversou muito pouco sobre essa questão do sexo, como se relacionar ou ensinar de alguma forma como deveria ser feito (Carlos, pai, Família, Silva).

Veja, é... para mim falar... falar de... de... de vida sexual não é... não é falar dos... dos detalhes, dos... eu não tenho esse, nem esse interesse, nem tenho essa... essa vontade de... de expor nada. (João, pai, Família Costa).

Ela não me contava, eu não sabia se ela tinha transado, se ela não tinha... mas aí levei pra **médica**, olha, você vai pra **ginecologista** e eu sempre nessa perspectiva de dizer se tiver problema, se tiver dúvida, se tiver curiosidade, onde é que você vai encontrar? se não quiser conversar comigo, onde é que você vai ter essa informação? a **informação certa**, né? disse, olhe... aí quando ela começou lá com 15, 16... na minha gaveta tem camisinha, então não tem desculpa pra dizer que não vai usar... vai sair pra festa? passe lá e pegue camisinha, e tinha camisinha feminina, camisinha masculina, enfim, de tudo quanto era jeito... de levar pro médico, de dizer o que é que o posto de saúde faz, se teve sexo sem proteção, vá no posto de saúde, faça profilaxia, e explica esse tipo de coisa, então assim, eu acredito né, que não é uma coisa tabu.. agora, **ela não fala, ela não chega pra mim naturalmente pra dizer assim: ah mãe, transei, não transei**, tô pensando em fazer isso... ela não coloca assim... (Elaine, mãe, família Andrade).

Na fala do filho, ele apresenta que:

Os dois (se referindo aos pais), isso não é discutido, mas não é porque é uma **coisa feia**, sabe?! Eu nunca senti essa barreira deles de... A questão da sexualidade, de forma geral, **atividades sexuais, as preferências sexuais, escolhas sexuais, orientação sexual**, com quem eu faço, com quem eu deixo de fazer, enfim, tudo isso. (Léo, filho, família silva)

O tema (da sexualidade) não é algo que fica escondido, por achar que é feio falar sobre, em nosso caso, eu sinto que é mais escondido, por eles acharem que é **algo mais íntimo**, e eu também acredito nisso, então creio que não acontece muito conversar sobre o tema por essa questão (Léo, filho, família, Silva)

Nas narrativas apresentadas percebemos que existe o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos(as), no entanto, nos faz questionar quais os limites entre o diálogo e a invasão de privacidade. O papel dos pais é de orientar, mas é saber com quem o(a) filho (a) transa? Quando transa? Como sentem prazer? Talvez não tenhamos respostas para esses questionamentos que nos surgem aqui, mas eles nos direcionam para olharmos transformações sociais que tem impactado na dinâmica familiar, no que diz respeito a intimidade entre pais e filhos (as) em tenra idade.

Uma dessas transformações está relacionada com a diminuição das desigualdades entre os papéis femininos e masculinos impactando numa maior descentralização das hierarquias familiares e na reconfiguração da intimidade no lar (Mendes et al, 2021). Surgindo um novo modo de organização familiar nomeado como família igualitária, marcada mais pelas diferenças individuais do que pelas hierárquicas, de sexo ou de idades (Singly, 2012).

Essa organização familiar tem como marca as relações que são estabelecidas, as quais se sobrepõem aos interesses patrimoniais. Outro aspecto é que essas famílias estimam o individualismo e com isso há uma diminuição na transferência geracional no que tange aos valores da família de origem. E como consequência cria-se laços afetivos mais próximos entre pais e filhos(as) (Singly, 2012).

Mendes et al (2021) nos elucidam que essas famílias ao estabelecerem relações horizontalizadas das funções parentais sugere que há indiscriminação das posições geracionais, em que pai e filhos (as) lidam com assuntos no cotidiano (em nossa pesquisa com a temática da sexualidade) entre iguais como se fosse da mesma geração criando uma intimidade excessiva entre eles(elas).

Por outro lado, Correa (2001) menciona que no grupo familiar inaugurado pela parentalidade se faz necessário o limite relativo aos papéis e posições geracionais dentro da família, então ao trazer esses dois posicionamentos no ambiente familiar, essas relações

horizontais podem facilitar o diálogo mais íntimo, mas qual seria o limite disso para que não torne uma quebra completa geracional? Nesse ínterim, Mendes et al (2021) acrescenta que a intimidade baseada em uma maior proximidade afetiva e psíquica entre os membros da família contribui para a diluição das diferenças geracionais e sexuais, repercutindo em uma das principais funções do grupo familiar, a transmissão psíquica¹⁵.

O diálogo entre gerações pautada na horizontalidade favorece uma maior intimidade entre pais e filhos, porém se faz necessário a manutenção das funções parentais como educadores(as) e orientadores (as) responsáveis pela formação dos filhos(as).

Mas quando esse limite é ultrapassado e passa a impor qual sexualidade deve ser vivida? Estamos mergulhados dentro de uma estrutura heterocisnormativa que a todo momento atravessa os diálogos entre pais e filhos (as) sobre sexualidade, impondo muitas vezes formas de expressão de sexualidade, comportamentos tidos como certos e errados, como iremos aprofundar no tópico a seguir.

5.2. Sexualidade atravessada: a estrutura heterocisnormativa como barreira da expressão sexual enquanto totalidade

Pensar sobre uma estrutura heterocisnormativa e seus atravessamentos na expressão da sexualidade, dentro do nosso referencial teórico Gestáltico, só é possível a partir de uma visão de campo na qual tudo está embricado em um determinado contexto e em um dado momento a partir da relação pessoa-organismo-meio (Ribeiro, 2011).

De acordo com essa perspectiva, a realidade primeira é a interação, não sendo possível pensar a relação pessoa-mundo de forma indissociável (Perls, Hefferline & Goodman, 1997). Isso só é possível porque deslocamos o nosso olhar do organismo como base da experiência, para focar no que acontece entre o organismo e seu mundo circundante, como bem trazem

¹⁵ O processo de transmissão entre gerações envolve uma cadeia geracional em que a estrutura psíquica, a tradição e a cultura se desenvolvem ao longo do tempo (Correa, 2001)

Perls, Hefferline e Goodman (1997, p.42), “em toda e qualquer investigação biológica, psicológica ou sociológica, temos de partir da interação entre o organismo e o ambiente.”

Somos seres marcados pela cultura, pelo momento histórico, pela política, pela ciência, antes mesmo de nascer. Somos também atravessados/as pelas nossas histórias familiares transgeracionais, que geram efeitos em nós que nem conseguimos nomear ou identificar (Belmino, 2020). Somos atravessados/as sobre o que é ser homem e mulher em nossa sociedade, entendimento de sexo, sexualidade, afeto, casamento, espiritualidade. Enfim, mesmo na ausência física do outro, posso sentir sua presença em minhas memórias e sensações.

A partir dessa perspectiva, versaremos como o diálogo sobre sexualidade é transpassado pela estrutura heterocisnormativa num imbricamento da expressão de orientação sexual, tensão geracional e a educação machista.

5.2.1 A educação machista como ferramenta de anulação da sexualidade

Nossa sociedade é marcada por uma educação machista e uma de suas principais características é o controle do masculino sobre o feminino. Nesse contexto, a masculinidade se edifica por meio da hierarquia de submissão e sujeição, que vai de masculinidades hegemônicas e as masculinidades que estão subordinadas, como gays, negras, indígenas e as feminilidades.

É importante ressaltar que “o masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo” (Welzer-Lang, 2001, p. 464). Assim, mesmo que o homem esteja abaixo da hierarquia em relação aos outros homens, ele ainda pode ocupar lugar de privilégios, em relação, por exemplo, às mulheres.

Souza (2018) denomina o machismo como um conjunto de crenças, atitudes e condutas que partem de duas ideias básicas: a polarização dos sexos, a qual o masculino em oposição ao feminino, assume não só que são diferentes, mas mutuamente excludentes e a “superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importante” (p.25). Toda essa forma de

funcionamento irá repercutir na definição do que é ser homem e mulher além de nortear toda nossa forma de viver e se relacionar com o mundo e as pessoas.

Nesse interregno a cultura machista é transmitida de geração a geração pelas relações que são estabelecidas entre a cultura e os membros familiares, desencadeando em formas estereotipadas e preconceituosas sobre ser homem e ser mulher. A transmissão e perpetuação sobre educação machista dentro do sistema familiar só podem ser compreendidas por meio do processo de herança e legados familiares que são transmitidos dos pais para seus (suas) filhos (filhas) por meio da transgeracionalidade (Botton et al, 2015).

Diante desse cenário, onde nossas vidas são cerceadas, analisamos como a educação machista impacta no diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos (as), como a seguir:

Eu acredito que se eu estivesse com o pai aqui, acho que ele é quem falaria aquela coisa, né, que o pai é quem é homem, o ser homem a primeira relação. Como o pai não estava em casa, eu quem falei, comprei até camisinha para ele uma vez, eu até brinco, coloque 3, 4 pra não engravidar. Mudou tudo Vladya, até com a minha filha Larissa, eu sou bem aberta (Samara, mãe, Família Pereira).

Percebemos na fala da mãe uma ideia estereotipada do lugar do pai na condução da sexualidade do filho, como se, caso ele estivesse em casa, morando com sua família, seria ele que iria promover o diálogo sobre como o filho deveria se prevenir. Outro aspecto que nos chama atenção na narrativa de uma mãe que tem uma filha:

É quase que automático lá em casa, elas recorrem primeiro a mim, porque vão encontrar mais dificuldade com ele, ele é aquele... meu marido, ele é a lei mesmo... primeiro é comigo, eu amacio a fera, eu tento convencer, eu faço o meio de campo, essa mediação... isso tá muito na função feminina que a gente elege. A gente elege lá em casa eu como sendo essa mediadora e eu amo esse lugar, né, e elas se identificam muito comigo, então eu acabo ficando... é trabalhoso, mas ao mesmo tempo, é muito

confortável, eu tenho um ganho maravilhoso, é um amor... eu sei de tudo... a gente acaba ficando nesse lugar de controle, nesse lugar da amiga, nesse lugar da que compreende... eu gosto desse lugar... e também elas escutam melhor o não, vindo de mim, do que dele, porque ele é muito determinante... é seco. (Amanda, mãe, Família Leão)

Dentro desse cenário a filha de Amanda traz que:

Com minha mãe, sempre fui mais aberta, ela sabia muito mais de tudo e eu ficava assim, não conta pra painho, porque eu sabia como é que ele ia reagir, eu sabia que ele ia ficar reclamando, eu sabia que ele ia, ele nunca foi de falar muito, mas eu sabia que a aparência dele não ia ficar muito boa, cara mais fechada, então eu me privei muito de falar as coisas a ele do que em detrimento da minha mãe que já tinha uma cabeça mais aberta comparada a ele. (Fabíola, filha, família Leão).

Nessas narrativas da mãe e da filha percebemos que há uma repetição, um modo de diálogo fundamentado numa educação machista, delimitando bem o que seria papel da mulher-mãe e o papel do homem-pai na condução do diálogo sobre sexualidade. A mãe ao se colocar no lugar da mediadora, aquela que “amacia a fera” para depois conquistar espaço com o pai para que a filha possa vivenciar suas experiências sexuais.

Sendo assim, há impedimentos para que o pai não trate, por exemplo, de certos conteúdos com suas filhas, precisando da mediação da mãe, precisando que ela o “convença” primeiro, que “faça o meio de campo” e nos surge um questionamento: o que o pai não poderia dizer a uma filha ou uma mãe dizer a um filho sobre sexualidade? Por que se o pai estivesse “presente em casa, seria ele que teria essa conversa com o filho”? Por que a mãe precisa “amaciar a fera”, “fazer o meio de campo”?

Em pesquisa realizada por Costa et al (2021)¹⁶ junto a pais de adolescentes, percebe-se que o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos (as) são promovidos levando em consideração o gênero dos (das) filhos (as). Assim, com relação aos filhos homens o diálogo é majoritariamente responsabilidade do pai, e no caso das filhas mulheres a responsabilidade seria da mãe, contudo, as estas são ainda mais adaptáveis ao gênero dos filhos que os pais, ou seja, na ausência daquele a mãe fica responsável em promover o diálogo com o filho homem também.

Um outro estudo realizado por Savegnago e Arpini (2016)¹⁷ com mães, chegaram a resultados semelhantes, identificaram que os pais dão menos abertura para as filhas, delegando a função da conversa sobre sexualidade às mães. Podemos perceber que ambos estudos mostram uma relação sobre gênero e diálogo sobre sexualidade com os(as) filhos (as), ou seja, a partir do gênero do (da) filho (a) é determinado a quem ficará responsável em construir o diálogo sobre sexualidade.

Diante desse cenário, percebemos um marcante binarismo, machismos sobre o que seria papel de mãe e de pai em relação ao exercício da sua parentalidade, no que diz respeito ao diálogo sobre sexualidade. A mulher é delegada ao lugar da afetividade, da mãe que dá conta das demandas do (da) filho (a), que enfrenta tudo por estes, um discurso social de que um dos seus maiores talentos é originário de suas habilidades maternas (Costa et al 2021).

Assim, os estereótipos tradicionais de gênero são a base que orienta o que deveria ser atribuído ao homem/pai e da mulher/mãe, reproduzindo narrativas e práticas que foram construídas historicamente e sedimentadas dentro de uma educação machista e tidas como naturais. Costa et al (2021) salienta que é comum os pais recorrerem às mães para que elas

¹⁶ Os sujeitos da pesquisa apresentaram média de idade de 43,08 anos. Todos possuíam ensino superior, eram funcionários públicos estaduais, sendo seis professores, quatro servidores de áreas administrativas e dois gestores escolares. A média de filhos dos participantes do estudo foi de 2,25, e a idade dos filhos esteve compreendida entre 12 e 18 anos. Quanto ao estado civil dos pais, 11 eram casados e apenas uma pessoa solteira. Sobre a religião declarada pelos participantes nove disseram ser evangélicos e três católicos.

¹⁷ Participaram deste estudo 17 mães do interior do Rio Grande do Sul.

expressem o que eles desejam comunicar a seus (suas) filhos (as), dessa forma, elas são utilizadas como recurso mediador no diálogo sobre sexualidade entre pai e filha, o que legitima o lugar da mulher-esposa-mãe a partir de uma ideologia da sensibilidade feminina, aquela que é “sensível e emocional” por natureza e por isso, é capaz de lidar e tratar de assuntos delicados.

É importante destacar que ao se apoiar nessa ideologia da sensibilidade feminina, cria-se um abismo entre pais e filhas no diálogo mais íntimo sobre sexualidade, o que vigora não é sua falta de compreensão sobre sexualidade, mas sim uma questão de gênero que repete padrões de comportamento no modo de ser pai e mãe.

Para além da padronização/normalização de como exercer a parentalidade, homens e mulheres também sofrem restrições diferentes quanto a vivência da sexualidade, como seguem nas narrativas:

Então, assim, meu pai não me deixava namorar entre 15 e 16 anos, assim, só vai namorar depois que tiver 16 anos. Aí, a gente ia sair de noite, tudo adolescente, as primas não sei o que... a gente saía, não tem que voltar tal hora... tem que ir com um rapaz, assim, um dos primos tinha que ir com a gente, a gente não podia sair sozinha, aí não podia namorar. era tanto não pode, não pode, não pode (Elaine, mãe, Família Andrade).

Hoje nem tanto, né? Mas, assim, mais jovem eu sentia muito assim de que eu saía com meu primo, meu primo podia chegar de cinco da manhã, mas eu tinha que chegar de meia noite e duas horas da manhã. Então... era um aí eu me questionava por que se eu tô saindo junto com ele e eu vou voltar junto com ele, eu não posso voltar de cinco da manhã? “Ah, não, mas ele é homem, ele sabe se virar”. E, assim, também o medo. Eu sentia que existia um medo de eu ter, de eu praticar atos sexuais, enquanto outros que estavam comigo podiam, principalmente se fosse homem. Assim, eu vejo ainda como uma figura muito machista (se referindo aos homens), tá? Porque ser mulher teve

muito mais privações do que ser homem, tanto é que eu já escutei, assim, discurso de: “ah, se for homem, a gente não tem porque de ficar se preocupando, já que é mulher, a gente tem que ter mais cuidado”. Sempre foi falado uma frase assim: “segure suas cabritas, porque meus bodes estão soltos”, né? Então, assim, por que tem que segurar as mulheres? Por que não os homens? Ou por que não segurar os dois? Enfim, ou soltar os dois? Sempre, eu senti muito isso, assim, de que por ser mulher sempre foi muito mais difícil, sempre foi muito mais limitado do que se eu fosse homem (Fabiola, filha, Família Leão)

A primeira narrativa é de uma mãe trazendo sua experiência de quando tinha 15/16 anos e a segunda de uma filha vinte anos depois, embora sejam de famílias diferentes, ambas narram as restrições impostas a elas por serem mulheres permeadas por controle e vigilância. A filha ainda pontua o quanto é reforçada a ideia de que os homens podem circular pelas ruas, desfrutar da sua sexualidade sem pudor, sem preocupação, sem restrição: “segure suas cabritas, que meus bodes estão soltos”, reforçando a ideia de que os homens tem a liberdade de viver a sua sexualidade de forma livre, de maneira que os corpos estão à sua disposição, independente do consentimento destas.

Barbieri (1993) nos ensina que dentro de uma estrutura patriarcal, a qual as mulheres são submetidas a serem submissas aos homens, ocorreu um controle excessivo sobre seus corpos, por meio da reprodução feminina. Para isso, foi necessário atuar no controle sobre a sua sexualidade a fim de garantir os direitos sexuais e reprodutivos dos homens sobre as mulheres. O domínio masculino e a hierarquia de gênero estão aqui postos refletindo nos comportamentos e atitudes sexuais. Nessa mesma direção, uma filha traz a seguinte reflexão:

Inclusive, tem muita gente que os pais, alimenta uma ilusão de tipo: “minha filha é virgem, porque minha filha não tá casada ou porque minha filha não tem um relacionamento sério”. E enfim, tipo, a gente sabe que muitas vezes isso não é uma

realidade, e o medo delas de falarem sobre isso, porque eu acho que com homem é muito mais natural por subentender que tipo: “ok, já tá grande, então ele já tem relações sexuais”. Mas com a mulher não. Eu acho que realmente isso ainda é uma coisa que nossa sociedade falha muito, sabe? De botar a gente dentro de uma caixinha e querer que ninguém encoste, e enfim. Eu acho que isso ainda é muito complicado. Enquanto com os homens ele até... colocado pra cima, né? quanto mais ele demonstrar... principalmente para os pais, assim, pelo menos das pessoas que eu conheço, quanto mais o homem demonstra sua masculinidade, mais o pai exalta, enquanto a mulher, não. A mulher tem que ficar contida, sabe? É muito diferente. Acho que a gente realmente precisa aprender a dialogar (Sabrina, filha, Família Costa)

Nessa fala é ressaltado que dentro do núcleo de convívio de amigos e amigas ainda se percebe o quanto a questão sobre a virgindade é enaltecida, enquanto que, com os meninos não. Portanto, eles têm liberdade de viver relações sexuais como bem entendem. Considera-se que nós mulheres somos colocadas dentro de uma caixinha para ninguém chegar perto e relata que precisamos aprender a dialogar.

Apesar da fala da filha da família Leão, evidenciar as imposições que lhes são impostas pela condição de mulher, a fala da mãe aparece como contraponto:

Eu penso em homens e mulheres em formação, esses adolescentes precisam ter mais limites e... e... essa mulher precisa pensar mais, sabe, sobre o que é isso? eu tenho que lutar? eu tenho que fazer o mesmo? essa coisa que... eu acredito que não esteja dando certo porque tá dentro de uma polaridade, tá ocupando uma polaridade e isso não é... isso impede a criatividade mesmo, a leveza das relações, entende? Então, eu acho que cuidado... cuidado com os exageros... porque os exageros vêm pra compensar algo que não tá legal. (Amanda, mãe, Família Leão)

A mãe pontua que há exageros nas formas de lutas das mulheres, como se elas estivessem vivendo uma polaridade em relação ao comportamento dos homens. Será um exagero as lutas das mulheres? Elas estão polarizando seu comportamento em relação ao comportamento dos homens, ou estão em busca de dirimir os tantos “não pode isso, não pode aquilo” que lhes são impostos dentro de uma cultura machista? A postura da mãe expressa a naturalização dos processos de subjugação impostos às mulheres de forma geral.

Apesar dos avanços e conquistas, nós mulheres ainda carregamos as discriminações e responsabilidades atribuídas a nós durante todos esses séculos. Observamos isso, tanto na esfera pública, como na privada. O matrimônio, a maternidade, a vivência da sexualidade, o ideal estético feminino, o mundo do trabalho, todos esses espaços de ocupação feminina continuam sendo lugar de desafios e lutas diárias para as mulheres. Ainda somos acometidas pela moral social feminina, que segue um script do que é ser uma mulher de verdade (Zanello, 2018).

Dentro deste cenário vemos o quanto é reproduzidos *scripts* culturais de como homens e mulheres devem agir, pensar, sentir, se locomover, etc, criando performances de gênero, que vai sendo enaltecida pelas repetições dos atos, cristalizando comportamentos, os quais são sinalizados, de forma equivocada, de naturais. Há uma pedagogia/colonização afetiva de mulheres e homens, pois não é suficiente ser reconhecidamente heterossexual, faz-se necessário seguir um *script* do que é ser um homem e uma mulher verdadeiramente heterossexual (Zanello, 2018).

Vivemos, desta maneira, em uma bolha, que além de determinar que só podemos ter a vivência da sexualidade a partir de uma perspectiva heterocisnormativa, ainda somos “obrigados (as)” a sermos homens e mulheres com comportamentos pré-concebidos como corretos no rol de uma educação machista, ou seja, é um “mundo” já pronto onde não há lugar para inovação, para criação e nossas possibilidades de ser e existir enquanto pessoas.

Assim, na expectativa de romper as bolhas que estamos inseridas dentro de uma sociedade heterocisnormativa que iremos discorrer como pais, mães, filhos e filhas tentam romper com a educação machista, a qual receberam e foram se constituindo enquanto pessoas em suas relações familiares e sociais.

5.2.2. Enfrentamento de uma educação machista: o diálogo sobre sexualidade como possibilidade

Pensar o diálogo sobre sexualidade no rompimento da educação machista só é possível se olharmos para esse fenômeno dentro de um viés gestáltico, a partir de suas manifestações no campo, o qual acontecem sempre na fronteira eu-outro, sendo a fronteira -de- contato, a ““fronteira entre”, em que a experiência tem lugar, não separa o organismo e seu ambiente; em vez disso, limita o organismo, o contém e protege, ao mesmo tempo em que contata o ambiente” (Perls, Hefferline & Goodman ,1997, p.43).

Dito de outra forma, é na fronteira-de-contato, que as famílias deste estudo puderam romper com a educação machista, visto que elas ao entrarem em contato com uma nova realidade, conseguiram assimilar e se ajustar a ela de forma criativa.

O contato aqui deve ser pensando de forma mais alargada, pois não significa apenas contatar ou interagir com algo físico, e sim dentro de uma perspectiva Gestáltica, contato seria:

[...] o modo como nos relacionamos, e depende tanto do agente quanto do objeto, ou, até mesmo, o objeto (muito cuidado com essa ideia, afinal de contas, estamos tentando superar essa dicotomia sujeito-objeto) fazer parte do agente, sendo essa fronteira completamente fluida. [...] contato é a relação com o diferente e o transiente que abre para o novo (Belmino, 2020, p.106).

Assim, o contato é o paradigma fundamental da Gestalt-terapia, “a realidade mais simples e primeira, a superação das dicotomias e dos dualismos” (Cardella, 2014, p. 97).

É o modo que nos relacionamos com o diferente podendo ser algo físico, afetos despertados na relação com alguém, que não sei se é meu ou do outro, acontecimentos do meu passado, minhas fantasias, e aqui o contato com outra possibilidade de dialogar sobre sexualidade que não seja por um viés fundamentando dentro de uma educação machista, ou seja, o “contato é ação imediata e viva de relação” (Belmino, 2020, p. 106).

E é por meio da assimilação do novo ao entrarmos em contato que é possível nos ajustarmos criativamente. Segundo Cardella (2014) o **ajustamento criativo seria uma dialética de permanência e transformação, “com inserção estrutural do novo no velho para formar com ele uma nova configuração. A mobilidade estrutural do todo é a base da criatividade, enquanto a cristalização estrutural é a fixidez do passado no presente”** (Cardella, 2014, p. 99).

Nessa direção, para Gestalt-terapia o ser humano se “transforma na relação com o mundo ao assimilar suas experiências” (Cardella, 2020, p.125), que se dão num processo de assimilação e conservação fundamentado na Teoria organísmica de Goldstein, que fala da capacidade de conservação e crescimento no campo/organismo (Muller-Granzotto & Muller-Granzotto, 2016). Sendo aqui, as famílias, ao assimilarem novas formas de dialogar sobre a sexualidade para além de uma educação machista, pode se reinventar no diálogo sobre sexualidade com seus (suas) filhos (as), rompendo com antigos modelos e padrões e possibilitando novas formas de se relacionar consigo e com o meio.

Nesse sentido, Perls, Hefferline e Goodman (1997, p.44) dizem que:

[...] um organismo vive em seu ambiente por meio da manutenção de sua diferença e, o que é mais importante, por meio da assimilação do ambiente à sua diferença; e é na fronteira que os perigos são rejeitados, os obstáculos superados e o assimilável é selecionado e apropriado. [...] o que é selecionado e assimilado é sempre o novo. O

organismo persiste pela assimilação do novo, pela mudança e crescimento. [...] e no processo de assimilação, o organismo é sucessivamente modificado.

Nesse contexto, os autores dizem ainda que o contato organismo/ambiente não aceita a “novidade de forma passiva ou *meramente* se ajustar a ela, porque a novidade tem de ser assimilada. Todo contato é ajustamento criativo do organismo e ambiente” (p.45).

Diante desse cenário duas mães puderam assimilar e ajustar a nova realidade ao romperem com a educação machista que receberam dentro do seu contexto familiar atravessado por tabus, imposições e falta de diálogo entre elas e seus pais. Esse rompimento proporcionou outras possibilidades no diálogo sobre a temática dentro das suas relações parentais, como podemos verificar a seguir:

Isso era referente a nossa educação, eu nunca questionava casar virgem, sexualidade. Agora na minha cabeça, eu sempre lia, debatia como seria, ficava naquele impasse, estamos no muro. O jovem tem um comportamento lá fora e como é que eu vou.. Eu nunca pensei em impor, sabe, isso não, mas eu sempre pensei em conversar. **Isso me afligia**, porque **como eu vou conversar sobre sexualidade com eles estando fora da minha religião**, do que eu seguia (Samara, mãe, Família Pereira).

Aqui uma mãe fala como seria o diálogo sobre sexualidade com seu filho tendo um referencial religioso. A mãe fazia esses questionamentos logo após o seu divórcio, pois quando casada frequentava a Igreja Católica junto ao marido e vivia de acordo com as diretrizes da Igreja. Pontua que o diálogo sobre sexualidade com o filho e com a filha é marcado pelo **antes da separação e pós-separação**:

mudou muito, porque eu mudei. Eu digo que é **antes da separação e pós- separação** (risos), são duas fases. Antes da separação, como até hoje, eu tenho muitas crenças fortes dentro de mim e estou, aos poucos, reestruturando, modificando. Então, como

éramos um casal que estava muito dentro da igreja Católica, eu fazia de acordo com o que a igreja mandava (Samara, mãe, Família Pereira).

Um ponto de virada para Samara foi quando:

Eu perguntei: Leandro (nesse período ele tinha 15 anos) como é que estão, vocês já estão tendo relações? (se referindo ao namoro do filho) Ele me falou: mãe, a gente já está. Eu sempre dei muito amor e carinho e sempre procurei desde pequenininho um diálogo com eles na medida do possível. Leandro me disse: mãe, ela mora com o pai, ela tem uma tia, mas tem receio em saber a reação dela e eu falei que não tinha problema e marquei com a minha médica e fui com eles. E eu pensei em quebrar um pouco disso, pois eu não queria criar um problema em **uma coisa que é natural**, não queria me afastar de meus filhos (Samara, mãe, Família Pereira).

Samara considera que depois de ter essa experiência com o filho e sua namorada, a conversa sobre sexualidade com Leandro ficou muito mais aberta, “**aberta até demais, que ele fica com vergonha**” (sic). A mãe narra também que mudou a forma que passou a se relacionar com o seu corpo, sua sexualidade e dialoga com sua filha que tem 17 anos:

Mudou muita coisa, vou te falar uma coisa que eu não fazia e estou fazendo, eu tenho um brinquedinho, que ganhei de uma amiga no dia do meu aniversário. Eu pensei poxa quem diria eu fazer um negócio desse, fiquei me sentindo bem, não fiquei deprimida, porque não tenho ninguém, sabe? O toque é gostoso, o carinho é gostoso. Eu converso com Larissa, eu pergunto: filha, você já se tocou? E ela falou, que sim. E eu falei, pois é, se toque, é muito bom. Converso com amigas sobre, e é bom que eu consigo usar e depois fico relaxada depois, não fico depressiva (Samara, mãe, Família Pereira).

A sexualidade está diretamente ligada à religião, à noção de pureza e de pecado, de domínio e submissão entre gêneros ou classes e, portanto, ao que é tido como certo ou errado

(Jacobson, 2007). Na maioria das culturas cristãs, descreve o sexo como algo pecaminoso e para procriação (Farris, 2007).

Há ainda dentro da tradição cristã a valorização do prazer sexual dos homens e ignoram a sexualidade e prazer das mulheres, mesmo as pesquisas científicas e o senso comum, constatarem que as mulheres são seres sexuais que tem seus próprios desejos e necessidades (Farris, 2007).

Em pesquisa realizada por Rodrigues (2003), com o intuito de entender a relação entre identidade religiosa e sexualidade feminina na prática diária de mulheres católicas modernas¹⁸, pode perceber que há um distanciamento entre o discurso e o comportamento sexual dessas mulheres e as orientações da doutrina Católica. Em seus discursos, observou que esse distanciamento se deve à divergência quanto às suas necessidades afetivas de realização pessoal no campo da sexualidade, como o uso de contraceptivos, relação sexual antes do casamento, o divórcio, entre outras, e as orientações da igreja que condena essas realizações.

As doutrinas morais do catolicismo têm ficado cada vez mais distante das experiências de amor e sexualidade na vida prática das mulheres católicas no contexto atual, gerando questionamentos, reflexões e adaptações às suas realidades (Farris, 2007). Essas mulheres transformam para si mesmas os ensinamentos da religião que lhes incomodam, operando segundo suas consciências, e conservam os aspectos que lhe dão sentido existencial (Rodrigues, 2003).

¹⁸ Pesquisa de campo realizada com 22 mulheres católicas entre 20 e 60 anos, de classe média e nível médio/superior de escolarização, residentes na cidade de São Paulo. Foram aplicados 22 questionários e 5 entrevistas semidirigidas, que visavam investigar o histórico pessoal de experiências sexuais e crenças religiosas, bem como o nível de conhecimento doutrinal da Igreja a respeito da sexualidade humana, opiniões, condutas e sentimentos por elas manifestados em suas experiências.

Percebemos que a experiência pessoal tem se sobreposto ao que é proposto pelas instituições religiosas e seus sacerdotes, sem necessariamente, ocorrer um rompimento com a religião (Farris, 2007). Assim, as mulheres, deixam de:

[...] reprimir e controlar o corpo, a sexualidade e a existência a partir de um papel moral culturalmente estabelecido indica uma busca de saúde psicológica, um momento de ampliação da consciência, e uma evolução crítica humana (Rodrigues, 2003, p.45).

Rodrigues (2003) pontua que após as mulheres passarem por um processo de crise interna quanto à identidade pessoal e religiosa, conseguem, criar um novo jeito de serem “mulheres católicas modernas”.

Esse processo possibilita uma abertura para o diálogo sobre sexualidade que ultrapasse a moral e as doutrinas cristãs, ampliando um leque de novas possibilidades que afetam tanto a vida de Samara como a sua relação com a sua sexualidade e com a do filho e da filha.

Tenho muito cuidado, eu disse assim, meu filho, ela é mulher, tem sentimentos, então, respeite. Uma coisa que preciso me policiar, porque eu tenho medo de repetir padrões, eu tenho medo que um dia ele venha a trair a mulher dele, repetindo a atitude de seu pai, eu preciso trabalhar isso em mim, eu morro de medo, pois eu não quero que ela sofra, e não quero que no futuro meus netos sofram como eles sofreram e eu sofri (Samara, mãe, Família Pereira).

Samara, ao perceber que era ela a única pessoa possível a nortear a educação sexual do seu filho, se lançou em um novo campo, tanto por meio da orientação quanto ao uso do preservativo, quanto pela forma de conduzir a relação que ele estabelece com sua namorada. Samara tenta criar novas possibilidades diante da educação machista que recebera, dando novos sentidos e direcionamentos ao seu filho: sobre ser homem numa relação amorosa e as possibilidades em romper e/ou impedir comportamentos que machuquem a mulher. Foi uma

forma que essa mãe encontrou para romper com o ciclo da violência, do qual ela foi acometida na sua relação conjugal.

Indo na mesma direção, Elaine, mãe da Família Andrade, relatou sobre a ausência do diálogo a respeito da sexualidade por parte do seu pai e da sua mãe. Segundo ela a única forma de “diálogo” que ocorreu foi por meio de um livro que a mãe deixou em seu quarto, sem comunicar, mas que nele tinha conteúdos sobre sexualidade.

Eu descobri um livro que minha mãe deixou pra mim, mas assim, ela não veio me entregar, no dia que eu descobri o livro tava lá eu, e assim, eu não, eu não lembro de nenhuma conversa com eles sobre sexualidade... eu não.. eu não me recordo de nenhuma dessas conversas sabe, e na família, principalmente na família do meu pai...a da minha mãe era mais. (Elaine, mãe, Família Andrade)

Embora Elaine não tenha tido nenhum diálogo com os seus pais em relação à sexualidade, a forma como ela conduz com sua filha, será completamente diferente com a que ocorreu em sua casa, na qual o tema nem era explorado de nenhuma forma explícita. Ambas as mães citadas anteriormente, demonstram o processo de rompimento com o tipo de vivência que tiveram, seja numa relação matrimonial ou com seus pais.

Assim, ao *destruírem* comportamentos introjetados sobre o que é ser mulher e ser homem, abriram novas possibilidades de recriar os lugares ocupados até hoje. Criar novas possibilidades de se fazer uma nova história é agredir, segundo Pinheiro (2021, p.95) “é desfazer para refazer”, sendo a agressividade “uma palavra forte e, fomos ensinados a entendê-la como sempre ameaçadora e nociva. Ela não só destrói, mas também constrói. É energia para movimento, para ato (p.95)”.

Nesta direção, a filha Gina da família Andrade, relata como a sexualidade é tratada em sua casa:

A sexualidade é uma questão, mas que não é uma questão... é uma questão, porque ela existe e está lá e tem gente que tem problema com ela... e não é uma questão, porque... não é uma questão na minha casa.. eu acho que também, porque minha família ser muito nova, minha mãe tem 40 anos, minha vó tem 60 e minha tia é dez anos mais velha que eu, só. Eu acho que isso influencia muito, porque querendo ou não, acho que pessoas mais novas, assim tem... noção de abrir a cabeça para novas coisas... (Gina, filha, família Andrade)

Cordeiro et al (2018) em sua pesquisa realizada com três mães de idades entre 30 e 40 anos, com filhos entre 10 e 18 anos, nos mostra que o exercício da maternidade precisa ser pensado de uma forma mais ampla, ou seja, apesar das mães do referido estudo pertencerem a vivência da maternidade em períodos e contextos sociais semelhantes, elas a experienciam de forma diferente com seus (suas) filhos (as) jovens.

Dessa forma, nos faz refletir que a maternidade não é inata as mulheres e sim, uma construção que envolve fatores culturais, sociais e singulares para cada mulher, e “tornar-se mãe é uma função em construção e envolve aprendizado” (p.1437). Nessa perspectiva, o fator idade para ser mãe não seria determinante para um diálogo aberto sobre sexualidade entre pais e filhos (as) jovens. Mas o que poderia facilitar esse diálogo, essa abertura?

McGoldrick e Shibusawa (2016) chamam atenção para a importância de os pais realizarem novos acordos, estabelecerem novas fronteiras com os (as) filhos (as) à medida que eles (elas) vão crescendo e tornando-se jovens. Essas novas fronteiras mesmo diversas das estabelecidas quando os (as) filhos (as) eram crianças, se fazem necessárias para que ocorra um diálogo aberto e uma relação de confiança com os (as) filhos (as) e eles (elas) possam acionar os pais quando precisarem de apoio e um senso de segurança.

É importante também mencionar que essa nova conjuntura familiar de pais adultos-filhos (as) jovens, é um momento que os (as) jovens filhos (as) podem abrir um leque de novos

valores, com a chegada de amigos (as) e novas ideias para o núcleo familiar, solicitando dos pais flexibilização nas relações com os (as) filhos (as) visto que não há mais autoridade completa sobre eles(elas). Esse também é um período importante para que os pais possam ensinar comportamentos e atitudes responsáveis para os (as) filhos (as) (McGoldrick & Shibusawa, 2016).

Queremos ressaltar que essa é a única família que pontuou a questão da idade e contexto geracional, mas que, todavia, é perceptível que há um direcionamento para o rompimento da educação machista por parte das mães das duas famílias referidas, além de exercer a maternidade, também são mulheres e estão podendo possibilitar uma nova forma de conduzir a educação sexual com seu (sua) filho (filha) por meio do diálogo.

Nesse cenário de rompimentos, negociações e novos posicionamentos em relação a vivência da sexualidade só foi possível, porque essas mães ao entrarem em contato com o novo e o diferente, puderam atualizar sua relação com o meio se ajustando de forma criativa a ele, o que repercutiu no seu diálogo com as filhas em relação a sexualidade.

Pensando nesse contexto de transformações diante de uma estrutura heterocisnormativa e uma educação machista, pudemos escutar as narrativas das famílias com filhos (as) que tem uma orientação sexual desviante da norma. O encontro com essas famílias foi revelador de que a aceitação e respeito à diferença dos (das) filhos (as) foi importante para que pudessem estar no mundo da forma que se reconhecem, como poderemos perceber a seguir.

5.2.3 A subversividade das sexualidades dissidentes: rejeição e acolhimento

No Brasil não é comum, tanto no contexto familiar como na sociedade de forma geral, aceitar e acolher as expressões de sexualidades dissidentes, essas comumente são pressionadas a se “normalizarem” e a seguir o padrão heterocisnormativo. Atrelado a essa visão, temos uma forte influência judaico-cristã, perpetuada principalmente por meio das religiões católicas e

evangélicas¹⁹ (Ribeiro & Oliveira, 2017) que através de cultos e outros meios de comunicação são repassados valores fundamentados em princípios morais tradicionais, os quais ditam as normas de conduta que devem estar alinhadas aos ensinamentos religiosos tendo impacto na vivência da sexualidade.

Todos esses ensinamentos são transmitidos de geração a geração, até mesmo nos momentos de convívio familiar e social (Santin, 1999). Nesse ínterim, um pai traz que:

Eu sou meio ortodoxo, né? É... apesar de respeitar e conviver com tudo, mas eu... sou bastante ortodoxo em relação a isso aí. Eu acho que homem nasceu pra mulher e a mulher nasceu para o homem. Respeito tudo, né? Tenho convivências e tudo, mas... é... pra mim mesmo e no meu núcleo, eu gostaria que as coisas fossem da forma como... como foi escrito lá.. na invenção da história do homem e da mulher. Nos anais, na história, independente de qual tendência a gente aceite, se Adão e Eva ou a evolução da espécie, sempre foi macho e fêmea, e Adão e Eva, né? Foi pelo menos o início de tudo foi dessa forma. Foi assim que Deus criou. (Vinícius, pai, Família Leão)

Nessa fala do pai, que se reconhece católico, percebemos uma narrativa condizente com os princípios religiosos. Hoga et al (2010) pontua que católicos e protestantes tendem a ter atitudes sexuais ditas mais conservadoras do que os não religiosos ou de outras religiões. Dentro da tradição cristã há uma cisão entre espiritualidade e sexualidade, ao valorizar apenas a vivência da sexualidade dentro do casamento heterossexual, sendo negado práticas sexuais para as pessoas não casadas; ao trazer o desejo sexual como uma experiência negativa, além de algumas tradições considerarem a sexualidade feminidade pecaminosa (Farris, 2007).

Ainda na fala de Vinícius, em outro momento, ressalta que:

¹⁹ Segundo Ribeiro & Oliveira (2017) podemos considerar que o Brasil é majoritariamente um país cristão.

A gente tem que conviver com isso, a gente tem que se adaptar. É aquilo que eu falei, aceito, tudo, não... discrimino nada, tudo, mas, é... tenho como conceito e como formação minha de que há um desvio aí, né? Eu acho que a relação tinha que ser homem e mulher sempre, sempre, mas sei que não é dessa forma... a coisa progrediu muito, né? Tem outras tendências e tudo, e eu... acompanho tudo de longe, mas, assim, você perguntar: “pra você, o quê que você...”, eu não tenho filho homem, só tenho filhas mulheres. Se alguma filha minha tivesse uma tendência, respeitaria, né? Aceitaria, mas com a ressalva e eu iria ser bem claro, até porque elas conhecem a minha opinião, né? De que eu acho que tem um desvio de rota aí. (Vinícius, pai, Família Leão)

Percebemos que Vinicius traz uma narrativa heteronormativa de que compreende que as coisas mudaram, mas que não considera correto relações homoafetivas, porque elas desviam-se da rota. Relata ter uma aceitação sobre “nova realidade” que se apresenta para ele, no entanto não rompe com a estrutura heterocisnormativo. Tais posicionamentos são perpetuados de forma estruturante para que a LGBTQIA+Fobia ocorra, gerando sofrimento diretamente nas pessoas que são acometidas por essa violência. Esses comportamentos de rejeitar aquilo que foge a heterocisnomativida, seria segundo Gomes (2020) “as bases dos processos de sofrimento psíquico da população LGBTQIA+” (p.140).

Um exemplo disto, é um estudo americano realizado por Sawin-Williams (2001), onde mostra que 50% dos *gays* e lésbicas não conseguiram assumir para os seus pais sua orientação sexual, enquanto apenas 25% deles não se assumem para suas mães. Os (as) filhos (as) que conseguiram expor sua orientação sexual para sua família, apenas 10% a 15% se sentiram totalmente confortáveis e aceitos, enquanto entre 70% e 75% obtiveram algum grau de aceitação, e o restante, de 10 a 15%, sentiram não aceitos ou rejeitados, mesmo a longo prazo (França, 2009).

De acordo com França (2009), um dos problemas que mais gera dor nos filhos diz respeito a não-aceitação familiar daqueles que não performam heterocisnormatividade. A autora enfatiza, ainda, que o processo de marginalização e rejeição vivenciado por essa população se dá única e exclusivamente pela sua condição existencial desviante, ou seja, pela sua forma de existir no mundo.

Essa forma de reação dos pais é decorrente da visão heteronormativa que é disseminada e tida como a única forma existencial de ser. Ademais, diante dessa cultura heterocisnormativa, as vivências de identidade e sexualidade ditas desviantes não fazem parte do cotidiano, e acabam não sendo objeto de discussão e/ou reflexão.

Em pesquisa realizada por Hauer e Guimaraes (2015) com três mães cujos (as) filhos (as) se denominaram homossexuais foi possível perceber que o processo de aceitação das entrevistadas possuíam pontos em comuns quanto singulares, realçando as questões referentes às causas atribuídas a homossexualidade, cada uma fez menção a uma causa, uma relatou a partir de uma questão biológica, outra psíquica e a outra em decorrência da convivência social com pessoas dissidentes. No entanto, todas elas demonstravam desconhecimentos sobre a vivência da homossexualidade e quando faziam menção, as suas narrativas eram estereotipadas e carregadas de preconceitos direcionadas aos desviantes da norma (Hauer & Guimaraes, 2015).

Ribeiro (2021) nos chama atenção que mesmo sem o nosso consentimento encontramos com os *outros* (seja pessoa, situação, filho, família, etc.), o que nos é estranho está desde sempre implicado no nosso campo experiencial, independente da nossa aceitação. Assim, por mais que se negue as diferentes formas de expressões de sexualidades que fogem às normas, elas não deixarão de existir. Consideramos que se faz necessário espaços de diálogos e discussões tanto no contexto familiar como social que possibilitem uma abertura e acesso a informações sobre

as expressões e vivências da sexualidade que rompem com a desinformação que muitas vezes é desencadeadora de conflitos e embates familiares.

Ressalta-se que o diálogo aqui defendido é aquele que amplia as possibilidades para uma ruptura das estruturas heterocisnormativa, visto que essas famílias se constituíram nesse contexto específico. Mas uma vez aqui, queremos enfatizar a importância da discussão sobre a sexualidade dentro de uma visão holística, sistêmica nos diálogos entre pais e filhos (as).

Em contraposição à ausência de diálogo e dos conflitos familiares causados pela rejeição às expressões de sexualidade que fogem da norma, duas famílias entrevistadas pontuaram que:

Na verdade... era uma coisa que eu acho que antes dela falar, eu já tinha percebido, sabe? Assim... a gente já tinha percebido há muito tempo assim... que tinha... que existia... essa... essa... assim, essa vontade dela, esse interesse dela de ambos os lados. Tanto que quando ela sentou, não sei se ela já falou pra você, mas quando ela sentou pra conversar com a gente, ela disse: “gente, pai, mãe, eu quero dizer uma coisa a vocês.” “minha filha, a gente já sabe, né?” (risada). Assim, muito normal. Eu acho que assim... a gente sempre falou (se referindo ao esposo), que criaria os filhos da gente com o intuito **de que eles fossem felizes**, sabe? dizendo: “poxa, ah se meu filho for homossexual, se minha filha for homossexual.” Isso nunca foi uma barreira pra a gente, de forma alguma, entendesse? E realmente não é (Joana, mãe, Família Costa).

Sabrina, assim, quando ela... ela expôs uma orientação sexual, que a princípio ela colocou como... como bissexualidade, é... pra nós (gaguejo) ela quando falou pra a gente, ela disse... não lembro exatamente a palavra, e a gente disse... não porque fosse óbvio, mas porque não era uma coisa assim... é óbvio pra mim (João, pai, Família Costa)

O pai de Léo também narra como foi a conversa com o filho sobre sua orientação sexual:

Então, no momento em que ele me falou, estava bem bêbado, carnaval, chegou bêbado em casa e disse: pai, acho que sou bissexual. Assim, do nada chegou para mim e falou isso, eu até brinquei com ele na hora e disse, e eu sou tri sexual, ele disse, como assim? Eu falei, você é bi e eu sou tri, pronto. Ele saiu do quarto, eu pensei, ele está bêbado, eu vou conversar com ele melhor depois sobre isso, mas mesmo assim não vai ser só essa a conversa que irei ter. Ele foi para a cozinha comer, então eu fui lá, dei um beijo nele e disse, filho, eu não me importo com a sua orientação sexual, **a única coisa que eu quero é que você seja feliz**, eu não me importo com o que você será profissionalmente, com quem você vai casar, com quem você vai namorar eu só quero que você seja feliz. Depois de alguns dias, sem efeito nenhum de álcool, pudemos conversar melhor, e eu reafirmei essa questão para ele. Foi mais ou menos dessa forma que as coisas aconteceram (Carlos, pai, família Silva)

Nas narrativas dos pais percebemos que há uma preocupação de que o (a) filho (a) sejam felizes, independente da sua orientação sexual. O processo de aceitação da expressão da sexualidade dos filhos, se deu de forma natural, sem conflitos, pois a grande maioria desses pais estavam inseridos dentro de um contexto geracional também de aceitação e diálogo sobre a sexualidade. O que nos evidencia que é possível romper com padrões impostos por uma estrutura heterocisnormativa por meio da transmissão de novos aprendizados além de criar, construir novos pensamentos e ações sobre sexualidade dentro do sistema familiar.

Ambos os pais em suas narrativas, fundamentados na aceitação e no apoio à orientação sexual do (da) filho (a), consideraram que o mais importante é que sejam felizes. O “desvio” dessas famílias demonstra um ato de comprometimento em estranhar a norma que é excludente, não acolhedora, deixam pessoas dissidentes à margem social.

Nesta direção, um filho fala que:

Primeiro falei com minha mãe, foi depois de uma festa e eu estava bem mal, por ter acontecido coisas na festa, foi um momento mais delicado quando eu falei com ela. Ela até me perguntou se eu estava mal por causa disso, se eu tinha feito alguma coisa, e eu respondi que não apenas estava aproveitando o momento que eu estava com ela, pois estava mal por causa disso, foi algo mais sensível. Já com meu pai, foi após outra festa, eu cheguei um pouco alterado e falei para ele, e ele me respondeu super bem, eles nunca tiveram nenhuma questão com isso. Meu pai até brincou na hora, eu não me recordo do que ele falou, a gente brincou na hora, mas ele depois falou, olha eu brinquei com você naquela hora porque para mim pouco importa essa questão, mas se você quiser conversar, e eu disse para ele, eu só queria que você soubesse. No cotidiano, ficou muito nítido que tudo bem, **não foi um tudo bem da boca pra fora**, eu me assumi no final de 2017, 2018, eu namorei, ele ia lá pra casa, convivia com meus pais, a gente fazia muitas festas em casa (Léo, filho, família Silva)

Na fala de uma filha sobre se “assumir”, ela diz:

Eu me assumi bissexual pros meus pais aos dezoito anos de idade, recém feitos. Inclusive demorei muito pouco, porque me assumi quando eu entendi, assim, pra eu falar pra eles, eu acho que se muito demorou três meses, porque eu tava num conflito interno comigo mesma, de entender o que, como eu realmente me definia e como eu me enxergava, mas eu nunca senti o medo de falar, sabe? Pra mim, sempre foi uma coisa muito natural, **saber que eles lidariam bem com isso e que, pra eles, o meu bem tava acima de qualquer coisa**. Então, pra mim realmente nunca... nunca foi diferente, sabe? **Eu nunca senti medo de falar de sexualidade** por ser mulher ou por ter uma sexualidade que poderia fugir ao padrão social, pra mim sempre foi muito tranquilo. Nunca... a gente também nunca teve nenhuma desavença por isso, sempre foi tranquilo, assim, eu, nunca passou pela minha cabeça que eles não aceitariam, até

porque... é... a homossexualidade é muito comum na verdade, na minha família tem várias pessoas, é já abertamente assumidas, gente inclusive casada, principalmente na minha geração. Então... sempre foi uma coisa muito natural, tipo, pra gente isso nunca foi visto como... **um erro ou como um tabu ou nada**, tanto que meu pai é padrinho do casamento de uma prima minha com a esposa dela. Então, pra a gente realmente sempre foi... tipo, sempre foi uma coisa do dia a dia, nunca foi um demônio (Sabrina, filha, família Costa).

Percebemos que na narrativa do filho Léo e da filha Sabrina revelar para seus pais uma orientação sexual (bissexual e homossexual) que foge a heteronormativa não gerou nenhum conflito familiar. Ambos narram sentirem-se aceitos pelos pais no momento da revelação e após, ficando nítido que a aceitação quanto a orientação sexual “não foi da boca para fora” (sic).

Em suas narrativas percebemos que a relação que estabeleceram com seus pais é de confiança e respeito podendo “assumir” quem se é. Há em suas falas a expressão de que os pais são os primeiros a acolhê-los, apoiá-los, a dar-lhes norte e suporte “**sabia que eles lidariam bem com isso e que, pra eles, o meu bem tava acima de qualquer coisa**” (sic). Assim, a relação entre pais e filho/filha tem acontecido de maneira que eles possam se desenvolver, de forma segura e sólida, ao terem seus pais como heterossuporte. O heterossuporte é um apoio advindo de fora deles que fortalecem e os nutrem, o que colabora para que eles desenvolvam sua autorresponsabilidade, seu autossuporte, ao se sentirem apoiado e aceitos incondicionalmente pelos pais nas suas expressões de sexualidades.

Neste sentido, percebemos que o processo de aceitação da expressão sexual do filho e da filha, não ficou só evidente em suas falas, mas também como eles lidam e conduzem cotidianamente as relações afetivos-sexuais de seus filhos (as), como podemos verificar:

Sabrina tem a vida dela tranquila assim, com as namoradas dela, assim, já teve namorado também e tal, e ela vive a vida dela naturalmente dentro de casa. Ela tem toda liberdade assim de trazer, de ficar com a pessoa aqui. (Joana, mãe, Família Costa)

Conversamos um pouco sobre essa questão da sexualidade dele, mas assim nós não temos nenhum problema relacionado a isso, ele também já teve namorada, e o mesmo tratamento que demos à menina, que ele namorou, foi o mesmo que demos ao rapaz, que ele namorou. Ele também foi lá pra casa, saímos para jantar, deixamos ele em casa depois. Houve momentos que ele estava em algum lugar e fui buscar ele com o menino, para dar carona a ele (Carlos, pai, família Silva).

As falas dos pais evidenciam a validação da expressão de sexualidade do/a filho/filha, como uma forma de ser e não como expressão de um desvio sexual. O que percebemos é que o diverso é natural e não a norma. Há ainda uma compreensão e confirmação de que seu/sua filho/a tem desejos sexuais, prazer e que podem vivenciá-los com autonomia, responsabilidade, ele/ela são autorizados/as e oportunizados a viverem seu processo de emancipação sexual.

Essas famílias, por meio da aceitação e o diálogo sobre sexualidade, acabam apresentando dinâmicas diferentes na sua relação com os seus filhos/filhas possibilitando outras perspectivas sobre a existência e a organização dos papéis sociais que vão na contramão daqueles pré-estabelecidos para cada gênero, dentro da nossa cultura.

As relações estabelecidas de geração para geração têm sido determinantes para que ocorra uma abertura para criticar e romper com características que lhes foram transmitidas tanto dentro da família como pela sociedade, sendo o diálogo entre os membros familiares a grande possibilidade de desconstrução das normas impostas pela cultura heterocisnormativa. Como podemos perceber nas narrativas a seguir:

Eu conversava sempre muito com minha mãe, então meu diálogo era muito com minha mãe, meu pai não era assim essa coisa tão presente e tal, hoje em dia, ele é muito mais

presente, é muito mais fácil de dialogar com ele, mas na época de adolescência, de descobertas, sempre foi com a minha mãe e sempre foi de uma maneira muito tranquila, tudo eu conversava com a minha mãe. Acho que é isso, o que facilitou foi isso, eu sentir que eu tinha na minha mãe essa abertura e eu querer dar isso desde cedo a Léo (filho). Acho que foi exatamente a criação que a gente teve, apesar de ainda ter um certo tipo de desconhecimento vindo de nossos pais. Existem alguns questionamentos, algumas dúvidas, alguns comportamentos que ainda não são entendidos pelos mais velhos, mas eu acho que tanto a minha família como a família do meu esposo, sempre teve esse diálogo, então eu acho que a criação da gente facilitou essa abertura, não vou generalizar (Lúcia, mãe, família Silva).

O pai relata como sua família de origem lida com a orientação sexual de seu filho Léo: Meus pais levaram muito bem até, tiveram um pouco de medo, por conta da idade, a convivência preconceituosa que viveram, né? Se eu fui educado de uma forma machista, fico imaginando como meus pais foram educados. Havia uma preocupação nesse sentido, mas também eles souberam, não chegaram para comentar sobre nada, não mudaram em nada o tratamento com Léo. Eles não se intrometem, todos eles sabem que ele já teve namorado, que ele é homo ou bissexual (Carlos, pai, família Silva).

Dentro desse contexto, traz uma preocupação que sua mãe teve na relação com o neto: **Minha mãe inclusive estava conversando comigo uma vez, super chateada com ela própria por conta dessas frases feitas que a gente aprendeu a conviver ao longo da vida.** Ela conversando em família chegou a brincar sobre a homossexualidade. Depois de 1 ou 2 dias ela me procurou pedindo desculpa, chorando, porque falou aquilo na frente de Léo (filho) e que não era aquilo que ela queria dizer e, que ela ama o neto dela e que nunca iria pensar de uma forma errada dele, enfim, que isso não é coisa que mãe/avó faça. Eu disse a ela, mãe não se preocupa com isso, ele não vai ficar grilado

com isso. Tanto é que depois eu fui conversar com ele (Léo, o filho) sobre isso e ele falou que nem lembrava quando ela tinha falado isso. Foi algo muito espontâneo e Léo tem uma cabeça muito boa nessa questão (Carlos, pai, família Silva).

Nessas narrativas fica nítido a abertura que os membros das famílias têm para dialogar, questionar e repensar seus posicionamentos cristalizados diante das normas impostas pela sociedade sobre a vivência e expressões das sexualidades. **É na fronteira²⁰ eu-outro, nas manifestações do campo que ocorrem as mudanças, mudanças essas que** não se dão apenas em aceitar a novidade de forma passiva e se ajustar a ela, mas sim porque a novidade foi assimilada, gerando novas formas de se relacionar com os membros da família e consequentemente com a sociedade.

Essas relações parentais de permissão, aceitação e diálogo sobre sexualidade ficam evidentes tanto nas famílias de origem dos pais como em sua família atual, possibilitada por uma atitude de presença dos pais. Essa presença não se limita a uma presença física, mas diz da disponibilidade, de possibilitar a autenticidade do outro, construindo a abertura ao diálogo e o contato pessoa a pessoa, segundo Hycner e Jacobds (1995) define presença como um “voltar-se para o outro”.

No entanto, dentro da nossa cultura machista, estruturada dentro de um modelo heterocisnormativo, não é comum as famílias estarem abertas para que o outro possa se expressar da forma que se veem, principalmente quando forjam a norma. Como podemos verificar nas narrativas a seguir:

Na minha família materna, eu fui a primeira e até agora a única a assumir a bissexualidade. Então, na extensão familiar já houve momentos não muito legais, mas... em questão de meus pais, eles sempre foram os primeiros a defender, os primeiros a

²⁰ Perls, Hefferline e Goodman (1997, p.43) apresentam a definição de fronteira como uma ““fronteira entre”; mas a **fronteira – de – contato, em que a experiência tem lugar, não separa o organismo e seu ambiente; em vez disso, limita o organismo, o contém e protege, ao mesmo tempo em que contata o ambiente.**”

levantar e tipo, **a gente tá com você contra o mundo se o mundo discordar**, sabe?

Mas tá tudo bem assim (Sabrina, filha, família Costa).

Sabrina destaca que na família materna ela é a única pessoa até o momento que assumiu ser bissexual e que não há receptividade por parte da família extensiva com sua forma de ser, mas que consegue lidar com isso, porque os pais a apoiam e a deixam se sentindo segura, de que não está só.

Sabemos que a vivência de Sabrina ainda é uma regra majoritária nas gerações familiares brasileiras, com base nos dados já explicitados anteriormente, fica evidente na fala do pai a seguir, sobre como teve que romper com essa estrutura heterocisnormativa perpetuada geracionalmente. Caso ele não tivesse rompido, seria um entrave no acolhimento ao filho. Como podemos ver a seguir:

No momento que ele chega pra mim, se abre e fala dessa orientação sexual dele, é óbvio que eu não poderia ser nunca o primeiro agente do preconceito dele, se a minha preocupação é essa jamais ele poderia sofrer isso exatamente de mim. Primeiro assim, acho que tenha sido mais fácil, porque apesar de ter tido essa **educação bem machista** e ter passado boa parte da minha pré adolescência sendo preconceituoso, até conversei com ele isso também. Fui educado dessa forma, então você educa uma criança até 10, 11, 12 anos de idade dessa forma, é isso que ela vai aprender. É isso que ele recebe dos tios, primos, eu tinha primos mais velhos que eram gays e eu via como eles eram tratados na minha família. No começo, eu percebia aquilo como algo certo, quando eu era criança, eu achava que eles eram estranhos porque foi assim que fui educado, mas a partir dos 13, 14 anos, eu já comecei a pensar muito diferente disso, tive algumas experiências de amigos (Carlos, pai, família Silva).

O pai revela como foi o processo de mudança em relação à educação machista que havia recebido, quando criança/adolescente, até se tornar adulto e respeitar as diversas formas de orientação sexual, antes mesmo de o filho se reconhecer gay.

Queremos ressaltar aqui que o pai nomeia a educação que recebera do seu sistema familiar de machista, dentro de uma postura fenomenologia de não interpretar o significado social ao termo, mas entender o significado atribuído pelo sujeito, que nesse caso fica evidente que ao falar o termo educação machista, ele estava se referindo a um processo de educação heterocisnormativa e de preconceito com sexualidades que fogem da norma, e que também é machista. Dessa forma consideramos que quando ele se refere a esse termo, está dentro de um campo que a estrutura heterocisnormativa é imposta.

Neste sentido, o pai continua sua narrativa sobre o seu rompimento com a estrutura imposta:

Uma que foi bem marcante para mim, acho que eu tinha 15 anos de idade e um amigo meu, que fomos criados juntos, em um tempo de férias, ele me chamou e chamou uns amigos nossos pra avisar que um primo dele iria passar esse período de férias na casa dele e que o primo dele era homossexual, eu lembro que minha reação naquele dia foi, porque ele precisa chamar a gente pra meio que pedir permissão ou desculpa porque o primo dele que é um cara que ele elogiou, que é legal, bacana, que ele gosta do primo dele, e ele teve que fazer todo esse tipo de aviso só pelo fato do primo dele ser homossexual. Aquilo me incomodou muito, aquela talvez deveria ter sido a primeira vez que me senti incomodado com algum tipo de preconceito e foi uma reação totalmente inversa ao que eu tinha sido educado. E o primo dele foi pra lá, passou as férias e ele realmente muito gente boa e a amizade fluiu naturalmente naquele período. Depois disso, houve muitas outras ocasiões de coisas que foram me incomodando

também, comentários que alguém fazia, e eu me sentia “pô, esse não é o meu mundo”, não quero conviver com gente que pensa dessa forma (Carlos, pai, família Silva).

Chama atenção aqui que mudar as relações que o pai tinha, o fez mudar como ser humano, o fez olhar o mundo sobre outra ótica, desencadeando autorreflexão, e gerou novos posicionamentos sobre a educação que havia recebido.

A cada nova experiência estão presentes a minha forma material, por meio da expressão corporal, e os objetos que me cercam, mas a experiência vai para além disso, pois nela trago toda minha experiência do passado, mesmo sabendo que elas não são unicamente minhas, pois são “histórias que eu vivi na interface com outras pessoas, e, por isso, não poderia reclamar um autor principal.” O autor continua “nossos afetos e histórias são sempre compartilhadas, e por isso, não têm um ‘dono’” (Belmino, 2020, p.108).

Assim, sou marcado pelo efeito do outro em mim, esse outro não de forma material, mas o Outrem²¹ que não tem rosto ou definição, mas que me afeta, me atravessa e cria memórias, hábitos e desejos em mim, deixando marcas criadas a cada encontro e desencontro da vida.

Belmino (2020, p. 119) diz que a cada encontro, pensado a partir da fenomenologia, e se considerarmos a sua lógica temporal, é como se esses encontros “deixassem uma marca que fica copresente enquanto um passado que não foi “totalmente digerido” ou significado.”

Assim, a presença desse Outrem, que eu nem sei identificar, e que me atravessa direta e indiretamente, é que se faz presente em nossa constituição, seja na “copresença de passado (aquele que eu vivi e o que não vivi na eterna vivência intersubjetiva), mas que não deixa de ser um passado que se mostra no presente, repetindo suas formas, mas, também, me impulsionando para o novo” (Belmino, 2020, p.120).

²¹ Muller-Granzotto e Muller-Granzotto (2012a e 2012b) sugerem a utilização do termo Outrem, a partir de Merleau-Ponty, para se referir a esse outro, que não tem rosto ou definição, um outro não identificado.

Quando entramos em contato com uma nova experiência, carrego comigo toda a minha vivência, minha história no momento presente, mas também tudo o que ainda posso viver no aqui e agora, como horizonte de possibilidades. Assim, o fundo de vividos contém o que se apresenta na situação de forma material, mas também todo o fundo imaterial que coexiste na experiência.

Assim, essas famílias ao disponibilizarem a entrar em contato com novas formas de expressão da sexualidade, pode reconfigurar o seu fundo de vividos e dessa forma ampliar sua visão para a vivência da sexualidade repercutindo no modo de acolher o diferente, o desviante da norma. Aceitando e confirmando essa diversidade como mais uma possibilidade de ser e estar no mundo. Todo esse processo de abertura para o novo, repercutiu na forma de diálogo com os filhos (filhas) e nas suas relações sociais, pois ao mudar uma parte, todo o sistema se modifica.

Essas famílias que prestam suporte acabam por vivenciar na própria pele o desvio experienciado por seus (suas) filhos/filhas com sexualidade consideradas dissidentes, sendo assim, ainda vivenciam direta ou indiretamente os preconceitos e violências desse contexto. O que fica evidente na fala dos pais, preocupados com a violência que seus filhos podem vir a sofrer, visto que o Brasil ainda é um país permeado por ataques e em alguns momentos o aniquilamento, daqueles que não seguem a norma heterocisnormativa (Barros, 2020).

No Brasil, em 2019, foram registrados 329 mortes violentas contra pessoas LGBTQIA+ em decorrência de preconceitos, sendo 90,3% delas, homicídios. De todos os assassinatos contra LGBTQIA+, ocorridos no mundo, segundo o relatório do GGB (Oliveira, 2020), naquele ano, mais da metade ocorreram no Brasil, o que faz do país um dos maiores responsáveis pelos crimes contra minorias sexuais. Dentro dos LGBTQIA+ que foram assassinados, 90,7% tinham entre 20 a 50 anos, sendo suas vidas finalizadas entre a juventude e a vida adulta (Oliveira, 2020).

Diante dessa realidade, o pai de Léo e Sabrina traz:

A sociedade ainda é preconceituosa, ainda é uma série de coisas, e... pra nós, fica aquela preocupação como é que... vai ser a vida dela, é... principalmente num governo desse tipo e com a sociedade cada vez mais conservadora, e eu não acho nem que seja conservadora, a nossa sociedade... feia, viu? É... e aí esse tipo de preocupação... mas também... também isso foi colocado muito abertamente, então... (João, pai família Costa).

Com Léo, eu já imaginava, pelo jeito dele, que aquilo poderia ser uma possibilidade, desde antes dele abrir pra gente e dizer que ele era. A única coisa que sempre passou pela minha cabeça como grande preocupação a esse respeito, sempre foi o preconceito que ele iria sofrer (Carlos, pai, família Silva).

Podemos perceber que os pais apresentam uma preocupação com a violência social que o filho e a filha possam sofrer em decorrência da sua orientação. Neste sentido, o pai de Léo ressalta que:

Não existe esse tipo de barreira entre a gente, ele já levou outros meninos lá em casa, eu até conversei com ele sobre isso uma vez, dizendo que eu preferia que ele levasse as pessoas que ele se relaciona lá pra casa, ao invés de ir para um outro lugar, por uma questão de segurança, o fato dele está mais seguro, fazendo esse tipo de passeio, esse tipo de saída indo para casa, para não ir para motel, essas coisas assim (Carlos, pai, família Silva).

Esse pai de forma preventiva busca estratégias que garantam uma maior segurança da vivência da sexualidade do seu filho, preferindo que ele leve seus parceiros para casa, entendendo como um lugar mais seguro, acreditando que deste modo ele pode proteger seu filho de exposição a possíveis violências.

Apesar da proteção física que os pais proporcionam para seu/sua filho(a) dissidentes, eles parecem ampliar essa forma de cuidado, como podemos verificar na narrativa a seguir:

Eu sempre senti muito o apoio deles, sabe? A segurança de tipo saber que **eu não tou sozinha, mesmo vivendo num mundo muito preconceituoso, tipo, tá tudo bem, eu sou eu e.. tá tudo certo nisso** (Sabrina, filha, Família Costa).

Percebemos que a relação que esses pais estabelecem com seu filho e sua filha dissidentes, parte não só de proporcionar a ele e ela segurança física, mas também apoio emocional, solidariedade, colaboração, respeito a sua singularidade além de segurarem em suas mãos para enfrentar os preconceitos que possam experimentar em suas relações sociais.

6. Diálogo entre pais e filhos: uma ponte para a emancipação da sexualidade

O diálogo promovido na relação de pais e filhos (as) sobre sexualidade é ao nosso ver uma ferramenta de emancipação para sexualidade dos (das) jovens, pois é somente a partir da relação com o outro, dentro de um campo, que nos constituímos enquanto pessoa e a relação parental é uma das primeiras oportunidades dos (das) jovens lidarem com a alteridade, entre si e o outro.

Dentro de uma perspectiva Gestáltica se constituir como um si mesmo só é possível na presença desse *outro* que é diferente de mim, e que pode ser aquele que “me reprime, o outro que desejo, o outro que me angustia, o outro com quem me identifico, o outro que destruo, o outro como comunidade, ou mesmo do outro que surge efetivamente em meu próprio corpo” (Ribeiro, 2021, p.50).

A partir da presença do *outro*, que posso fazer contato²², **que posso rever minhas posições, responsabilizar-se pelas minhas atitudes, se transformar e criar** (Cardella, 2020). Afinal, “somos ser-no-mundo-com-os-outros e nunca encerrados em nós mesmos” (Lira, 2021, p.167).

Esse diálogo que estamos defendendo aqui é um diálogo que tenha como fundo uma atitude dialógica. Uma relação de fundo dialógico é estabelecida por meio da confiança, integração e disponibilidade. É uma relação, a qual o/ a jovem sente-se confirmado em sua vivência de sexualidade pelos seus pais, sendo compreendidos em suas experiências sexuais sem pré-julgamentos (Hycner, 1995) ²³.

Essa forma de diálogo e abertura para o outro é propiciadora em gerar o autocuidado consigo e conseqüentemente com o outro, acolhendo respeitosa e tanto a sua singularidade como a do outro. Nesse ínterim, “o outro não é um limitante, um estorvo para a autenticidade

²² Contato aqui pensado dentro da perspectiva Gestáltica.

²³ Hycner (1995) faz menção a uma atitude dialógica dentro de uma perspectiva de psicoterapia, mas acreditamos que ela possa ser vivenciada nos diversos espaços dentro das relações humanas.

do self, mas é o próprio motivador de qualquer episódio de contato”. Nesse encontro, originam “os mais distintos modos de sociabilidade” (Ribeiro, 2021, p.50).

Num sentido gestáltico, crescemos quando entramos em contato com o outro, mas não é assimilar esse outro em nossa identidade, mas ao contrário, “experienciamos uma realidade estranha e nós mesmos nos tornamos diferentes”, e assim crescemos (Ribeiro, 2021, p.52).

Ao olharmos o diálogo como uma ferramenta de emancipação sexual para os/as jovens, ainda consideramos que é através desse diálogo que os/as jovens podem dar sentido e ressignificar suas vivências sexuais, abrindo-se para as várias possibilidades presentes. Dessa forma, podendo vivenciar o desafio de construir sua autonomia ao se reinventarem “nas suas relações consigo, com os outros e com o mundo” (Lira, 2021, p.169).

Dentro desse cenário pude me surpreender com um diálogo fundado dentro de uma atitude dialógica e pode ser considerado como ferramenta de emancipação sexual dos (das) jovens, sendo assim, considerados pessoas singulares que têm suas necessidades, dúvidas, inseguranças e medos acolhidas nessa relação com seus pais.

6.1 Cuidado como proteção

As narrativas sobre saúde e prevenção fizeram muito presente nos diálogos com os pais, por conseguinte trazem sempre como algo que não pode deixar de ser dialogado com os (as) filhos (as), por considerarem um fator de proteção.

Eu acho que tem que falar mesmo sim. eu acho que tem que falar, dar informação, eu não admito dizer assim: ah... engravidei sem querer, ah porque não sabia...Ah fiquei doente porque não sabia, sabe... aí quando ela tinha uns quatorze anos, eu cheguei em casa e ela estava com o namorado, aí eu peguei... ele também tinha quatorze anos, aí peguei os dois... aproveitei pra falar com eles, minha gente não tem problema se vocês... tá na época, tá curioso, beleza, agora mesmo se não enfiar, se você gozar pode engravidar, não é porque não penetrou que não acontece, não é porque não penetrou

que não tem doença e tarara... e as brincadeiras, conversei bastante. “camisinha, sabe? Sabe usar camisinha?” aí fui... mãe, a gente já viu isso na escola. Mas assim, eu digo: **“olhe, eu não vou, é... incorrer no erro de dar, mesmo que já tenha ouvido, mesmo que já tenha lido, mesmo que já tenha feito, a gente vai discutir”** (Elaine, mãe, Família Andrade).

É... agora ela separou, brigou com o namorado, enfim, acabou o namoro... mas estavam naquela fica ou não fica, fica ou não fica, eu disse, olhe, esse é o momento específico que o povo engravida (Elaine, mãe, Família Andrade).

Então, se cuide. E eu vejo que ele se cuida, eu vou no quarto dele, **eu já vi que ele usa camisinha, já vi guardada, não é nada escondido não, tá lá em cima, ou está dentro da carteira** (Lúcia, mãe, Família Silva).

Nas falas de duas filhas pontuam que o diálogo sobre sexualidade em seu lar é permeado com orientações do tipo:

É, toda essa questão de prevenção de DST²⁴, prevenção de... enfim, né? Também não engravidar sem ter o... o intuito. É... métodos contraceptivos, (Sabrina, filha, Família Costa).

E que tipo, obviamente chegar àquela hora, não sei o que, que aí... fala, explica, dá certas diretrizes... cuidado, não engravide, não faça isso, não faça aquilo.. tipo, cuidados de pai, normal... mas...no meu caso foi a conversa com a minha mãe (Gina, filha, Família Andrade).

Percebemos nas narrativas das mães e filhas que o diálogo sobre sexualidade é permeado pelo cuidado com o corpo no que diz respeito ao ato sexual sem proteção, como gravidez precoce e a infecção por doenças sexualmente transmissíveis. É importante ressaltar

24 O termo DST (doença sexualmente transmissível) está em desuso, sendo atualmente o termo correto IST (Infecções sexualmente transmissíveis). Como se trata de uma fala da entrevistada, não foi corrigido.

o valor deste diálogo no âmbito familiar de uma maneira nítida e precisa, pois nem sempre os/as jovens têm acesso a informações corretas como devem cuidar do seu corpo.

A pesquisa realizada por Marola et al (2011) sinalizou que os(as) jovens participantes apresentaram maior conhecimento sobre o tema de IST/HIV-Aids do que em relação a métodos de contracepção/anticoncepção. E daqueles que conseguiram conceituar os métodos anticoncepcionais, a maioria apresentou informações equivocadas sobre essa concepção. Outro dado importante dessa pesquisa é que os (as) jovens apresentaram distorção ou desconhecimento do termo sexualidade, ignorando questões fundamentais vinculadas a corpo, a gênero e a mudanças psicossociais.

Sabemos da importância de não restringir o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos (as) apenas a partir de uma perspectiva biológica da sexualidade (ligada ao coito) e as prevenções contra gravidez precoce e IST, embora seja comum os diálogos dentro do âmbito familiar, quando acontecem, serem majoritariamente direcionados para esse aspecto da sexualidade.

Essa realidade parece perdurar em nossa cultura, associar a sexualidade exclusivamente ao sexo com o significado de ato sexual (Gir et al, 2000; Gonçalves et al, 2010) e negligenciando todas as suas particularidades desde como se percebe o corpo até a qualidade de seus sentimentos experimentados na relação amorosa, as questões de gênero e mudanças psicossociais.

No estudo com jovens sobre as representações sociais sobre sexualidade apresentou-se uma compreensão ancorada a questão da sexualidade direcionada aos atos sexuais ou ao relacionamento de duas pessoas do sexo oposto. E, ainda, mostrou dificuldade na concepção da sexualidade, a compreendendo a partir dos aspectos relativos ao prazer e à reprodução, com uma limitação da visão multidimensional dos fatores que a envolvem (Nery et al, 2015; Costa et al, 2021).

Há, portanto, no contexto brasileiro, uma perpetuação de um diálogo sobre sexualidade permeado de tabus, preconceitos, princípios morais, que limitam a vivência da sexualidade por jovens, fazendo com que eles/elas experimentem uma vida sexual na qual a sexualidade é vivenciada de forma acrítica e limitante quanto a visão global da sexualidade.

Se faz imprescindível que a família e todos que participam da vida dos (das) jovens ofereçam informações por meio de educação sexual, pautada em reflexões que ampliem e ajude esses jovens a desenvolverem uma autoconsciência sobre sua sexualidade, seu processo de autocuidado no que diz respeito às medidas preventivas para promoção da saúde como as relações que ele estabelece consigo e com os outros.

Vale salientar que toda essa construção para ampliação da consciência sexual do/da jovem não tem o propósito de promover a abstinência sexual ou postergar o início de sua vida sexual, mas sim trazê-lo como protagonista de suas ações, sendo livres para decidirem, com responsabilidade o momento para que a sexualidade seja compartilhada com outro indivíduo por meio do sexo (Gonçalves et al, 2013).

Dialogar sobre a sexualidade, observando todos os cuidados como forma de proteção, foi um fenômeno que emergia por parte dos colaboradores de uma maneira muito mais nítida que não se restringia somente à saúde e integridade física, mas a atenção consigo e com o outro numa compreensão mais ampla de proteção.

6.1.1. As fronteiras do corpo no exercício da sexualidade: reconhecendo e estabelecendo os próprios limites

O diálogo entre pais e filhos (as) é privilegiado por informações que ultrapassam o cuidado apenas com o corpo e, também, pelas relações que eles (elas) estabelecem consigo e com o outro. Apresentando uma ampliação sobre o cuidado com a vivência da sexualidade dos (das) jovens.

Dentro desse contexto, seguem as narrativas:

Vê... sempre que discute essa temática sobre sexualidade, a gente discute no sentido de dizer assim: “oh, se cuida. Veja realmente, se é alguém que você gosta. Claro que é você, é o seu corpo, é a sua liberdade, né? (Joana, Mãe, Família Costa).

Você só vai fazer o que você tiver a fim de fazer, você não vai fazer por pressão do namorado, você não vai fazer porque todo mundo tá fazendo, que foi um episódio dela beijar a menina, e... tinha uma colega super... assim, sem muita estrutura familiar, sabe? Ela vivia lá em casa e aí começou a rolar isso. Gina nunca me falou...nunca trouxe isso, mas como era uma situação, que eu via rolando entre elas ali, eu disse: “olhe, não tem problema. Quer provar? Quer fazer? Quer ver se é isso que você gosta? Não tem problema, é época de experimentar, agora você precisa fazer se isso for uma curiosidade genuína sua, se é algo que você tá sentindo vontade, que você tá a vontade pra fazer. E pra mim isso sempre foi um ponto, sabe? (Elaine, mãe, Família Andrade).

Eu disse, olha, vocês namoraram, se quer voltar, senta e conversa e volta... agora não fica, você fica com ele e com quem mais você quiser, aí vira putaria, vira desrespeito, machuca, então eu acho que sempre tem essa questão da... desse cuidado com a relação (Elaine, mãe, Família Andrade).

Nas narrativas das referidas mães de mulheres jovens, o que se repete é o autocuidado que elas deveriam ter com o seu corpo, suas escolhas amorosas e responsabilidade consigo. Há uma educação voltada para a autonomia delas, trazendo a reflexão de que podem escolher com quem se relacionar, como e quando, apesar da liberdade que possuem para viverem suas práticas sexuais e relações amorosas, as mães sempre estão advertindo “oh, se cuida. Veja realmente, se é **alguém que você gosta**”.

Em relação a duas mães de homens jovens:

Eu disse, filho: independente do que você vai ser, de quem você vai gostar, como você vai viver, o que eu quero é que você aprenda a ter cuidado, a respeitar a vontade de

quem está com você e a ser respeitado, eu quero que quem esteja com você lhe respeite. Independentemente de qualquer coisa, se você está gostando da pessoa, se você está se relacionando, o que eu espero é que realmente tenha amor, que tenha respeito, que tenha carinho, que tenha cuidado (Lucia, mãe, Família Silva).

Às vezes, fico me policiando, eu digo a Leandro, quando ele está com uma namorada, que mantenha a fidelidade a ela, a partir do momento que você não sentir mais nada por ela, seja sincero. Ele me diz, mãe eu sei, eu não irei fazer o que meu pai fez. Como ele mora comigo e com a irmã, acho que ele tem uma outra visão (Samara, mãe, Família Pereira).

Nas falas de dois filhos se referindo as orientações da mãe:

Falou (se referindo a mãe) que eu saiba com quem estou lidando, não seja vulgar, se respeite, se preserve. É tipo que eu não pegasse qualquer menina. Conhecer a pessoa antes, sabe?! Eu acho que é pra preservar meu corpo, né. Aqui, o prazer carnal não é muito valorizado, sabe? Eu nunca fui de ficar com ninguém, eu só namorava, eu sabia que isso não era totalmente certo. Eu não concordo com isso, tipo, ah, peguei três hoje numa festa, eu não concordo (Leandro, filho, Família Pereira).

Isso, exatamente assim, não ser um ato individual nem pela minha parte, nem pela parte da outra pessoa que esteja comigo, o que lembro muito deles falando era nesse sentido de que as pessoas envolvidas precisam estar confortáveis, de acordo com a situação. “É exatamente, eles sempre me deixaram muito livre para isso, mas quando falo dessa questão da conversa que eu tive mais novo com eles era muito no sentido de entender que é o meu corpo, mas também não é só porque o corpo é meu que vou meter a loucura e fazer o que eu quiser e ponto final. Entender que existem limites que nunca é só comigo que existem outras pessoas envolvidas, cuidados relacionados a isso, camisinhas, prevenções, lugar, momento enfim tudo isso (Léo, filho, Família Silva).

Percebemos, tanto nas falas das mães dos homens jovens como a dos próprios filhos, que estas são permeadas com orientações que eles devem ter consigo e com a pessoa que está se relacionando. Há uma preocupação não só com as experiências sexuais dos filhos, mas também a forma como eles se relacionam e cuidam dessa relação e deles mesmos.

Encontramos semelhanças também nas narrativas das mães de mulheres jovens, as quais orientam as filhas para estarem atentas às relações que elas estão estabelecendo com um(uma) parceiro(a) é pautada no gostar, no querer, se é uma escolha genuína, partindo do próprio desejo e escolhas deles(delas).

Nesse ponto, há uma tentativa das mães de orientar a relação sexual fundamentada na ideia do amor romântico, ao associar o ato sexual a um vínculo com o outro permeado por um “gostar” (sentimento) para que esse ato não aconteça apenas de ordem carnal. Será que poderíamos problematizar o amor romântico ainda sendo o pano de fundo para o início das práticas sexuais na atualidade?

As relações amorosas da atualidade, em comparação às relações do final do século XIX, têm assumido diferentes formas. Essas novas transformações nas relações amorosas entre duas pessoas, na atualidade, só podem ser compreendidas se considerarmos as mudanças ocorridas nas formas de relacionamento familiar. De acordo com Jablonski (1998, p.50):

A maior mudança histórica nos valores familiares se deu no sentido da perda da visão coletiva para aquela ancorada no individualismo e nos sentimentos. Ênfase nas prioridades individuais e na intimidade, afeto e privacidade, como a maior razão de ser das relações familiares.

A partir de então, a nova ordem para se estabelecer um relacionamento é baseada no amor, quando este finda, a relação acaba. Dessa forma, há abertura para a vivência de um outro amor que se imponha, justificando o aumento da troca de parceiros nos relacionamentos (Ferry, 2007). Vivemos em uma cultura que valoriza a importância do amor e da paixão, numa visão

hollywoodiana da afetividade. Desta forma, agora é o amor a “condição normativa” ou estabelecendo-se como norma para ter um relacionamento (Costa, 2005).

Em pesquisa realizada por Nascimento-Gomes (2016) com jovens urbanos e rurais residentes no Estado de Pernambuco, pode perceber em sua pesquisa de campo que a iniciação sexual das mulheres jovens ocorre majoritariamente em sua primeira relação de namoro, já em relação aos homens jovens essa relação pode se dá na primeira “oportunidade” que eles tiverem, que pode ser com no primeiro namoro ou uma pessoa que esteja “ficando”.

Nessa mesma direção, Heilborn et al. (2008) pontuam que a iniciação sexual dos homens é associada à ideia social de que eles precisam demonstrar sua virilidade o mais cedo possível, não sendo imposto que sua primeira experiência sexual seja a partir de uma relação amorosa. Já em relação às mulheres, o processo de iniciação sexual costuma ocorrer dentro de um primeiro relacionamento estável. Esses dados corroboram com a pesquisa de Reith (2002):

As jovens vinculam sexo e amor em um relacionamento de namoro com a “pessoa certa”. Em oposição a essa idealização do amor, os jovens buscam se afirmar como indivíduos por meio da experiência da sexualidade, não pressupondo compromisso afetivo como o do namoro (Reith, 2002, p.90).

Segundo a referida autora, há uma “perpetuação de uma assimetria de gênero coexistente com o investimento na sensibilidade das mulheres, que continuam a se perceber de modo relacional” (Rosset, 2004, p.90). É importante ressaltar que o sentimento de amor varia de acordo com a cultura, vivência e singularidade do indivíduo. O amor não tem um único significado, ele habitualmente é definido a partir de quem o vivencia (Rosset, 2004).

Chegamos num ponto em que percorremos por uma perspectiva de construção da singularidade do sujeito em que os valores e a educação recebida pelos(pelas) jovens através dos pais, escolas e sociedade tiveram e tem uma grande importância no modo como eles(elas) vivem sua sexualidade, mas não menos importante identificamos que um dado momento esse

jovem desenvolverá sua autonomia diante da vida e no quesito sexualidade. Segundo Brandão e Heilborn (2006, p.1422) **“é no âmbito da sexualidade que os/as jovens experimentam formas de “autonomização em relação aos pais”.**

Aqui, entendemos por autonomia, apresentada por Reichert (2011), “como a habilidade para pensar, sentir, tomar decisões e agir por conta própria” (p.91).

Reichert (2011) nos chama atenção que comumente o senso comum relaciona a independência como sinônimo de autonomia, mas não o são, mesmo que para se ter autonomia precisamos de um alto nível de independência, ser autônomo(a) é mais do que ter comportamentos independentes.

A autonomia não é só agir por conta própria, mas também “prevê pensamentos, sentimentos e tomadas de decisões que envolvem não apenas o próprio indivíduo, mas também as relações que se estabelecem com outros membros da família, seus pares ou pessoas fora do ambiente familiar” (Reichert, 2011, p.91). Nessa perspectiva a pessoa que tem autonomia é aquela que busca o seu espaço, “se preocupa com seus iguais e com seus familiares, sem desmerecer ou descuidar do outro” (Reichert, 2011, p.91).

No entanto, a conquista da autonomia é permeada por desafios de manter uma ligação social e familiar e a independência em relação a eles. É importante também destacar que o contexto social o qual os/as jovens se desenvolvem irão influenciar o seu processo de autonomia. Ademais, é relevante enfatizar o papel da família como propiciadora de autonomia, quando esta consegue ser continente e acolhedora as necessidades dos/das filhos(as) jovens ao mesmo tempo que lhes dão espaço para serem independentes e servem de exemplo, por meio de seu comportamento, possibilitando os(as) filhos (as) a aprendizagem de habilidades sociais e individuais.

Nas narrativas das mães em diálogo com os(as) filhos(as) jovens, refletimos sobre o seu olhar para a sexualidade que ultrapassa a questão apenas focada no ato sexual e na proteção de IST e a gestação precoce.

Outro aspecto que queremos destacar, é que essas mães ao responsabilizarem seus(suas) filhos(as) quanto a seu autocuidado e cuidado com o outro, estão lhes oferecendo um ambiente de independência familiar e guiando-os(as) para exercerem sua autonomia.

Nesse cenário, também expuseram sobre o cuidado do corpo dentro de uma perspectiva de proteção contra a violência que eles (elas) possam ser acometidos (as). Assim, decorreram as narrativas:

Claro que de vez em quando damos alguns toques a ele, em relação ao uso de preservativo, cuidado com quem está se relacionando que é um cuidado que a pessoa precisa ter com amigadas também, mais ainda com encontros amorosos. Vemos tantas coisas violentas e perigosas acontecerem, então temos essa preocupação mais com a integridade física dele (Carlos, pai, Família Silva).

A lembrança que tenho deles falando disso é muito de estupro, assédio, eu lembro nesse sentido assim de sempre ser um ato em que eu e a outra pessoa ou as outras pessoas estejam confortáveis com aquilo (Léo, filho, Família Silva).

É toda essa questão de abuso, isso também é uma coisa muito dialogada aqui em casa. A questão do abuso sexual, a questão do abuso físico, do abuso... que muitas vezes acontece verbal, né? Dentro das relações, né? (Sabrina, filha, Família Costa).

O diálogo aqui é permeado com os cuidados em relação à(s) violência(s) a que os(as) filhos(as) podem ser submetidos (as) em suas relações afetivo-sexuais. Esse diálogo nos parece pertinente e necessário, por ele possibilitar que os/as jovens possam identificar quando uma relação se caracteriza como violenta, abusiva.

Essa temática passa a ter maior visibilidade no Brasil com a publicização de violências vivenciadas por casais e ex-casais de namorados jovens na mídia impressa e televisiva (Nascimento & Cordeiro, 2011). Estudos mostram que a violência entre casais jovens é considerada um problema de saúde pública “na medida em que suas expressões podem se constituir em padrões de resolução de conflitos que se perpetuam nos relacionamentos íntimos na vida adulta” (Oliveira et al, 2014, p.708).

Mas como se caracterizaria a violência no namoro? Ela pode ser identificada por meio de “qualquer ação ou ato, seja de natureza física, psicológica, verbal, moral ou mesmo de natureza simbólica, que cause morte, dano ou sofrimento ao outro” (Nascimento & Cordeiro, 2011, p. 517).

Oliveira et al (2014) relatam que na literatura sobre violência entre namorados jovens as pesquisas estão mais voltadas para a violência física e sexual, considera ainda que tal predominância, seja em decorrência desses tipos de violências, tem efeitos mais visíveis, do que a violência psicológica. Abranches e Assis (2011) pontua que a falta de estudos voltados para a violência psicológica, talvez esteja relacionado a seus efeitos só se tornarem visíveis ao longo do tempo quando se manifesta em comportamentos expostos pelas vítimas.

Em pesquisa realizada por Nascimento e Cordeiro (2011) com jovens entre 18 e 29 anos, moradores de Recife, que consideravam namoro seus relacionamentos, conseguiam nomear os tipos de violência que podem ocorrer numa relação de namoro, como físico, psicológico, sexual, ideológico, moral e verbal. No entanto, não reconheceram como violência proibições, controle e cerceamento da liberdade do outro, bem como a troca de xingamentos e tapas, que muitas vezes são encarados como brincadeiras.

As referidas autoras trazem que parte dos(das) entrevistados(das) que compreendem o amor dentro do espectro de ideal romântico, a violência parecia invisibilizada:

Pois, se o amor é sacrifício, superação de qualquer obstáculo e a única forma de atingir a plenitude, tudo deve ser suportado para atingir essa felicidade. Assim, os controles exercidos pelo namorado ou pela namorada, as desconfianças e o ciúme são decodificados como formas de cuidado e amor, e os insultos, tapas, empurrões e desrespeitos são entendidos como algo que deve ser suportado, porque o amor requer sacrifícios. Outro ponto que parece invisibilizar a violência é a compreensão de que ela é restrita ao âmbito físico. Os jovens que a restringem ao âmbito físico desconsideram os outros tipos de violência (Nascimento & Cordeiro, 2011, p.524).

Por essa razão, se faz necessário a criação de ações de prevenção para relacionamentos íntimos entre jovens, com o intuito de que não haja uma reprodução da violência nessas relações e elas se transformem em normas de gênero que justifiquem a violência contra o parceiro (Oliveira et al, 2013).

Consideramos que esse tema deva fazer parte dos diálogos entre pais e filhos(as) bem como é “fundamental o investimento em prevenção e na criação de instrumentos que permitam aos jovens reconhecer, enfrentar e opor-se às diferentes formas de violência” (Nascimento & Cordeiro, 2011, p.524).

Outro tipo de prática que pode vir a se caracterizar como violência, e que foi apenas sinalizada por uma mãe de forma superficial é “essa questão mesmo de *nudes*²⁵, eu sei que não tem como proibir, mas tem como chegar para ela e dizer, minha filha, você não vai fazer, mas eu por ser uma mãe jovem, sei que existe” (Elaine, mãe, Família Andrade).

Consideramos importante trazer essa discussão em nosso estudo, por essa ser uma prática atual nas relações entre jovens e ter poucos estudos no Brasil, sendo uma importante

²⁵ A palavra *Nudes* vem do inglês que significa pelado, ou melhor, sem roupa ou sem vestimenta, aqui no Brasil se popularizou como a expressão “manda nudes”, que é quando alguém está pedindo fotos suas peladas.

oportunidade de realizar algumas considerações sobre a prática em questão e incentivar novos estudos na área.

A troca de *nudes* é provocada a partir de uma prática favorecida das comunicações, por meio de celulares e sites de redes sociais, e pode ter repercussão na vida de quem o pratica, caso a pessoa seja identificada em algum compartilhamento de fotos e/ou vídeos de partes de seu corpo.

No Brasil, como pontuamos anteriormente, existem poucos estudos sobre essa prática, o mais recente, relatam Manoel et al (2020), foi o que ocorreu em 2009 pela Organização Não Governamental (ONG) SaferNet Brasil, a qual realizou um estudo em território nacional com 2834 jovens, e teve como resultado que 20% dos (das) jovens já tinham recebido conteúdos íntimos com ou sem nudez na internet, e desses, 6% reenviaram essas imagens para outras pessoas.

Ainda relatam que esse fenômeno conhecido majoritariamente em outros países como *sexting*²⁶, é colocado pela referida ONG, que esse ato está em terceiro lugar “no ranking de denúncias das violações de direitos que o site recebe, ficando atrás apenas de problemas com dados pessoais e intimidação/discriminação/ofensa” (Manoel et al, 2020, p.40).

Apesar desse tema ser pouco estudado no Brasil, ele é de grande relevância para a nossa atualidade e deve ser aprofundado dentro do nosso território, pois apesar de termos vários artigos em inglês, Leal et al. (2017), nos chama a atenção que a sexualidade e suas formas de manifestações precisam ser olhadas de forma inseparáveis dos contextos culturais que elas ocorrem. Dessa forma, consideramos que estudos precisam ser realizados em território

²⁶ O *sexting* ainda não tem uma única definição, mas Manoel et al (2020) traz que os pesquisadores dessa área são consensuais no que se refere ao modo como se é produzido e divulgado o material, constituindo o *sexting*. Assim, o *sexting* seria a divulgação de mensagens, fotos ou vídeos com ou sem conotação sexual por meio de computadores, celulares e outros. Os referidos autores mencionam ainda que outros estudos entendem *sexting* como a produção e divulgação de imagens com poses provocantes, genitais, nádegas, seios, nu, quase nu, sexualmente sugestivo, sexualmente provocante, fotos, ou mesmo mensagens de texto explícitas, sugestivas e/ou provocantes (p.39).

brasileiros para que possamos pensar em desenvolvimento de práticas protetivas em situações que envolvam a exposição indesejada na internet e nas redes sociais (Manoel et al, 2020, p.40).

Por fim, Manoel et al (2020) nos chama atenção para não caracterizar o *sexting* como algo positivo ou negativo, pois é um fenômeno cultural, o que “exige o abandono de posturas disciplinares e descontextualizadas” (p.40). E nos convida a pensar que os riscos do *sexting* “podem estar relacionados a outros comportamentos associados à sua prática e não com o compartilhamento de mensagens por si só” (p.40).

Diante desse cenário, se faz necessário ampliar as discussões sobre as expressões de sexualidade e suas práticas, não de forma a querer enquadrá-las e nomeá-las como certa ou errada, mas como sempre um dever a ser, como renovação, ampliação e novas possibilidades de vivenciá-la.

6.2. Naturalização das expressões de sexualidade: “Faz parte da vida”

Ao dialogarmos sobre a naturalização das expressões de sexualidade, pais e filhos (as) pontuaram quais os sentidos sobre sexualidade são construídos em seus sistema familiar:

É.. na verdade, eu acho que a sexualidade precisa ser falada, como mais **uma parte da vida** sabe, do mesmo jeito. a gente não ensina uma criança a limpar o bumbum quando faz cocô? É um processo do corpo da pessoa né, você ensina o menino a fazer xixi, a enxugar o pinto, a não melar, não sujar, enfim, olha meu filho, você vai tirar a fralda, vai usar isso aí... então, eu acho que precisa ser colocado como mais um elemento, sabe, do corpo da gente (Elaine, mãe, Família Andrade).

A gente, assim, leva com **naturalidade**, entendesse? Aliás, eu não vejo outra forma, de verdade, sabe?” (Joana, mãe, Família Costa).

Então, é um diálogo muito aberto, né? Até porque eu convivo no meio de mulheres, esse assunto tá sempre em pauta, né?” E... minha esposa, a Amanda e as duas filhas, a gente sempre teve esse, esse assunto de sexo, de sexualidade, de... de uma forma

bastante **natural**, vem, né? De uma forma **natural** e é discutido, não há nenhum empecilho, não há nenhum... nenhum contratempo, nem nenhuma forma de constrangimento em relação a isso (Vinicius, pai, Família Leão).

“A gente sempre, sempre viu isso como...um **pedaço da vida** da gente, que.. e da vida deles, que faz parte” (João, pai, Família Costa).

Percebemos que é unânime nas falas dos pais e mães que a sexualidade deve ser vista **como algo natural, como algo que faz parte da vida, como um pedaço da vida**. Autores como Ramiro & Matos (2008), em suas investigações, relatam que normalmente uma relação parental, fundamentada numa atitude positiva em relação à sexualidade, em um bom relacionamento e a percepção de supervisão parental acabam influenciando no retardamento da primeira experiência sexual bem como na redução de gravidez não planejada.

Salientamos a importância desse tipo de diálogo no ambiente familiar, assim como não podemos perder de vista o significado do papel da educação formal no que tange o tema da sexualidade, pois compreendemos a visão de ser humano enquanto sujeito em construção em todos os seus aspectos. Deste modo, apresentamos a pesquisa realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) em 2008 e 2016, que comprovou que a existência de programas sexuais colabora para que as atividades sexuais ocorram mais tardiamente ou de forma protegida com o uso de meio contraceptivos, além de possibilitar que jovens tenham mais conhecimento sobre gravidez e Infecções sexualmente transmissíveis, diminuindo os índices de HIV.

Outra narrativa que nos chama atenção:

“É, assim, sempre foi uma coisa (gaguejo) que foi muito... muito... bem muito **natural**, até porque eu sou da geração da Aids, né? a minha geração, quando eu tava começando a minha vida sexual, foi quando a Aids veio nesse... não vai ser tão simples assim. Então, talvez... talvez até por isso mesmo que pra mim seja tão natural, porque na minha

geração teve por obrigação de falar de preservativo, de doenças sexualmente transmissíveis. Na verdade, na época nem se falava de doenças sexualmente transmissíveis, se alguém pegasse uma... uma gonorreia, é... era uma felicidade, porque o risco mesmo era pegar Aids” (João, pai, Família Costa).

No período da epidemia da AIDS, em meados de 1980, inicia-se no Brasil as discussões sobre sexualidade majoritariamente principiadas por médicos e posteriormente por educadores e movimentos sociais. Criam-se práticas educativas e estudos sobre educação sexual como forma de reduzir o número de pessoas infectadas pelo HIV (Ribeiro & Bedin, 2013; Mendonça, 2020). Dessa forma, a população teve mais abertura para dialogar e informar sobre as medidas de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis.

O fenômeno da AIDS, surge como um evento externo que “obrigou” as famílias a falarem “de preservativo, de doenças sexualmente transmissíveis” tornando o diálogo sobre sexualidade como "algo bem natural”. Com isso, queremos enfatizar a importância da ampliação e continuidade da circulação de informações sobre os cuidados em relação a saúde sexual para os âmbitos de convivência de jovens, pois no relato do pai fica nítido que ao ter que tratar sobre esse tema no início da sua vida sexual, tem tido repercussão hoje no diálogo com seu filho e sua filha sobre o tema, o tratando de forma natural na relação com ele e ela.

Entendemos que a discussão desse tema com jovens é de grande importância para redução de problemas relacionados à saúde sexual, assim sugerimos uma atenção a criação de políticas públicas de estratégias de inserção desse diálogo nos âmbitos familiares e de convivência de jovens. Em suma, queremos enfatizar a importância de tratar a sexualidade a partir de seus diversos atores sociais: Estado, Sociedade e família.

Além do mais, ressaltamos ainda a importância de a sexualidade ser vista de forma mais ampla, para além dos cuidados preventivos e de controle, mas também como parte da vida que nos constitui, que nos dá prazer e expansão da nossa forma de se relacionar conosco, com as

pessoas e com o mundo. Dentro dessa perspectiva na defesa de uma sexualidade de forma de completude faz necessário identificar que ainda hoje as discussões sobre sexualidade de jovens e principalmente daqueles com deficiência ainda se apresentam de forma limitante.

6.2.1. O capacitismo como invisibilização da sexualidade

Discutir sobre a sexualidade de forma mais ampla nos direciona a olhar para a discussão sobre sexualidade das pessoas com deficiência e conseqüentemente onde o diálogo é permeado por tabus, negligências e silêncios fundamentados na ideia de que essas pessoas são incapazes de ter uma vida afetivo e sexual satisfatória.

É importante ressaltar que não há nenhum *a priori* que determine se a vida sexual e afetiva será satisfatória nem para pessoas com deficiência nem para as que não possuem deficiência, pois existe uma gama de possibilidades de expressões da sexualidade além da sua vivência que é atravessada por períodos do desenvolvimento humano, que podem facilitar ou dificultar em maior ou menor intensidade a sua vivência na vida de qualquer pessoa (Maia & Ribeiro, 2010).

Nesse intervalo, para compreendermos as discussões sobre sexualidade e deficiência precisamos ultrapassar um olhar biológico sobre o corpo para uma perspectiva política, visto que “as barreiras impostas a um corpo vão muito além das possibilidades e limites impostos pela biologia” (Régis, 2021, p. 231).

Dessa forma, tanto a sexualidade, como já pontuamos, como a deficiência são fenômenos construídos socialmente e por isso precisam ser analisados dentro de um contexto socio-histórico-cultural. É comum em nossa sociedade, o sujeito com deficiência ser visto através da sua deficiência, o que acaba restringindo e o caracterizando como um corpo defeituoso e não funcional, dessa forma lhe é imposto uma *desvantagem social* (Maia, 2006). Por isso, considerar o uso do termo pessoa deficiente é um termo inapropriado por reduzir o sujeito a sua deficiência.

Assim, dentro de uma perspectiva Gestáltica, essa desvantagem *social* imposta pelo campo gera impedimentos na vida da pessoa com deficiência e conseqüentemente sofrimento. Sofrimento que não é apenas de forma intrapsíquica (polo organismo), ou decorrente da sua lesão, mas a partir de um fenômeno de campo, cocriado na relação organismo/ambiente (Francesetti, 2018).

Nossa sociedade exclui ou aniquila tudo aquilo que é diferente, que é novo, pois ela tem “grande dificuldade de entrar em contato com o novo, recorrendo a formas repetitivas de domínio sobre o outro e, em caso mais extremos, ao uso do aniquilamento” (Barros, 2020, p.66).

Um aniquilamento que não precisa ser só físico, mas de reconhecimento, de acesso, de ser visto como pessoa de direito, e aqui em nosso estudo ser vista como uma pessoa que dentro de suas potencialidades e limitações tem direito de viver a sua vida afetiva e sexual da forma que lhe for possível, sem modelos, sem referências que ditam o que é bom/ruim, certo/errado para o outro por tomar como referências modelos de “normalidade” sobre a vivência da sexualidade.

Há o que Régis (2020) nomeia de uma corpornormatividade que “impõem padrões aos corpos, de forma que alguns deles são considerados desviantes e inferiores” (p.235) e por isso lhe são negados o direito de usufruir desse corpo da forma que lhes é possível e singular.

Destarte, podemos dizer que há “uma determinada corporalidade que constrói uma determinada pessoa”. Assim não é a pessoa com deficiência que é um problema social, “desajustada”, “imperfeita”, mas as narrativas construídas sobre seus corpos, por isso, esse corpo é um acontecimento político (Régis, 2021, p.232).

Assim, é comum a criação de diversos mitos²⁷ sobre a vivência da sexualidade de pessoas com deficiência, como podemos verificar no ensaio realizado por Maia e Ribeiro (2010, p.1265) tais como:

(1) pessoas com deficiência são assexuadas: não têm sentimentos, pensamentos e necessidades sexuais; (2) pessoas com deficiência são hiperssexuadas: seus desejos são incontroláveis e exacerbados; (3) pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes para manter um relacionamento amoroso e sexual; (4) pessoas com deficiência não conseguem usufruir o sexo *normal* e têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo; (5) a reprodução para pessoas com deficiência é sempre problemática porque são pessoas estéreis, geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar deles.

As referidas autoras relatam que a crença nesses mitos revela posicionamentos preconceitos na compreensão da sexualidade de pessoas com deficiência que toma como referência os modelos normativos, os quais são construções ideológicas sociais que provocam idealizações sobre a vivência da sexualidade que acometem não só as pessoas ditas normais, mas principalmente, aquelas que vivem com uma deficiência visível.

Essas visões preconceituosas e estigmatizadas sobre a vivência da sexualidade de pessoas com deficiências visíveis ou não, podem decorrer em relacionamentos que não dão visibilidade a pessoa como um todo, mas sim a sua deficiência, tal perspectiva é reducionista e simplista para compreender a questão. Ademais, a própria pessoa passa a ter uma autorreferência que é determinada por meio da incorporação dessas representações e passa a se identificar com essas determinações (Silva, 2006) interferindo em sua autoestima (Maia, 2011).

²⁷ Maia e Ribeiro (2010) relatam que “os mitos sobre a sexualidade e deficiência referem-se às idéias, discursos, crenças, inverdades, que são ideológicas e que existem para manter e reproduzir as relações de dominação de uns sobre os outros (p.162).

Dentro desse cenário, a família tem um papel importante na mediação entre a sociedade e a forma como ela configura a relação tanto com a pessoa deficiente quanto no seu sistema familiar que poderá favorecer ou não um desenvolvimento afetivo e sexual satisfatório. Nessa direção, Maia (2006, 2009b) assinala que a família tem suas representações sobre a sexualidade da pessoa com deficiência que tanto pode dar abertura para que essa pessoa possa estabelecer relações interpessoais a incentivando a ser independente, viver vínculos afetivos diversos, como também, ir para outra polaridade, a impedindo de se socializar, isolando, superprotegendo, nutrindo assim, mais ainda os preconceitos sociais já existentes.

É comum, tanto a família como a escola, se omitirem em relação ao diálogo sobre a sexualidade de pessoas com deficiência, por perpetuar os mitos sociais construídos, desencadeando numa negação social da sua sexualidade fundamentadas em atitudes infantilizadas. Ao negarmos a vivência da sexualidade de pessoas com deficiência, estamos impedindo sua inserção social, sua independência e o reconhecimento de seus direitos de viver sua sexualidade (Maia, 2011).

Assim, apesar dos avanços, a partir do paradigma da inclusão social, se faz necessário dirimir os preconceitos e discriminação sobre as pessoas com deficiência a fim de que possamos possibilitá-las serem vistas em sua singularidade, humanidade e como pessoa de direito podendo viver a sua sexualidade, pois todas as formas de expressão da sexualidade “precisam serem consideradas válidas e legítimas” (Wagner, 2011, p. 155), nos reconhecendo como pessoas diferentes umas das outras quer sejam com deficiência ou não.

Dentro deste debate dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre a vivência da sexualidade de pessoas no Espectro Autista. A escolha por realizar tal aprofundamento se deu pelo fenômeno que surgiu no decorrer das entrevistas, com uma jovem que sinalizou que tinha um irmão de 24 anos, com *asperger*.

É importante enfatizar que o referido jovem não foi convidado previamente para participar das entrevistas seja por sua família, seja pela pesquisadora que até o momento desconhecia sua existência. No surgimento do fenômeno a partir da fala da irmã, citando a existência de Alberto e de sua condição no Espectro autista, a referida pesquisadora conversou a respeito do diálogo sobre sexualidade, mas não atentou para a realização do convite para que Alberto participasse também da pesquisa.

Faz-se necessário reconhecer que a postura de negligenciar o fenômeno se expressou com base numa dinâmica capacitista estrutural na qual a pesquisadora ainda estava submersa. Durante a construção da tese e retorno ao texto de transcrição da entrevista, foi possível identificar o fenômeno e reconhecer como as crenças e mitos tinham atravessado a postura da pesquisadora até então.

Diante desse reconhecimento, optou pelo retorno ao campo realizando o convite para que Alberto, caso se sentisse disponível, pudesse ser também colaborador da pesquisa. O jovem aceitou prontamente e passou pelo processo de realização da entrevista. Entrar em contato com as formas visíveis e invisíveis que reproduzimos socialmente sobre as pessoas com deficiência, foi/é um momento de abertura para o novo, para desconstrução de um olhar enrijecido sobre as diferenças que menosprezam e excluem tudo que foge à normalidade.

Toda experiência dentro da perspectiva gestáltica é assimilada e torna-se um fundo que nos constitui, mas a situação inacabada não morre, ela atrapalha a fluidez (Perls, Hefferline & Goodman, 1997). Diante desse cenário era preciso estabelecer o contato com o jovem e garantir o seu direito de ser reconhecido como pessoa em sua singularidade. Entende-se que estudar e escrever seja um *continuum* processo de assimilação e acomodação, pois reflete a forma como entramos em contato com o mundo, em que o que "é selecionado e assimilado é sempre o novo; o organismo persiste pela assimilação do novo, pela mudança e crescimento" (Perls, Hefferline & Goodman, 1997, p.44).

6.2.1.1. Sexualidade no espectro autista: diferentes formas de exercê-la. Alberto se reconhece branco, heterossexual e pertencente a classe média e é considerado uma pessoa com Transtorno do Espectro Autista²⁸ (TEA) que exige pouco apoio, descritos anteriormente pelo DSM, como Síndrome de Asperger (SA) e aqui denominaremos de TEA/SA (Ottoni e Maia, 2019). Lampreia e Lima (2008) apontam que uma particularidade do TEA é que as pessoas com esse transtorno manifestam os sintomas de forma completamente diferente entre si, porém as três características pontuadas acima, são consideradas basilares para o diagnóstico.

Dentro do DSM-V, há uma classificação da forma como o TEA se apresenta, fundamentados em três possibilidades de necessidades: a) aquela que necessita de suporte muito substancial; b) necessitam de suporte substancial e c) exige apoio (American Psychiatric Association, 2014).

É importante ressaltar que apesar das peculiaridades de cada pessoa com TEA/AS, existem características que são habitualmente apresentadas por elas, como habilidades de inteligência e comunicação menos agravadas se relacionarmos as outras formas de necessidades, sendo possível perceber em alguns casos, um desempenho acima da média (Brito, Neto & Amaral, 2013).

Ottoni e Maia (2019) nos chama atenção que as pessoas com TEA/SE apresentam, como uma característica marcante, dificuldade de convivência social que é intensificada pela sua dificuldade em compreender a linguagem do outro, como metáforas, emoções, sinais e expressões faciais. O que fica perceptível pela fala da irmã Sabrina: “Meu irmão é mais velho, mas ele tem *asperger*, então ele sempre teve todas essas restrições sociais, sabe? É uma forma de lidar diferente”.

²⁸ Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos (American Psychiatric Association, 2014).

Esses déficits se desdobram ainda, em relação a sua dificuldade de compreender o que é ou não bem aceito socialmente além de não identificar mentiras ou situações eminentemente perigosas. Em seus relacionamentos é comum terem dificuldades em expressar o que sentem e emitir opiniões de maneira assertiva e em seguir algumas regras sociais, como em relação às suas vestimentas ou autocuidados (Segar, 1997; Chaves et al, 2019).

Alguns estudos sinalizam que as pessoas com TEA/SA costumam olhar pouco nos olhos; utilizam de uma linguagem erudita e formal; apresentam argumentos racionais; suas conversas são focadas em temas específicos, não ocorrendo muita disponibilidade e envolvimento em comunicações informais. (Camargos Jr., 2013; Chaves et al, 2019).

Por essas características singulares e peculiares das pessoas com TEA/SA, atreladas ao estigma e tabu no exercício da sexualidade de pessoas com deficiência, que se adota socialmente uma postura negligente e anuladora dessas vivências. Nesse sentido, percebe-se que a família Costa, apesar de não atentar para a participação de Alberto na pesquisa, promove um ambiente rico em diálogo e acolhimento de suas vivências.

Eu nunca senti eles tratando com diferença nenhuma, sabe? É, a minha sexualidade da sexualidade do meu irmão. Tipo, eles sempre dialogam com ele também, abertamente, e ele foi o primeiro a ter dúvidas, né? A gente sabe que tem muito a fase das perguntas, e o *asperger* tem muito o de observar e de querer ver, e enfim, no caso dele, ele foi mais de querer observar pessoas se beijando pra tentar entender como era, mas comigo foi mais o tipo... “tá, ok, agora que já aconteceu, a gente consegue dialogar melhor” (Sabrina, filha, Família Costa).

Sabrina descreve que não percebe diferença na abordagem sobre sexualidade entre ela e seu irmão e faz a pontuação que a diferença se mostra pelo o irmão ter *asperger*. Nessa direção, Alberto nos ensina que: “Acredito que não existe muita diferenciação, mas penso que não existem duas relações iguais, meus pais não se relacionam com ela da mesma maneira que

eles se relacionam comigo”. Apesar disso, ressalta que há uma diferença na forma de diálogo por eles serem pessoas diferentes e por isso estabelecem relações diferentes e que fica “completamente confortável” (sic) com esse cenário.

Em relação a fala sobre a diferença do diálogo sobre sexualidade entre o filho e a filha, o pai pontua:

Isso, isso eu acho que é até menos comum, a gente realmente não tem muita diferença, é de como tratar a questão sexual, tanto com Sabrina (filha), como com Alberto (filho). É para nós, na verdade muito natural, então não tem porque ser diferente, né? (Gaguejo). O que eu posso falar com Sabrina (filha), eu posso falar com Alberto (filho) e vice-versa. No meu caso, aí é a diferença não é, não é uma questão de gênero, é uma questão de especificidade mesmo. Veja só, ele tem *asperger* e assim, **ele não tem vida sexual ativa**. Ele sonha em constituir família e tudo mais, mas ao mesmo tempo ele não tem muito interesse por outras pessoas, ele tem interesse por coisas: é cultura japonesa, é *Fabio Comics*, *Dc Comics*, e tal. Mas não sai muito disso, então quando eu digo pra ele: “filho...”, ele faz: “pai, quando eu tiver minha família e tal”, “pois é filho, mas pra você ter uma família primeiro você precisa se interessar por alguém, abrir espaço na sua vida pra outras pessoas, se não tiver esse espaço, não tem como ter família”. Mas até isso, (gaguejo), até esse tipo de coisa a gente conversa muito abertamente também (João, pai, Família Costa).

O pai enfatiza, como preocupação:

Dentro desse contexto a mãe relata que:

Você sabe que a gente tem um filho que é autista, né? Então assim, no caso dele (a vivência da sexualidade), por exemplo, é uma coisa muito de um universo, assim é de fantasia, ainda, sabe? Apesar dele tá com vinte e quatro anos, é uma coisa que ele não experienciada, na verdade. Entendesse? **Não é uma coisa real, digamos assim, sabe?**

Não é uma coisa, não é com uma outra pessoa, não é uma coisa assim né? já teve uma namoradinha e tal, mas uma coisa muito incipiente. A gente (se referindo a ela e ao marido) sabe que ele vivencia, a gente percebe, né? atitudes (se referindo a masturbação) e tal, num sei o que, aquela coisa. A gente percebe (gaguejo), aqui em casa a gente tem uma suíte, Sabrina (filha) tem uma suíte, mas o dele é um banheiro do lado de fora, então a gente vê quando passa ali e tal (risada). É... a gente sabe que, inclusive desde pequeno, ele sempre foi muito... muito ligado nisso, sabe? Mas...

A mãe pontua que tanto o filho quanto a filha têm liberdade de viverem suas sexualidades dentro de casa, mas afirma que por seu filho ser autista tem uma forma diferente de viver a sexualidade em relação a sua filha. Ambos os pais, ao aprofundarem na vivência da sexualidade do filho Alberto ressaltam que por ele ter TEA/SA, experimenta, do ponto de vista deles, uma sexualidade que “não é uma coisa real”, “é uma fantasia”, “ele não tem vida sexual ativa”, por ele não conseguir estabelecer uma relação interpessoal afetivo-sexual, faz com que os pais olhem para a sua vivência da sexualidade como incipiente, “não ativa”.

Os pais, ao tomarem como referência a vivência da sexualidade dentro de um ideal de pessoas ditas *normais*, caracterizam a sexualidade de seu filho como não sendo *verdadeira*, por ele não conseguir vivenciá-la numa relação interpessoal, mas desconsideram que ele se masturba e associam essa autoerotização como algo menor. Ottoni e Maia (2019), mencionam que pessoas com TEA/SA vivenciam a sua sexualidade comumente em comportamentos mais solitários.

As referidas autoras a partir de Baer (2003) afirmam que um dos mitos gerados dentro da nossa sociedade que definem pontos positivos e negativos em relação a vivência da sexualidade, é que sexo “normal” precisa ter penetração sexual e orgasmo, assim a prática sexual que não segue esse script é considerada inferior, como por exemplo, o sexo oral ou a

masturbação, mas, assinalam que pessoas com ou sem deficiência se masturbam e se satisfazem com essa prática.

Otoni e Maia (2019) relatam ainda que é comum as pessoas terem a ideia negativa de que sexo sem penetração ou sem orgasmo não são suficientes e não caracterizaria uma vida sexual ativa. Para elas, essa visão nutre o sentimento de compaixão e de inadequação das pessoas que por necessidade ou desejo, não podem ou escolhem não estabelecerem relações sexuais ou daquelas que necessitam se satisfazerem mediante a masturbação pela dificuldade em oportunizar relações sexuais ou ainda por não conseguirem manter relações sexuais com penetração.

A partir dessas construções, a sociedade considera que essas pessoas “vivem um sexo incompleto e/ou infeliz” (Otoni e Maia, 2019, p.170). Em pesquisa realizada por Silva e De Tilio (2021) com pais, mães, irmãos e avô de pessoas autistas, que estes atribuem como significado que à vivência da sexualidade de pessoas autistas, as dificuldades oriundas da sua condição biológica e diagnóstico, o que acaba colaborando com a segregação dessas pessoas.

Interrogamos o filho Alberto, em relação ao diálogo sobre sexualidade entre ele e seus pais: “o clima aqui em casa sempre foi tranquilo, meus pais sempre **encorajam a sermos verdadeiros e a sexualidade entra nisso**. Conversamos algumas vezes, mas não é um tipo de conversa recorrente, mas eu me sinto confortável”. Quando interrogado sobre a sua experiência sexual, Alberto comenta traz que:

O que consigo pensar é que como todos, eu também tive meus questionamentos e busquei me informar com meus pais ou na internet, em algumas vezes tentando filtrar o que vi sobre sexo, pois sei que precisamos ter cuidado com as informações vindas da mídia, mas eu me sinto mais seguro hoje quanto a isso. O cuidado que falo é com as mídias enviesadas que tratam o sexo como algo obsceno ou recriminam aqueles que não são hetero sexuais, a questão da LGBT fobia me tira do sério. Me incomoda, eu

sou uma pessoa que demorou para encontrar a própria identidade, então me irrita vê, quando as pessoas são recriminadas por serem quem são de verdade.

Alberto relata que as informações sobre sexualidade foram adquiridas por intermédio dos pais e pela internet. Faz crítica sobre os conteúdos que são disseminados na internet associado o “sexo a algo obsceno” bem como aqueles relacionados a preconceitos a pessoas LGBTQIA+, declarando o quanto “tira do sério” quando “as pessoas são recriminadas **por serem quem são de verdade**” até por perceber que demorou a encontrar sua própria identidade.

Queiroz (2017) afirma que passamos a existir a partir do encontro com o outro, “da relação; e é nessa relação de campo organismo-meio, com base em nossas experiências vividas, que vamos formando nossas representações do que somos, nos significando, nos definindo – “eu sou”, “eu sou alguém que”” (p.382). Só podemos nos reconhecer como alguém “completamente diferente de mim” (se referindo a irmã), quando sabemos quem somos, como nos sentimos pertencentes, visualizados, ocupando um lugar no mundo.

Nesse ínterim, assinala que “Sempre me identifiquei como hetero, mas devo admitir que tive experiências que me fizeram questionar, que eu sentia alguma coisa por pessoas do meu gênero, mas hoje sinto que heterossexual é minha orientação”. E acrescenta que quanto a orientação sexual da sua irmã Sabrina que se reconhece bissexual:

Considero completamente natural, como falei, isso tem a ver com ser quem ela é. Nada me deixa mais feliz que isso. Sinto que essa temática da sexualidade precisa ter mais visibilidade. O mundo precisa tirar o tabu que é o sexo. Tem muita gente que acha que falar sobre sexualidade é um ato obsceno, mas não é, é sobre identidade, é sobre ser quem realmente é, isso não tem a ver com outras pessoas.

Nos chama atenção que a fala de Alberto é permeada por uma aceitação genuína em relação às pessoas que têm uma sexualidade desviante da norma. Suas narrativas pontuam o

quanto as pessoas precisam desconstruir o olhar sobre o sexo bem como sobre a orientação sexual que cada um assume para si. Percebemos que ele, mesmo não fazendo uma diferenciação entre sexo e sexualidade, tenta comunicar o tempo todo a importância de ampliar o diálogo sobre sexo ultrapassado a visão de “atos obscenos” e tenta fazer uma integração de para além dessa visão é “sobre ser quem realmente é, isso não tem a ver com outras pessoas”.

Isso nos remete, a fala da mãe de Alberto, como já sinalizamos anteriormente, quando falamos da aceitação dessa família em relação à orientação sexual da filha Sabrina, que:

A gente sempre criou os filhos da gente, sempre falou que criaria os filhos da gente com o intuito de que eles fossem felizes, sabe? Assim que... não com o intuito de que fossem médicos, advogados, profissionais bem sucedidos financeiramente, é... não. Quero que eles sejam felizes e que eles sejam assim... sinceros, que eles vivam a sinceridade deles em casa e na rua, sabe? (Joana, mãe, Família Costa).

Dentro de uma perspectiva Gestáltica é na relação campo/organismo/meio que envolve pessoa/sociedade, que os sentidos e significados são construídos dentro de um campo de experiências compartilhadas (Perls, Hefferline & Goodman, 1997). Assim, dentro desse campo familiar, filho e mãe compartilham de uma visão de mundo que é preciso respeitar as diferenças e para isso é preciso possibilitar que cada pessoa seja “quem é”, seja “sinceros dentro de casa ou na rua”. Queiroz (2017), a partir de Fridman (1995, p.11), pontua que a existência para nós gestalt-terapeutas é contato, em que “o encontro entre pessoas, ou o inter-humano [...] é o elemento essencial da existência humana” (Friedman, 1995, p. 11).

É nesse contato, dentro desse contexto familiar, que se tem construído espaço para que Alberto possa ser “quem é” e respeitar “quem o outro quer ser”. É sobre ser respeitado a partir de suas possibilidades, por meio de seu todo e não de sua parte como pessoa com TEA/SA.

No entanto, sabemos que não é comum ocupar um lugar social e/ou dentro da própria família quando se tem uma deficiência, como já sinalizamos anteriormente, ademais, ter espaço

para discutir sobre sexualidade com essas pessoas ainda é considerado um problema por elas não serem muitas vezes reconhecidas como pessoas sexualizadas ou, sua polaridade, por serem consideradas pessoas hiperssexualizadas. Sendo assim, o diálogo se torna um gatilho para sua exacerbação (Ottoni e Maia, 2019).

De forma geral, como já foi descrito anteriormente, o diálogo sobre sexualidade em nossa sociedade é permeado por tabus e preconceitos e que boa parte dos jovens aprendem sobre sexualidade de forma informal, por intermédio de seus pares, televisão, internet pela precariedade de programas que falem sobre educação sexual com esse público e se tratando de pessoas com deficiência, mas especificamente pessoas com TEA/SA as discussões são ainda mais limitadas.

Ottoni e Maia (2019) apontam que a educação para a pessoa com TEA/SA, pode ser mais prejudicada em decorrência das dificuldades em desenvolver interações sociais, em relação ao entendimento de linguagem simbólica e sinais sutis, o que tornar-se ineficaz para esse público a educação sexual informal que comumente acontece com jovens que não tem deficiência, mesmo que não participem de programas de educação sexual.

Assim, faz-se necessário e urgente que as pessoas com deficiência tenham oportunidades de acesso a seus direitos sobre sexualidade, através de investimentos na Educação Sexual dessas pessoas, como expressa Maia (2009):

[...] investir na educação sexual destas pessoas, tanto na família quanto nas instituições. É preciso também orientar, e oportunizar a essas pessoas exteriorizarem desejos, afetos, dúvidas, medos, etc., para que eles aprendam a manifestar adequadamente esses sentimentos e, se possível, efetivar relações sexuais saudáveis e com responsabilidade, prevenindo-se de doenças, abusos sexuais e violência (Maia, 2009b, p. 144).

Investir em Educação Sexual para essas pessoas é uma forma de lhes oferecer suporte e entendimento sobre os códigos sociais que permeiam os discursos dentro da família, do

campo religioso, midiático e etc (Maia, 2011). Assim, dentro de uma perspectiva de inclusão social Ottoni e Maia (2019), a partir de Aranha (2001), defendem que a sociedade deve dar suporte às pessoas com deficiência a fim de que elas tenham acesso a seus direitos econômicos, sociais, arquitetônicos, educativos, etc.

Essa perspectiva é nomeada de “Paradigma de Suporte” que ressalta que a sociedade precisa fazer mudanças na forma como se organiza e recebe as pessoas com deficiência ao mesmo tempo que deve haver investimento nas potencialidades individuais dessas pessoas. Diante disso, consideramos que a nossa sociedade não pode mais negligenciar ou tentar enquadrá-las em um padrão normativo de como exercer a sexualidade, validando as diferentes expressões e formas de vivenciá-las por parte das pessoas com deficiência.

6.2.2. *Sexualidade como totalidade: caminhos para a potência criativa*

Nos diálogos sobre sexualidade com duas mães observamos que elas apresentaram um olhar sobre a sexualidade amplificado e até incomum, como seguem as narrativas:

É.. na verdade, eu acho que a sexualidade precisa ser falada, como mais uma parte da vida sabe, do mesmo jeito.. a gente não ensina uma criança a limpar o bumbum quando faz cocô? É um processo do corpo da pessoa né, você ensina o menino a fazer xixi, a enxugar o pinto, a não melar, não sujar, enfim, olha meu filho, você vai tirar a fralda, vai usar isso aí... então, eu acho que precisa ser colocado como mais um elemento, sabe, do corpo da gente. a gente fala de orgasmo, né, de gozo, de tesão, como expressão da sexualidade, quando o tesão assim, gozar, tem uma característica muito mais ampla, é uma potência muito maior, é uma potência criativa muito maior. a gente restringe a esse lugar... ver que prazer, o que que se sente, é estimular, também, esses outros, esses outros pontos, né, de prazer, de vida, assim, então, eu acho que é possível, mas a gente precisa mudar um pouquinho a lente, sabe, tirar desse lugar da cama, do sexo e trazer mais pro dia a dia, de prazer como um todo, mais amplo (Elaine, mãe, Família Andrade).

Então... primeira coisa: **sexualidade não é sexo, não... necessariamente não tem a ver com a genitalidade né, com o órgão genital... a sexualidade é o prazer.** É a forma que você encontra de lidar com é... vamos lá... tem a ver com a identidade então, sexualidade tem a ver com a identidade... é com essa identificação mesmo no sentido da melhor forma de obter prazer no sentido também sexual... (Amanda, mãe, família Leão).

As mães trazem em suas narrativas uma perspectiva sobre a sexualidade que normalmente não é compartilhada nos diálogos entre pais e filhos(as), o seu lado prazeroso, lúdico, como algo que constitui a vida humana. Como percebemos até aqui, o diálogo sobre sexualidade é muito abrangente e não temos como limitá-lo em um único aspecto. Assim, a sexualidade quando exercida em sua totalidade, se torna uma potência criativa, amplia o olhar sobre a sua vivência, pois ela expande para o aspecto não só físico, não só para o ato, mas como uma forma criativa de se experimentar.

É importante lembrar que a sexualidade engloba as práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde. Ela só pode ser compreendida dentro de um contexto social, histórico e cultural. O sentir-se bem no âmbito da sexualidade constitui um dos principais critérios de saúde mental e de satisfação interpessoal (Gonçalves, Faleiro & Malafaia, 2013).

No entanto, a sexualidade é permeada em nossa sociedade ocidental em relações de poder, interdições, tabus, vergonha, mitos e preconceitos limitando suas possibilidades de vivência (Brasil, 2006).

É importante garantir a educação sexual de jovens como direito e a partir de uma perspectiva que gere atitudes positivas em relação a sexualidade, desmistificando conceitos, valores pejorativos possibilitando a estes um conhecimento maior sobre a sua própria

sexualidade, sendo protagonistas de suas vidas de uma forma a conhecer melhor o seu corpo, assumindo atitudes positivas.

6.3. O diálogo como principal ferramenta de heterossuporte

Diante de tudo que discutiremos até o momento, consideramos que o diálogo fundado entre pais e filhos (as) é uma forma de oportunizar aos jovens o seu crescimento ao se apropriar do seu processo de expressão e vivência da sua sexualidade.

Ao encontrar confiança, aceitação, confirmação e valorização nessa relação poderá se reconhecer, aceitar e expressar a sua forma de ser e estar no mundo sem barreiras, sem cristalizações, sem impedimentos, sendo a própria relação o campo onde nos constituímos, na presença desse outro (Cardella, 2015, p.72).

Num viés Gestáltico “amadurecer é transcender ao apoio ambiental para o autoapoio” (Perls²⁹, 1997a, p. 49). A partir dessa afirmação, discutiremos os conceitos de autossuporte e heterossuporte, também reconhecido como autoapoio e apoio ambiental (Andrade, 2014) a fim de defender o diálogo como uma ferramenta de heterossuporte na vivência da sexualidade dos (das) jovens.

Mas antes, gostaríamos de trazer o nosso entendimento de suporte a partir de Fukumitsu (2012, p.80), a qual apresenta o suporte como a “a inter-relação de todo o contato” e seu imbricamento com os acontecimentos da vida que só existem em relação com a:

História e experiência de vida; percepção, postura; coordenação, equilíbrio, sensibilidade no que refere às emoções, aos sentimentos; memória, perspectiva e projeto de vida; imaginação; capacidade de abstração; hábitos, crenças, costumes, revelando os aspectos culturais; aprendizagem; defesas, no que se refere aos recursos pessoais para proteção e delimitação da fronteira (Fukumitsu, 2012, p.80-81).

²⁹ Fritz Perls, é considerado o principal fundador da Gestalt-terapia.

Para a referida autora, todos esses atravessamentos precisam ser considerados na visão de pessoa. Quanto maior for o autossuporte da pessoa, mas ela poderá fazer escolhas a partir de suas necessidades, conhecerá seus limites e possibilidades, saberá identificar relações tóxicas e saudáveis e fazer um melhor uso das suas funções de contato como: escutar, tocar, movimentar, sentir, cheirar, degustar e olhar.

Sendo assim, o suporte é primordial para qualquer contato e sua ausência geram sentimentos e comportamentos disfuncionais, como falta de aceitação, vergonha, ansiedade, baixa autoestima, dependência do outro, insegurança, rigidez dentro dos sistemas familiares como a ausência de diálogo sobre sexualidade (Andrade, 2014, p.84).

Assim, um desenvolvimento saudável se dá numa relação de interdependência entre o autoapoio e o apoio ambiental, a qual a pessoa é apoiada em sua situação (Joyce & Sills, 2016, p.111). Há gradativamente uma transposição do apoio ambiental, um heterossuporte que o ajuda para a satisfação de suas necessidades para um autoapoio, um autossuporte, se tornando uma pessoa mais independente e com maior autonomia, sendo capaz de identificar e satisfazer suas necessidades (Aguiar, 2015).

É importante ressaltar que ter um autossuporte, não diz respeito em eliminar o heterossuporte, mas como a pessoa que se autoapoiar pode “cooperar com seu ambiente ou sua comunidade para um apoio mútuo, equilibrando suas próprias necessidades com a consideração das necessidades dos demais” (Joyce & Sills, 2016, p.111).

Nessa direção, Fukumitsu (2012, p.78) afirma que “somente quando nos damos a possibilidade de nos separarmos, de nos diferenciarmos, é que podemos nos unir”. Assim, percebemos que ser seu próprio autossuporte, não diz respeito de um lugar egoísta, isolado, mas sim do processo cujo o movimento é de aproximação e distanciamento entre mim e o outro, mediando minhas necessidades e a do outro, visto que vivemos circunscrito no meio social, o qual não existimos sem ele e vice-versa.

Dessa maneira, um heterossuporte de qualidade dá a possibilidade do sujeito reconhecer seus sentimentos, desejos, aspirações, emoções além de favorecer que desenvolva sua autoestima, autonomia, potenciais, autoconfiança, autorrespeito e por conseguinte ser heterossuporte de qualidade para outras pessoas (Rocha & Tavares, 2020).

Assim, um autoprocesso saudável, só é possível quando se tem um heterossuporte de qualidade, desencadeando num autoapoio, possível de enfrentar as dificuldades e obstáculos da vida sem ficar paralisado. A segurança está no autossuporte, na confiança, não importa a situação que vier, o sujeito dará uma resposta.

Dentro desse cenário discorreremos sobre o diálogo com um pai que nos emocionou e nos provocou diversas reflexões a respeito desses diálogos sobre sexualidade entre pais e filhos (as). O que eles podem suscitar no desenvolvimento de um jovem que está em seu processo de descobertas, aceitação, medos, inseguranças, principalmente dentro de uma sociedade que exclui o que é desviante. Assim segue o nosso último diálogo:

Agora me veio uma recordação de algo que aconteceu a poucos anos atrás, isso também me marcou, a uns 2, 3 anos atrás, logo depois que ele revelou que se achava bissexual. Algumas semanas depois, ele entrou no quarto e estava super mal, deprimido e **veio conversar com a gente (se referindo a ele e a mãe), pois estava se sentindo muito mal por não ter certeza daquilo que ele era, não ter certeza se era bissexual, homossexual se era heterossexual, mas assim era mesmo a questão da marca, como ele se apresentaria.** Tivemos uma conversa bem duradoura, ele chorou bastante, uma das coisas marcantes foi porque eu disse: **filho, você não tem uma data limite para se inscrever no vestibular afirmando se você é homossexual, se você é heterossexual, se você é bissexual, você não tem uma data pra definir isso, não importa como você se define, isso não vai definir a tua vida. Então se hoje você se considera homossexual, amanhã você se considera bissexual, depois de amanhã**

você pode se considerar homossexual, na outra semana você pode se considerar bissexual, isso não importa, o que importa é o desejo que você tem, você tem o desejo de se relacionar com esse menino ou com essa menina, ou aquela travesti seja lá quem for, isso não vai te rotular e você não precisa se rotular pra isso também. Acabou sendo marcante por isso, eu acho que a gente não deve se limitar a rótulos. Ele recebeu muito bem, acho que ele ficou bem aliviado, acho que ele não tenha percebido dessa ótica, talvez ele tenha se sentido muito pressionado de alguma forma, não sei se por alguém ou por ele mesmo para se definir logo. **É como se houvesse um vestibular para definir, quem é hetero, bi e homossexual, e na verdade não existe,** é como a gente (pai e mãe) passou para ele, eu senti que ele ficou muito aliviado, foi muito bacana, ele chorou bastante se sentiu aliviado. Esse foi um momento bem marcante, talvez esse momento tenha sido marcante para ele também. (Carlos, pai, Família Silva).

O pai revela como ele e sua esposa acolheram a dor do filho que não sabe como se referenciar, se nomear diante da sua orientação sexual. Mas no diálogo com os pais foi possível perceber o quanto Léo foi convidado a entrar com suas próprias necessidades **“o que importa é o desejo que você tem, você tem o desejo de se relacionar com esse menino ou com essa menina, ou aquela travesti seja lá quem for, isso não vai te rotular e você não precisa se rotular pra isso também”;** eu não tou sozinha, mesmo vivendo num mundo muito preconceituoso, tipo, tá tudo bem, eu sou eu e.. tá tudo certo nisso.

Léo é provocado a lidar com a impermanência da vida, de que hoje "eu gosto disso e amanhã não, como nos nossos próprios relacionamentos que podem mudar suas formas, podem finalizar, enfim, tantas formas não definidas de ser e estar no mundo.

Ademais, os pais como seu heterosupoorte, confirmam os seus sentimentos, mesmo que não concordem **“é como a gente (pai e mãe) passou para ele, eu senti que ele ficou muito**

aliviado, foi muito bacana, ele chorou bastante se sentiu aliviado. Esse foi um momento bem marcante, talvez esse momento tenha sido marcante para ele também". Vale ressaltar que, como já dissemos anteriormente, a confirmação não é concordar em tudo com o outro, mas sim validar seus sentimentos.

Consideramos que o diálogo proferido aqui é provocador de reflexões, nos sinalizando o quanto o papel da família é de extrema importância no processo de aceitação e vivência da sexualidade, seja ela dissidente ou não. Aguiar (2016) traz que a família pode ser como um heterossuporte saudável, a partir do momento que os membros dela operam em confirmar os sentimentos e necessidades que os filhos (as), essa é uma forma de validar e comunicar que seus sentimentos e necessidades são importantes.

Na fala do filho Alberto da família Costa **“Meus pais sempre encorajam a sermos verdadeiros e a sexualidade entra nisso”**, percebe-se que a confirmação é o primeiro passo para um vínculo suportativo, pois é só na presença do outro que somos capazes de desenvolvermos nosso processo de conscientização de nós mesmos, “tanto da consciência imediata e implícita do campo (*awareness*), quanto da consciência reflexiva (*consciousness*), que nos permite o pensamento, a reflexão, a compreensão, etc. (Cardella, 2020, p.126).

Ao ampliar as dimensões da consciência, favorecemos o vínculo de qualidade em que a pessoa atualiza suas potências em direção a realização da sua singularidade num processo de crescimento (Cardella,2015).

Assim, com já sinalizamos anteriormente, na própria fala dos (das) filhos (filhas) pudemos verificar que a aceitação sobre sua vivência da sexualidade “não foi um tudo bem da boca pra fora”, “no cotidiano, ficou muito nítido que tudo bem”, “saber que eles lidaram bem com isso e que, pra eles, o meu bem tava acima de qualquer coisa”; “a gente tá com você contra o mundo se o mundo discordar”; “eu não tou sozinha, mesmo vivendo num mundo muito preconceituoso, tipo, tá tudo bem, eu sou eu e.. tá tudo certo nisso”.

Diante do exposto, percebemos o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos (as) fundamentado dentro de uma relação afeta na forma como o sujeito se vê e se percebe no mundo, gerando impacto na sua saúde mental, autoestima, independência e autonomia, ao olhar de forma cuidadosa e respeitosa para si, sendo confirmado e valorizado na sua forma de ser, o sujeito tem a possibilidade de reproduzir essas formas de cuidado, valorização e respeito a singularidade do outro em suas relações.

7. Resultados finais

O presente estudo se propôs a compreender a partir da Gestalt-Terapia de que modo o diálogo sobre sexualidade tem se estabelecido no sistema familiar entre pais e filhos (as) jovens. Discutir sobre sexualidade ainda é um desafio em nossa sociedade, por ela ainda ser atravessada por tabus e preconceitos, por não se ter consenso entre as famílias, escolas, instituições religiosas e a sociedade de forma geral de como ela deve ser abordada e em que período do desenvolvimento humano.

Diante desses desafios surgem impedimentos, conflitos, dificuldades de diálogos e informações que quando ocorrem são majoritariamente trazidas dentro de um enfoque preventivo, reprodutivo, ou seja, dentro de uma perspectiva biomédica e a vivência da sexualidade acaba sendo restrita a ato sexual, negando que ela faz parte da nossa constituição enquanto sujeitos e que marca a nossa trajetória afetiva e relacional.

Assistimos a cristalização de padrões impostos na forma de expressão e vivência da sexualidade alicerçada numa estrutura heterocisnormativa e a educação machista, as quais negam e renegam um lugar marginal para as aquelas pessoas que não vivenciam a sexualidade de acordo com o modelo heterocisnormativo.

Assim, como possibilidade de abertura para uma vivência criativa da sexualidade e o rompimento com esse modelo vigente, apontamos o diálogo como um dos caminhos de desconstrução e criação de um olhar mais amplo sobre a sexualidade que possa favorecer a sua livre expressão e com isso aceitação das diversas formas dela ser vivenciada pelos mais diversos sujeitos.

É importante ressaltar que desenvolver o nosso estudo dentro de um viés gestáltico, o qual pessoa-mundo são indissociáveis e circunscritos dentro um campo, onde tudo se conecta, nos possibilitou perceber essas famílias de forma holística e contextualizada ao considerarmos que suas narrativas estão imbricadas por uma estrutura heterocisnormativa e a educação

machista, mas também por marcadores de posição social, escolaridade, religião, raça/etnia e gênero.

Sendo também constituídas por fatores históricos, políticos, sociais, econômicos, espirituais, ambientais e temporais, pois fazem parte do que somos no momento atual, nos atravessa e nos transforma e serve como lentes para observarmos o mundo. Dentro desse cenário, percebemos que a constituição familiar tem sido marcada por relações mais horizontalizadas entre pais e filhos (as), o que a nosso ver tem favorecido para uma maior abertura para o diálogo sobre sexualidade dentro desse contexto.

Ainda que por meio do diálogo essas famílias tenham rompido com alguns modelos geracionais, o que nos mostra que são famílias que estão em transição, pois criam novas possibilidades de lidar com a vivência da sexualidade dos(das) filhos (as) e agora reproduzem os modelos aprendidos até então.

O diálogo sobre sexualidade com os/as filhos(as) é iniciado a partir do crescimento desses, de suas demandas, não fazendo parte das rodas de diálogos familiares e/ou por meio de brinquedos, brincadeiras, jogos, vídeos, livros que sejam introduzidos/provocados pelos pais de “forma ativa” e intencional com o intuito de provocarem as discussões sobre a sexualidade desde a infância.

Há uma diversidade na forma de dialogar sobre sexualidade entre pais e filhos (as), pudemos identificar que suas narrativas são marcadas por desconstruções, empasses, dúvidas, repetições e padronizações nas formas de conduzir esses diálogos, mas é unânime entre eles que a temática precisa ser tratada com naturalidade, fazendo parte da vida.

Nas narrativas, provocações foram suscitadas nas conversas com algumas famílias, no que diz respeito ao limite entre o diálogo entre pais e filhos (as) e a invasão de privacidade. Percebemos que os pais ocupam o lugar de orientadores (as) e educadores (as) dos (das) filhos (as) sobre a temática da sexualidade, mas em suas falas relatam sentirem falta que os (as) filhos

(as) compartilhem suas intimidades sobre suas relações afetivo-sexual, o que nos sinaliza que cada família deverá encontrar sua forma de se relacionar com os (as) filhos (as) sobre esse diálogo e abertura para temática, mas consideramos ainda importante que as funções parentais sejam preservadas.

Outro aspecto destacado nesses diálogos é o cuidado com o corpo dentro de um modelo preventivo, mas também uma preocupação com as formas de relacionamentos amorosos que os/as filhos /as possam estabelecer.

Para as jovens filhas algumas mães recomendam que tenham cuidado com o seu corpo, fazendo só o que tem desejo, se respeitando. Com os jovens filhos, algumas mães alertam sobre autocuidado, mas também o cuidado com a pessoa que está se relacionando, respeitando os limites de ambos. Uma mãe pontua que considera importante orientar o filho para que ele não reproduza o modelo do seu pai de trair, por considerar que esse modelo gera sofrimento na pessoa que está se relacionando.

Dessa forma, tanto as mães das jovens mulheres como dos jovens homens trazem a ideia de relacionamento a partir de um amor romântico, valorizando a importância dos (das) filhos (as) se relacionarem a partir de um gostar. Suas falas não oferecem a possibilidade de uma vivência da sexualidade a partir de um desejo carnal, atração física.

Apesar de considerar que os (as) filhos (as) deveriam se relacionar sexualmente com uma pessoa a partir de um gostar, na fala dessas mães, percebemos que elas defendem que seus filhos (filhas) vivam a sexualidade de forma autônoma, quando os ensinam a ter cuidado consigo e com o outro. Autonomia dentro desse olhar, diz respeito em não fazer apenas o que se deseja, como se estivesse à mercê de sua própria necessidade, mas sim, num viés em que o cuidado estende-se ao outro que está se relacionando.

Consideramos que essa maneira de educação sexual para com os (as) filhos (as) é propiciadora de uma cultura de relacionamentos mais saudáveis, menos violentos e tóxicos

entre os/as jovens, por ser gerado a partir de uma postura mais empática para consigo e na relação com o outro, no qual o cuidado ocupa um lugar que se estende a responsabilidade, respeito, autocuidado, o que a nosso ver, favorecem relações afetivo-sexual mais horizontalizadas entre os/as jovens e com isso menos reprodutoras de violência.

Ademais, em nossa pesquisa percebemos que o diálogo tem sido propiciador da emancipação sexual dos (das) jovens à medida que eles (elas) têm autorização para viverem sua sexualidade dentro ou fora do contexto familiar (direitos) e com quem desejarem, independente da orientação sexual deles (delas) e de seus (suas) parceiros afetivo-sexual, sendo respeitados (as) na forma que eles (elas) se apresentam.

Queremos também chamar atenção que viver uma sexualidade dissidente é um desafio diante de uma sociedade que mata o diferente, o que desvia a norma por não seguir o projeto de masculinização e/ou feminilização já estabelecido. Ainda dentro de um contexto de uma sexualidade dissidente, temos também que provocar as discussões sobre a sexualidade vivenciada por pessoas com deficiência.

Percebemos ainda que temos um longo caminho pela frente, pois a corporonormatividade é, até esse momento, um outro desafio dentro da nossa sociedade que exclui esse diferente, esse desviante, o estigmatizando, inviabilizando suas formas e até agora quando associa a sua vivência da sexualidade, sendo um desafio por parte da família como a sociedade de forma geral.

No entanto, queremos ressaltar que não se pode negligenciar e invisibilizar a fala e vivência de pessoas com deficiência, devemos tirar as vendas sociais geradas por uma estrutura capacitista que impede as pessoas não possuidoras de deficiência de olhar e escutar para àquelas que possuam, restringindo-as como sujeitos impossibilitados de viver a sexualidade dentro do esperado, dentro daquilo que é dito como a verdadeira forma de experimentar a sexualidade.

Aqui em nosso estudo foi possível ouvir e aprender com as experiências de um jovem do Espectro autista, que trouxe uma imensa contribuição para a pesquisa, fomentando diversas discussões e perspectivas diferentes sobre a vivência da sexualidade de pessoas com deficiência. Tais discussões são permeadas de preconceitos e tabus além da falta de informação sobre as diversas possibilidades de vivenciar a sexualidade, uma sexualidade que seja satisfatória para o indivíduo e não dita fora dele qual a melhor forma, qual o melhor caminho de se relacionar.

Dentro desse estudo, defendemos que a relação vivenciada no diálogo sobre a sexualidade entre pais e filhos (as) tem possibilitado no seu processo de autoconhecimento, autocuidado e aceitação, por eles (elas) serem confirmados (as) que está tudo bem ser quem são, amar quem quiser e deseja. Os pais por meio do heterossuporte, tem fortalecido seu autossuporte ao apoiarem, confirmarem, aceitarem e validarem seus sentimentos, posicionamentos em relação às expressões e vivência da sexualidade.

Assim, consideramos esse estudo importante dentro das construções da abordagem gestáltica, mas também dentro dos estudos de psicologia que apesar do nosso código de ética, as discussões sobre sexualidade ainda são restritivas, pouco valorizadas e ainda dentro de um viés biologizante, patologizante, o qual o sujeito é reduzido aquilo que se apresenta e não na visão como um todo.

Acreditamos que esse estudo teve uma quantidade de participantes reduzida, não pela nossa falta de interesse e disponibilidade de acolher as pessoas interessadas, mas sim pela ausência de famílias que se disponibilizassem a dialogar sobre a sexualidade. Dessa forma, se faz interessante mais estudos dentro desse contexto a fim de ampliar as discussões sobre a temática da sexualidade que nos constitui e que não podemos negar que ela, em nossa sociedade, direciona a nossa forma de ser estar no mundo.

As famílias que se disponibilizaram a participar da nossa pesquisa possuem um perfil de formação de nível médio e superior e são pertencentes a classe média, o que ao nosso ver elas tem acesso não só aos bens materiais, como moradia, boas condições econômicas, mas também acesso aos bens imateriais, livros, artigos sobre sexualidade, rodas de conversas e indiretamente em espaços como teatro, cinema, lazer, experiências culturais entre outros, o que favorece sua abertura para novos aprendizados.

Sabemos que essas famílias são exceções visto que não é a realidade das famílias brasileiras, de terem acesso a todo esse aparato de bens materiais e imateriais que deveriam ser garantidos como direitos, mas é um privilégio de poucos terem acesso.

Diante disto, não é regra uma compreensão ampla e flexível das famílias brasileiras a respeito das expressões e vivência de sexualidade, pautada numa relação dialógica de aceitação e reconhecimento dos (das) seus (suas) filhos (as) a partir de sua singularidade e diversidades.

Ao constatar que esse suporte dialógico é importante, faz-se necessário garantir, por meio de políticas públicas, intervenções, informações e criação de ferramentas para que as famílias tenham acesso as ferramentas que vão proporcionar uma concepção ampla sobre sexualidade e com isso uma abertura para o diálogo entre pais e filhos (as). Queremos aqui enfatizar, a responsabilidade do Estado em ofertar essa abertura não podendo culpabilizar as famílias que não tem acesso a isso.

O diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos (as) é essencial para a construção de uma sociedade com relações mais justas e igualitárias que ultrapassem os muros familiares para torna-se uma ferramenta de enfrentamento às estruturas que anulam e invisibilizam as diferentes expressões de sexualidade.

Referências

- Abranches, C. & Assis, S. (2011) A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, v.27, n.5, pp.843-854.
- Aguiar, L. (2015) *Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática*. São Paulo: Summus, 3º ed, 263p.
- Almeida, A. & Centa, M. (2009). A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a Enfermagem. *Acta Paul Enferm*, v.22, n.1, pp 71-6.
- Alves, C. & Brandão, E. (2009). Vulnerabilidade no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas e atenção à saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 14, n.2, pp. 661-670.
- American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Andrade, C. & Holanda, A. (2010) Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, v.27, n.2, pp.256-268.
- Andrade, C. (2014) Autossuporte e heterossuporte. In: Frazão, L., Fukumitsu, K. (org) (2014) *Gestalt-terapia: fundamentos e práticas: conceitos fundamentais*. São Paulo: Summus, v.2, cap.8, pp.147-162.
- Aranha, M. (2001). Paradigma da relação da sociedade com as PcD. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v.11, n.21, pp.160-173.
- Araújo, E. (2004). A arte da sedução: Sexualidade Feminina na Colônia. In: Del Priore, M. (org.) & Bassanezi, C. (coord. De textos). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.
- Baer, R. (2003) *Is Fred Dead? A manual on sexuality for men with spinal cord injuries*. Pennsylvania: Dorrance Publishing.

- Bagagli, B. (2017). Orientação Sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Letras escreve*, v.7, n.1, pp.137-164.
DOI: 10.18468/letras.2017v7n1.p137-164
- Baldin, N. & Munhoz, E. (2011). Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental*, 27. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3193>.
- Barbalho, M. (2018) Mulher: relacionamento e sexualidade: uma interface com a Gestalt-terapia. São Paulo: Zagodoni, 1ºed, 208p.
- Barbieri, T. (1993) Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. *Debates En Sociología*, v.18, pp. 145-169.
- Baroncelli, L. (2012). Adolescência: fenômeno de singular e de campo. *Revista da Abordagem Gestáltica – XVIII (2)*, 188-196.
- Barros, P. (2020) Experiências em Gestat-terapia diante do sofrimento LGBTQI+. In: Frazão, L., & Fukumutsu, K., (2020) *Enfrentando crises e fechando gestalten*. 1ªed. São Paulo: Summus, pp 63-81.
- Beauvoir, S. (1949) *O segundo sexo*. São Paulo: Nova Fronteira.
- Bedin, R. (2016) A História do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua Participação na Trajetória do Conhecimento Sexual na UNESP. [Tese de Doutorado em Educação Escolar- Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista] Araraquara, 154f.
- Belmino, M. & Oliveira, J. (2021) A abordagem gestáltica e o viés político: a dimensão social do self e a Gestalt-terapia como forma de resistência ao sistema organizado. In: Boccardi, D. (Org.) (2021) *Gestalt-terapia e sociedade*. São Paulo: LiberArs, 256p.

- Belmino, M. (2017) *A ontologia gestáltica de Paul Goodman e seus desdobramentos clínicos, políticos e educacionais: Gestalt-terapia, anarquia e desescolarização*. Rio de Janeiro: via Verita,
- Belmino, M. (2020). *Gestalt-terapia e experiência de campo: dos fundamentos à prática clínica*. 1. Ed. Judiaí (SP): Paco.
- Benjamin, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Laskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas*, v.1. São Paulo: Brasiliense.
- Biasol-Alves, Z., Simionato-tozo, S. & Sagim, M. et al (2006) Valores e práticas – Permanências e mudanças – Estudo de famílias trigeracionais. *Familia, saúde e desenvolvimento*. Curitiba, v.8, n.1, p.26-31.
- Botton, A. Cúnico, S., Barcinski, M. & Strey, M. et al (2015) Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando famílias*, v.19, n.2, pp.43-56.
- Brandão, E., Heilborn, M. (2006) Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v.22, n.7, pp.1421-1430.
- Brasil (2006) *Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens*. Brasília.
- Brasil. (1990) *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2009). Ministério da Educação. *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. CEPESC, 108p.
- Bresolin, K. (2008). Gadamer e a reabilitação dos preconceitos. *Intuitio*, v.1, n.1, pp.63-81.

- Brito, A., Neto, A., Amaral, L. (2013) *Síndrome de Asperger: Revisão de Literatura*.
Revista de Medicina e Saúde de Brasília, Brasília, v. 2, n. 3, p. 169-176.
- Brito, M (2017). Busca do sentido do ser ou perda da identidade? Lidando com os padrões socialmente impostos. In: Frazão, L. (2017) *Questões do humano na contemporaneidade: olhares gestálticos*. São Paulo: Summus.
- Butler, J. (1990) Performative Acts and gender Constituion: Naes say in Phenomenology and Feminist Theory. In: Sue-Ellen Case (org.)(1990) *Performing Feminisms: Feminist Critical Theoryand Theatre*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 270-282.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Camargos Jr, W. (2013) Semiologia clínica da Síndrome de Asperger. In: Camargos Jr, W. (2013) *Síndrome de Asperger e outros Transtornos do Espectro do Autismo de Alto Funcionamento: da avaliação ao tratamento*. Belo Horizonte: Artesã, p.41-70.
- Cardella, B. (2014). Ajustamento criativo e hierarquia de valores ou necessidades. In: Frazão, L. & Fukumitsu, K. Org. (2014) *Gestalt-terapia: conceitos fundamentais*. 1.ed.- São Paulo: Summus.
- Cardella, B. (2020). *De volta para casa*. 2ª ed. Amparo (SP): Gráfica Foca.
- Cardella, B., (2015) Relação, atitude e dimensão ética do encontro terapêutico na clínica gestáltica. In: Frazão, L., Fukumitsu, K. (org) (2015) *A clínica, a relação psicoterapêutica e o manejo em Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, cap.3, pp.55-82.
- Cenpec (2020) *Desigualdades Educacionais*.
<https://desigualdadeseducacionais.cenpec.org.br/desigualdades-educacionais.php#:~:text=As%20desigualdades%20educacionais%2C%20assim%20com,o,das%20Desigualdades%20disponibilizado%20pelo%20Cenpec>

- Chaves, A., Barbosa, L., Costa, J. & Gomes, I. et al (2019) *Manual de orientação para identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista*. Faculdade Pernambucana de Saúde, 20f.
- Coalizão Negra por direitos (2020) *Enquanto houver racismo não haverá democracia*.
<https://comracismonaohademocracia.org.br/>
- Coimbra, C., Bocco, F. & Nascimento, M. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v.57, n.1, pp. 2-11. DOI: v57n1/v57n1a02.
- Cordeiro, P., Silva, C., Macuch, R. & Milani, R et al(2018) Filhos adolescentes e a vivência de ser mãe na contemporaneidade-um estudo de caso. *Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico Conhecer, Goiânia, V.15, n.28.
- Cordeiro, P., Silva, C., Macuch, R. & Milani, R. et al. (2018). Filhos adolescentes e a vivência de ser mãe na contemporaneidade – um estudo de caso. *Enciclopédia Biosfera*, v.15, n.28, pp.1434-1444. DOI: 10.18677/EnciBio_2018B111.
- Corrêa, C. (2001). A transição do casal para a parentalidade. [Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul], Porto Alegre.
- Costa, A., Missiatto, L. & Martines, E. et al (2021) Diálogo sobre sexualidade na comunicação entre pais e filhos adolescentes. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v.32, n.2, pp.24-34. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.978>.
- Costa, C. (2005) Thee ways of the experience of being one self and being with in conjugal situation a exploratory study. [Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Pernambuco], departamento de Psicologia Clínica, Recife, 162 f.
- Coutinho, S. & Menandro, P. (2015). Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. In: *Psicologia e Saber Social*, v.4, n.1, pp.52-71. DOI: 10.12957/psi.saber.soc.2015.13538.
- Critelli, D. (1996) *Analítica do Sentido*. São Paulo: Brasiliense.

- Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.30, pp.202-219.
- Farris, J. (2007) Fontes de autoridade na avaliação moral do comportamento sexual humano: implicações para a Religião e a Psicologia. *Estudos de religião*, v.21, n.32, pp.166-82.
- Farris, JR. (2007). Fontes de autoridade na avaliação moral do comportamento sexual humano: implicações para a Religião e a Psicologia. *Estudos de Religião*, v.21, n.32, pp. 166-182).
- Ferry, L. (2007). *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- França, M. (2009) Famílias homoafetivas. *Rev. bras. psicodrama [online]*, vol.17, n.1, pp. 21-33.
- Francesetti, G., (2018) “Você chora, eu sinto dor”. O self emergente, cocriado, como fundamento da antropologia, psicopatologia e psicoterapia na Gestalt-terapia In: Robine, J., (2018) *Self: uma polifonia de Gestalt-terapeutas contemporâneos*. São Paulo: Escuta.
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Friedman, M. (1995) “Prefácio”. In: Hycner, R. *De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica*. São Paulo: Summus.
- Fukumitsu, K. (2012) *Suicídio e Gestalt terapia*. São Paulo: Digital Publish & Print Editora, 133p.
- Gadamer, H. (1900/1997). *Verdade e Métodos*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gadamer, H-G. (2008^a) *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. (F. P. Meurer, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Gadamer, H-G. (2008^b) *Verdade e Método: complementos e índice*. (F. P. Meurer, Trad.). Petrópolis: Vozes.

- Gir, E., Nogueira, M. & Pelá, N., et al (2000) Sexualidade humana na formação do enfermeiro. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v.8, n.2, pp.33-40.
- Godoy, D. (2018) Educação em Sexualidade no Brasil: um tour histórico e seus importantes desdobramentos para a formação do educador e do desenvolvimento da área na educação escolar. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 272–288. DOI: 10.30715/doxa.v20i2.11893.
- Gomes, A. (2020) Opção versus orientação sexual: o que de fato pode ser escolhido. In: Marras, M. (Org.) *Angústias contemporâneas e gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 232.p.
- Gonçalves, R., Faleiro, J. & Malafaia, G. et al (2013). Educação Sexual No Contexto Familiar E Escolar: Impasses E Desafios. *HOLOS*, v.5, pp.251–263.
- Hauer, M., Guimarães, R. (2015) Mães, Filh@s e Homossexualidade: Narrativas de Aceitação. *Temas em Psicologia*, v. 23, nº 3, pp.649-662. DOI: 10.9788/TP2015.3-10
- Heilborn, M. et al. (2008). “Gravidez e maternidade na adolescência – novas biografias reprodutivas”. In: Trajano, A. *Gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro, Revinter.
- Hoga, L., Tiburcio, C., Borges, A., Zoboli, E. & Chavez-Alvarez, R., et al (2010) Orientações sobre o comportamento sexual e reprodutivo: princípios e práticas dos sacerdotes católicos. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v.18, n.6, pp.1237-1245.
- Hycner, R. (1995) De pessoa a pessoa: Psicoterapia dialógica. São Paulo: Summus, 3ªed, 176p.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). *Censo demográfico*.
www.censo2010.ibge.gov.br
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020) Pesquisa Nacional por amostragem de domicílios contínua 2012/2019.

- Jablonski, B. (1988). *A crise do casamento contemporâneo: um estudo psicossocial*. [Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas], Rio de Janeiro.
- Jacosen, M. (2007) A construção da sexualidade na família e seus contextos. In: *Sexualidade na Família*. São Paulo: Expressão e Arte.
- Jesus, J. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Guia Técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, Brasília.
- Jesus, R. (2007) Implicações da ação docente sobre as questões de sexualidade e gênero na escola. *Revista Faced*. Salvador, v. 11, p. 189-199.
- Joyce, P. & Sills, C. (2016) *Técnicas em Gestalt: Aconselhamento e psicoterapia*. Petrópolis: Vozes, 3ªed, 407p.
- Junior, W., Junior, M. & Costa, L. et al (2013) A colonização brasileira e a violência contra a mulher. *Conexão acadêmica*, v.4, pp.110-120.
- Junqueira, P. & Ernesto, A. (2020). Família e Educação em sexualidade: uma proposta de reflexão. *Revista de Direito Civil*, v.2, n.2, pp. 146-155.
- Lampreia, C., & Lima, M. (2008). *Instrumento de vigilância precoce do autismo: Manual e vídeo*. São Paulo: PUC/Rio.
- Lawn, C. (2007). *Compreender Gadamer*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Leal, L. et al. (2017) CEP em Selfie: Abordando sexting com adolescentes como forma de exposição virtual da sexualidade. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v.3, n.1, pp.45-59.
- Leal, L., Rodrigues, G., Silveira, I., Amaro, T., Santos, D., & Paludo, S. et al (2017). CEP em Selfie: abordando sexting com adolescentes como forma de exposição virtual da sexualidade. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, v.3, n.1, pp. 45-59. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i1.17605>

- Lima, K., Ramos, D. & Barbosa, A. (2012) Diversos conceitos de sexualidade dos adolescentes influenciando suas práticas preventivas e contraceptivas. *Rev. Enferm. UFPE online*, v.6, n.1, pp.41-47.
- Lima, P. (2013) A Gestalt-terapia holística, organísmica e ecológica. In: Frazão, L. & Fukumitsu, K. Org. (2013) *Gestalt-terapia : fundamentos epistemológicos e influências filosóficas*, 1.ed.- São Paulo: Summus.
- Lira, V. (2021) Caminhando com o adolescente: saúde mental em tempos de Covid. In: Brandão, C. & Zanella, R. (Org.) (2021) *Psicoterapia On-Line Infantojuvenil em Tempos de COVID-19 - Clínica em Gestalt-Terapia*. Juruá Editora Psicologia, 180p.
- Louro, G. (2000). Org. *O corpo educado – Pedagogias da sexualidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 176p.
- Maia, A. & Ribeiro, P. (2012) Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.16, n.2, p.159-176.
- Maia, A. (2009a) Sexualidade, deficiência e gênero: reflexões sobre padrões definidores de normalidade. In: Junqueira, R. (Org.) (2009a). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, UNESCO, 2009a, p.265-292.
- Maia, A. (2009b) Sexualidade, Deficiência e Gênero: reflexões sobre padrões definidores de normalidade. In: Junqueira, R. (Org). (2009) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: UNESCO, p. 265-291.
- Maia, A. (2011). *Inclusão e sexualidade: Na voz de pessoas com deficiência física*. Curitiba: Juruá, 186p.
- Maia, A., (2006) *Sexualidade e deficiências*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

- Maia, C. (2007). *A Invenção da Solteirona: conjugalidade moderna e terror moral-Minas Gerais (1890-1948)*. [Tese de doutorado – Universidade de Brasília], Programa de Pós-graduação de História, Brasília, 319p.
- Manoel, D., Lordello, S., Souza, L. & Pessoa, A. (2020). Sexting e adolescência: a emergência de novos temas para a psicologia do desenvolvimento. *Revista da SPAGESP*, v.21, n.1, pp.37-50.
- Manoel, D., Lordello, S., Souza, L. & Pessoa, A. et al (2020). Sexting e adolescência: a emergência de novos temas para a psicologia do desenvolvimento. SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo. *Revista da SPAGESP*, v.21, n.1, pp.37-50.
- Marola, C.; Sanches, C. & Cardoso, L. (2011). Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psicologia da Educação*, v.33, pp.95-118.
- Martins, J., & Bicudo, M. (2003). *A Pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos*. 3ª ed. São Paulo: Centauro
- McGoldrick, M. & Shibusawa, T. (2016) O ciclo vital familiar in: Walsh, F. (2016) *Processos Normativos da Família: diversidade e complexidade*. 4ªEd. Porto Alegre: Artmed.
- McGoldrick, M. & Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar In: Walsh, F. (2016) *Processos Normativos da família: diversidade e complexidade*. 4º Ed. Artmed.
- Mello, L. (2005) *Novas Famílias: Conjugalidade Homossexual no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 224p
- Mendes, C., Magalhães, A., Monteiro, M. & Féres-Carneiro, T. et al (2021). Pudor na família com adolescentes: transmissão e limites da intimidade. *Revista da SPAGESP*, v.22, n.2, pp. 19-32.

- Mendonça, L. (2020). Direito e Dever Do Estado e Da Família em Matéria De Orientação Sexual. *Revista Âmbito Jurídico*, São Paulo.
- Muller-Granzotto, M. & Muller-Granzotto, R. (2012a) *Clínicas gestálticas: o sentido ético, político e antropológico da teoria do self*. São Paulo: Summus.
- Muller-Granzotto, M. & Muller-Granzotto, R. (2012b) *Psicose e Sofrimento*. São Paulo: Summus, 2012b.
- Muller-Granzotto, M. & Muller-Granzotto, R. (2016). *Fenomenologia e Gestalt-terapia*. 3. ed. São Paulo: Summus.
- Nascimento, F. & Cordeiro, R. (2011) Violência no namoro para jovens moradores de Recife. *Psicologia & Sociedade*, v.23, n.3, pp.516-525.
- Nascimento-Gomes. F. (2016). Juventude, sexualidade e relações afetivo-sexuais: uma análise interseccional de jovens rurais e urbanos/as. [Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco] CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 263f.
- Nery, I., Feitosa, J., Sousa, A. & Fernandes, A. (2015). Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. *Acta Paul Enferm*, v.28, n.3, pp. 287-292.
- Nogueira, B. (2020) Masculinidade e Gestalt-terapia: Esparta e a contemporaneidade. In: Marras, M. (Org.) *Angústias contemporâneas e gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 232.p.
- Oliveira, J. (2020) Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: *Editora Grupo Gay da Bahia*.
- Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K. & Pires, T. et al (2013) Gênero e violência física no namoro de adolescentes de dez capitais brasileiras. *Psicologia, teoria e Pesquisa- UNB*.

- Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K. & Pires, T. et al (2014) Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência & saúde coletiva*, v.19, n.3, pp.707-718.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2014) *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro* : tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília : UNESCO, 53 p.
- Otoni, A., Maia, A. (2019) Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n.2, p. 1265–1283. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12575.
- Perls, F., (1997a) *Gestalt-terapia explicada*. São Paulo: Summus, v.2, 371p.
- Perls, F., Hefferline, R. & Goodman, P. (1951) *Gestalt Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality*. Revised Ed, 512p.
- Perls, F.; Hefferline, R.; Goodman, P. (1997). *Gestalt-Terapia* (F.R. Ribeiro, Trad). São Paulo: Summus.
- Pinheiro, T. (2021) Gestalt-terapia e educação – Contribuições e Laura Perls. In: Boccardi, O. (Org.) (2021) *Gestalt-terapia e sociedade*. São Paulo: LiberArs, 256p.
- Queiroz, L., (2017) A Busca do sentido do ser ou perda da identidade? Lidando com padrões socialmente impostos. In: Frazão, L. (2017) *Questões do humano na contemporaneidade: olhares gestálticos*. São Paulo: Summus, p.29-38.
- Ramiro, L. & Matos, M. (2008). Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Revista de Saúde Pública*, v.42, n.4, pp. 684-692.
- Régis, H., (2021). Capacitismo e gestalt-terapia: precisamos aleijar a teoria. In: Boccardi, D. (org.) (2021) *Gestalt-terapia e sociedade*. 1ª edição. LiberArs. São Paulo.

- Reichert, C. (2011) Educar para a autonomia: desafios e perspectivas. In: Wagner, A. (2011). *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea- Pesquisas e Reflexões*. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed. 208 p.
- Reis, N., & Pinho, R. (2016). Gêneros Não-Binários: Identidades, Expressões E Educação. *Reflexão E Ação*, v.24, n.1, pp.7-25. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>
- Ressel, L. B., Junges, C. F., Sehnem, G. D., & Sanfelice, C., et al (2011). A influência da família na vivência da sexualidade. *Escola Anna Nery*, v.15, n.2, pp. 245- 250. DOI:10.1590/S1414-81452011000200005.
- Ribeiro, H, & Oliveira, A. (2017) Sexualidade, religião e espiritualidade. In: Diehl, A. & Vieira, D. (2017) *Sexualidade do prazer ao sofrer*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017.
- Ribeiro, J. (2011) *Conceito de mundo e de pessoa em Gestalt-terapia*. Summus Editorial, 125p.
- Ribeiro, M. *A conversa sobre sexualidade na escola: da educação infantil ao ensino médio*. Wak, Coleção diálogos em educação, 1ºed, 300p.
- Ribeiro, P. & Bedin, R. (2013) Notas preliminares sobre historiografia da educação sexual brasileira: apontamentos de uma cronologia descritiva. 1. Atitudes e comportamentos sexuais no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII. *Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 17, n. 1 -2, pp.149-168.
- Rieth, F., (2002) A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n.17, pp.77-91.
- Rocha, R. & Tavares, L. (2020) *Desenvolvimento emocional infantil e a importância da família como heterossuporte: um olhar da Gestalt-terapia*. Anais Eletrônico da Unicesumar.

- Rocha, S. (2009) *O jogo da compreensão de gênero na educação infantil: um diálogo hermenêutico do pesquisador com diversos horizontes de sentidos*. Tese [Doutorado em Educação – Universidade Federal do Ceará], Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira Fortaleza-CE, 231f.
- Rocha-Coutinho, M. (2006). Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In M. Lins de Barros (Org.) *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 91-106.
- Rodrigues, C. (2003). Católicas e Femininas: Identidade religiosa e sexualidade de mulheres católicas modernas. *Revista de Estudos da Religião*, n.2, pp. 36-55.
- Rodrigues, G. & Cardoso, C. (2021). Suicídio, Gênero e Sexualidades: uma leitura gestáltica sobre o suicídio da população LGBTI+ In: *Com-textos em Gestalt-terapia e análise existencial – Estudos produzidos no Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-Terapia e Análise Existencial – 1ª Edição*. Belo Horizonte.
- Rosa, J. & Pessôa, L. (2018) Reflexões sobre a parentalidade e as transformações nas configurações familiares. In: Pessôa, L., Mendes, D. & Seidl-de-Moura, M. (2018) *Parentalidade: Diferentes Perspectivas, Evidências e Experiências*. Editora Appris, 1º ed, 207p.
- Rosset, S. (2004). *O casal de cada dia*. Curitiba: Sol.
- Sampaio, I., Feitosa, J., Sousa, A. & Fernandes, A. et al. (2015) Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 28, n. 3, pp. 287-292.
- Santana, R. (2021) Queerizar a Gestalt-terapia: Borrachentos das Fronteiras sob gênero na travessia teoria Queer à teoria do self gestáltica. In: Boccardi, D. (org.) (2021) *Gestalt-terapia e sociedade*. 1ª edição. LiberArs. São Paulo.
- Santin M. (1999) *Religião e práticas anticoncepcionais*. Belém: Unama, 181 p.

- Santos, L. & Rocha, S. (2019). A performance de gênero em Gestalt-terapia. In: Frazão, L.M.; Fukumitsu, K. O. (2019) *Situações clínicas em Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 160p.
- Santos, M. (2002) *Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental: uma realidade distante?* [Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
- Savegnago, S. & Arpini, D. (2016) A abordagem do tema sexualidade no contexto familiar: O ponto de vista de mães de adolescentes. *Psicologia: ciência e profissão*, v.36, n.1, pp.130-144.
- Savegnago, S. & Arpini, D. (2016). Sexualidade no Contexto Familiar. *Psicologia: ciência e profissão* jan./mar, v.36, n.1, pp.130-144.
- Sawin-William, R. (2001) Mom, Dad, I am gay. How families negotiate coming out. *American Psychological Association*, Washington, DC.
- Schmidt, J. P. (2001) *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Ed. Unisc. Santa Cruz do Sul: RS.
- Schwandt, T. (2006) Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: Denzin, N.; Lincoln, Y. (2006) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Scott, J. (1990). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. *Educação & Realidade*, v.15, n.2, pp. 71-99.
- Segar, M., (1997) *Guia de sobrevivência para portadores de Síndrome de Asperger*. <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/08/GUIA-DE-SOBREVIVENCIA-DA-SINDROME-DE-ASPERGER.pdf>.
- Silva, G. & De Tilio, R. (2021) Discursos de familiares acerca da sexualidade de sujeitos autistas. *Revista Subjetividades*, v.21, n.2.

- Silva, L. (2006) O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p. 424-561.
- Singly, F. (2012). *Sociologia da família contemporânea*. Texto e Grafia. 2a. ed., 144p.
- Sousa, L., Francisca, J., Fernandes, P., Grasiela, M. & Barroso, T. et al (2013) Sexualidade na adolescência: análise de influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. *Acta Paulista de Enfermagem*, vol. 19, n.4, pp. 408-412. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002006000400007>
- Souza, D. (2018) *Relacionamentos abusivos: significados atribuídos por um grupo de jovens acadêmicos da UFAM*. [Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Amazonas], Programa de Pós-graduação em Psicologia, Manaus, 81 f.
- Souza, J. (2009). *A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive*, Belo Horizonte: UFMG.
- Szymanski, H. (2004). *A prática reflexiva em pesquisa com famílias de baixa renda*. II Seminário de Pesquisa e Estudos Qualitativos. SEPO, Bauru, p.34, São Paulo.
- Szymanski, H., & Curry, V. (2004). A pesquisa intervenção em psicologia da educação e clínica: pesquisa e prática psicológica. *Estudos de Psicologia*, v.9, n.2, pp.355-364. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200018>.
- Takiuti, A. (1997). A saúde da mulher adolescente. In F. R. Madeira (Org.), *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, pp.213-290.
- Vitello, N. (1997) *Sexualidade: Quem educa o educador*. Iglu, 132p.
- Wagner, A. (2011). *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea- Pesquisas e Reflexões*. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed. 208 p.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v.9, n.2, pp.460-482.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Zinker, J. (2001). *A busca da elegância em psicoterapia: uma abordagem gestáltica com casais, famílias e sistemas íntimos*. 4a. Edição. São Paulo: Summus.

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “Sexualidade: um diálogo possível entre pais e filhos (as)?” que tem como objetivo geral: Compreender de que modo as crenças familiares acerca da sexualidade são interpretadas pelos/pelas filhos/as jovens e seus pais e como objetivos específicos: Apontar, na contemporaneidade, as fronteiras e as especificidades do ser homem e do ser mulher; Estudar como se dá a transmissão familiar de crenças sobre a sexualidade e Investigar se há a existência de tensão entre crenças de cada geração sobre a temática da sexualidade.

Sua participação consiste em fornecer uma narrativa sobre como a temática da sexualidade é discutida no seu contexto familiar. O momento será gravado em áudio. Suas narrativas serão transcritas, literatizadas e devolvidas para que você possa confirmá-las, realizando as alterações que achar necessárias. Todas as despesas com deslocamento e alimentação serão de responsabilidade dos pesquisadores.

Toda pesquisa pode acarretar riscos, tais como ansiedade, tristeza, enfado, aborrecimento e outros, podendo chegar à necessidade de acompanhamento psicológico. Caso você não se sinta à vontade ou por qualquer outra razão queira interromper sua participação a qualquer momento você poderá retirar-se dela sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Inclusive, caso deseje, poderá solicitar a retirada de sua participação nos resultados finais. A clínica de Psicologia da UNICAP receberá aqueles que solicitarem acompanhamento. Ao aceitar participar, você estará contribuindo para a ampliação do conhecimento acerca dessa temática e para a divulgação desta prática clínica destinada a pessoas em sofrimento psíquico e/ou físico na cidade de Recife-PE além de escolas e instituições públicas e privadas que discutem sobre a temática da sexualidade com jovens e suas famílias.

Os resultados encontrados lhe serão devolvidos pela pesquisadora, presencialmente, entregando-os em papel e/ou enviando-os por e-mail se for da sua vontade, além disso, os

discutiremos com você e estamos à disposição para oferecer possibilidades de capacitação via minicursos e palestras. Utilizaremos tais resultados na construção de artigos científicos, capítulos de livros, trabalhos a serem apresentados em Congressos, Seminários, entre outros eventos acadêmicos. Além disto, os resultados serão enviados para escolas públicas e privadas, espaços de atendimentos a jovens e o conselho de psicologia da cidade de Recife-PE, com o intuito de contribuir para um melhor atendimento a jovens com demandas de sexualidade e seus familiares. Em todo o processo sua identidade será preservada, sendo garantido o total sigilo, trocando o nome dos entrevistados por nomes fictícios e o material gravado ficará em local seguro sob a guarda da pesquisadora doutoranda onde constituirá um banco de dados sobre a temática da sexualidade.

Assinado este Termo de Consentimento, estou ciente de qual será a minha participação na pesquisa:

- 1) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação.
- 2) Estou ciente que meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 3) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que esta tiver sido encerrada.
- 4) Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, se o achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

Nome: Marcus Tulio Caldas

Assinatura

Rua José Carvalheira nº392 apt. 1402 Tamarineira Recife PE CEP: 52051-060 Telefone: (81)
34279312 – 96340104

DADOS DO PESQUISADOR ASSOCIADO

Nome: Vladya Tatyane Pereira de Lira

Assinatura

Rua Gen. Joaquim Inácio, 830, Ilha do Leite, Recife- PE. CEP: 50070-270

Telefone: (81) 99873-8011

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP, localizado na RUA DO PRÍNCIPE, 526 – BOA VISTA – BLOCO C – 6º ANDAR, SALA 609 – CEP 50050-900 - RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE:(81)2119.4041 ou 2119-4376 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unicap.br

Horário de funcionamento: 8h às 12h e das 13h às 17h – segunda a sexta-feira

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP

SEPN 510 NORTE, BLOCO A, 3º Andar Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

CEP: 70750-521 - Brasília-DF

Contatos Conep:

Telefone: (61) 3315-5878

Telefax: (61) 3315-5879

Recife, _____ de _____ de _____

Sujeito da pesquisa (*)

Anexo B - Questionário Sociodemográfico

Pesquisa: Sexualidade: um diálogo possível entre pais e filhos/as?

Para os pais

1. Nome:

2. Idade: _____ Gênero: Feminino () Masculino () Outro? _____

3. Profissão: _____

4. Escolaridade: _____

5. Classe social que se identifica: _____

6. Possui religião? Sim () Não (). Caso sim, qual? _____

7. Você se denomina pertencente a que classe social? () Classe baixa () classe média ()
classe alta

8. Frequenta alguma Igreja ou Centro de Espiritualidade? Sim () Não (). Caso sim, qual o
espaço? _____

9. Estado civil: _____

10. Primeiro casamento? Sim () Não (). Explique:

11. Tem quantos filhos? _____ / Idade: _____ filhas? _____ Idade: _____

12. Do mesmo pai e mãe? Explique:

Para o/a filho/a

1. Nome:

2. Idade: _____ Gênero: Feminino () Masculino ()

Outro: _____

3. Cor: () branco () pardo () preta () Outros: _____

4. Profissão: _____

5. Escolaridade: _____

6. Classe social que se identifica: _____

7. Possui religião? Sim () Não (). Caso sim, qual? _____

8. Frequenta alguma Igreja ou Centro de Espiritualidade? Sim () Não (). Caso sim, qual o espaço? _____

9. Estado civil: _____

10. Primeiro casamento? Sim () Não (). Explique:

11. Tem filhos/as? _____ Se sim, quantos? _____ Idade: _____

12. Do mesmo pai e mãe ? Explique:

13. Em qual escola Estudou durante sua infância e adolescência?

14. Em qual Bairro era a sua escola?
